

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

Juliana Motta de Oliveira

**OS TESTEMUNHOS NA COBERTURA AO VIVO DO
INCÊNDIO DA BOATE KISS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Santa Maria, RS, 2016

Juliana Motta de Oliveira

**OS TESTEMUNHOS NA COBERTURA AO VIVO DO INCÊNDIO DA
BOATE KISS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Comunicação Midiática**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Márcia Franz Amaral

**Santa Maria, RS
2016**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Motta de Oliveira, Juliana

Os testemunhos na cobertura ao vivo do incêndio da Boate Kiss / Juliana Motta de Oliveira.-2016.

163 p. ; 30cm

Orientador: Márcia Franz Amaral

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, RS, 2016

1. Jornalismo 2. Televisão ao vivo 3. Cobertura jornalística de tragédias 4. Testemunho 5. Boate Kiss I. Franz Amaral, Márcia II. Título.

Juliana Motta de Oliveira

**OS TESTEMUNHOS NA COBERTURA AO VIVO DO INCÊNDIO
DA BOATE KISS**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Comunicação Midiática**

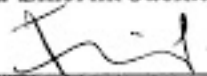
Aprovado em 15 de março de 2016:



Márcia Franz Amaral, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Cárilda Emerim Jacinto Pereira, Dra. (UFSC)



Fabiana Quatrin Piccinin, Dra. (UNISC)

Santa Maria, RS
2016

DEDICATÓRIA

Quando te decidires: segue!
Não esperes que o vento
Cubra de flores o caminho.
Nem sequer esperes o caminho.
Cria-o. Faze-o tu mesmo
E parte... sem lembrar
Que outros passos pararam,
Que outros olhos ficaram
Te olhando seguir.
(Prado Veppo)

Aos meus pais, Icleia e Marco Antônio, que sempre me incentivaram
a criar meus próprios caminhos.

Ao meu marido Gustavo, que com o seu amor e companheirismo
cobriu de flores o nosso caminho.

À Maria Gabriela, nossa pequena, que deu novo sentido à vida.

Aos “pais da Kiss”, que três anos após a tragédia ainda lutam por
justiça.

AGRADECIMENTOS

Mudança e desafio são palavras que resumem um pouco do que foram os últimos dois anos. Do ponto de vista profissional, vislumbrei outras perspectivas, questionei certezas, refleti sobre novos caminhos e enfim, decidi voltar para o prédio 21 – o qual havia sido “minha casa” por quatro anos e de onde estava distante há dez. Precisava respirar, pensar, refletir. Retornar à sala de aula, depois de tanto tempo, implicava sair de uma posição confortável e acrescentar a já corrida rotina na redação, uma grande carga de leituras e trabalhos acadêmicos. Depois de um ano, dei-me conta que era necessário escolher. Deixei a bancada do telejornal e, com isso, passei a me dedicar integralmente ao mestrado. Na vida pessoal, uma transformação avassaladora: Maria Gabriela chegava para me fazer rever conceitos, prioridades e mostrar o verdadeiro significado do amor.

É por toda esta jornada tão intensa que tenho o dever de agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado. À minha família, pelos valores fundamentais e incentivo à leitura e ao conhecimento. Em especial à minha mãe Iceleia e à minha dinda Rose, pelas incontáveis vezes que cuidaram da Maria Gabriela para que eu pudesse estudar. Ao meu amor Gustavo, pelo companheirismo, apoio e exemplo de coragem que me entusiasma a seguir em busca dos nossos sonhos. À Maria Gabriela que, aos seis meses de gestação, já assistia às suas primeiras aulas sobre teorias da comunicação, sou grata pela sua existência.

À minha orientadora Prof^ª. Dr^ª Márcia Franz Amaral agradeço o conhecimento compartilhado, as inúmeras orientações, a compreensão com minhas limitações e, sobretudo, a confiança de que uma jornalista ainda do mercado de trabalho e grávida seria capaz de cumprir com as exigências acadêmicas. Espero não a ter decepcionado. Sua dedicação, competência e postura profissional são uma referência para mim.

À Prof^ª. Dr^ª Anelise Rublescki agradeço pela generosidade das primeiras orientações e incentivo à pesquisa, ainda na cadeira como aluna especial, e pela amizade construída.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFSM agradeço pelas contribuições teóricas e caminhos apontados.

Aos colegas do curso e do Grupo de Pesquisa Estudos de Jornalismo agradeço pela agradável e produtiva convivência. Em especial à Mírian Redin de Quadros, pela amizade e por ser meu “plantão tira-dúvidas acadêmicas”.

À Capes agradeço pela possibilidade de dedicação exclusiva à pesquisa.

RESUMO

OS TESTEMUNHOS NA COBERTURA AO VIVO DO INCÊNDIO DA BOATE KISS

AUTORA: Juliana Motta de Oliveira
ORIENTADORA: Márcia Franz Amaral

A pesquisa trata da participação dos testemunhos na cobertura jornalística ao vivo do incêndio da boate Kiss. A tragédia ocorrida na cidade de Santa Maria (RS), em 27 de janeiro de 2013, provocou a morte de 242 jovens e teve repercussão mundial. A cobertura expôs não só o drama dos sobreviventes e das famílias das vítimas, mas também a complexidade do trabalho jornalístico em um ambiente desestruturado, em que rotinas produtivas são rompidas e o acesso a fontes oficiais dificultado. A partir desse contexto e tensionando com a imediatividade da cobertura ao vivo, observa-se a ascensão das fontes testemunhais. Como aporte teórico, parte-se de três perspectivas: as teorias construcionistas, com o entendimento de jornalismo como um discurso decorrente de uma série de condições e circunstâncias configuradoras do conteúdo produzido e regido por um contrato de comunicação; as teorias do jornalismo, com a compreensão do papel central das fontes na construção do discurso jornalístico; e os estudos dos testemunhos, com a concepção de confiabilidade presumida, de efeito de verdade e de marcação de realidade desse tipo de depoimento. Com base nesses pressupostos, busca-se compreender os papéis desempenhados pelos testemunhos na cobertura e discutir como a emoção constitutiva de uma situação de tragédia, transformada em efeito patêmico a partir da manifestação dos testemunhos, colabora não só para a visada de captação, como também para a de informação. Para isso, analisam-se as entradas ao vivo veiculadas pela Rede Globo de Televisão e sua afiliada RBS TV, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2013, a partir da sistematização de Patrick Charaudeau sobre os meios discursivos de provar a verdade (designação, reconstituição e elucidação) e de conferir emoção (efeito patêmico). Verificou-se na manifestação das testemunhas o predomínio das provas de verdade (66,7%). Entretanto, sugere-se que dado ao contexto trágico do acontecimento, o efeito patêmico esteja presente até mesmo nos enunciados da visada da informação. Da mesma forma, observa-se que as sequências classificadas como patêmicas, também apresentam teor informacional. Assim, conclui-se que o contrato de comunicação ganha novos contornos nas situações de tragédia, fazendo com que o *fazer sentir* se aproxime do *fazer saber*.

Palavras-chave: Jornalismo, Televisão ao vivo, Cobertura jornalística de tragédias, Testemunho, Boate Kis

ABSTRACT

THE TESTEMONY ON LIVE COVERAGE OF *KISS* NIGHTCLUB FIRE

AUTHOR: Juliana Motta de Oliveira

ADVISOR: Márcia Franz Amaral

The research deals with the participation of witnesses in live news coverage of Kiss Nightclub fire. The tragedy occurred in the city of Santa Maria (RS), on January 27, 2013, caused the death of 242 youths and had worldwide repercussions. The coverage has exposed not only drama of the survivors and families of the victims, but the complexity of journalistic work in an unstructured environment where productive routines are disrupted and hampered access to official sources. From this context enhanced by the immediacy of live coverage, there is the rise of eyewitness sources. As the theoretical part, three perspectives are presented: the constructionist theories, with the understanding journalism as a speech due to a number of conditions and configurative circumstances of the produced content, and governed by a communications contract; the theories of journalism, with the understanding of the central role of sources in the construction of journalistic discourse; and studies of the testimony, with the concept of presumed reliability, truth-effect and reality marking of such testimony. Based on these assumptions, understanding the roles played by the testimonies in coverage and discuss how the constitutive thrill of a disaster situation is aimed, transformed into *pathos* effect from the manifestation of the testimonies, contributes not only to the target capture, as well as for information. For this, live the entries broadcast by Globo Television Network and its RBS TV affiliate, on January 27, 28 and 29, 2013 are analyzed, from the systematization of Patrick Charaudeau on the discursive means to prove the truth (designation, reconstruction and elucidation) and to give emotion (*pathos* effect). On the eyewitnesses' manifestation there was a predominance of real evidence (66.7%). However, it is suggested that given the context of the tragic event, the *pathos* effect is present even in the statements of the target information. Likewise, it is observed that the sequences classified as *pathos* effect also present informational content. Thus, it is concluded that the communication contract gained new dimensions in disaster situations, making the *feeling making* gets closer to *knowledge making*.

Palavras-chave: journalism, live tv, media coverage on tragedies, testimony, *Kiss* nightclub

LISTA DE QUADROS

Quadro-resumo 1- Convocação das Fontes	107
Quadro-resumo 2- Duração das Entrevistas	108
Quadro-resumo 3- Temas recorrentes no Grupo 1 (Sobreviventes)	113
Quadro-resumo 4- Temas recorrentes no Grupo 2 (Pais, familiares, amigos e professores)	114
Quadro-resumo 5- Temas recorrentes no Grupo 3 (Voluntários e moradores sensibilizados com a tragédia)	115
Quadro-resumo 6- Classificação a partir das formas de provar a verdade e conferir emoção	116
Quadro-resumo 7- Classificação a partir dos procedimentos discursivos	118

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	O DISCURSO JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS	27
1.1	O contrato de comunicação e a aproximação entre o <i>fazer saber</i> e o <i>fazer sentir</i>	32
1.1.1	Os efeitos de realidade: as estratégias discursivas de verossimilhança e credibilidade do discurso	37
1.1.2	O efeito patêmico: o discurso que emociona e informa	42
2	A COBERTURA AO VIVO NO TELEJORNALISMO: DA ROTINA PROGRAMADA À IMPREVISIBILIDADE DA TRAGÉDIA	49
2.1	O desafio da apuração e da entrevista: em busca das “camadas verificáveis de realidade”	56
2.2	A cobertura ao vivo em tragédias: o impacto do inesperado nas rotinas produtivas	60
3.	AS FONTES JORNALÍSTICAS NA APURAÇÃO DE TRAGÉDIAS AO VIVO	67
3.1	A classificação de fontes: quem são os informantes no jornalismo	67
3.2	A escolha das fontes: os fatores que influenciam na convocação	69
3.3	A reconstrução discursiva dos fatos: o papel central das fontes	73
3.4	Os testemunhos no jornalismo: a experiência como ícone de verdade e de marcação de realidade no discurso	74
4	A COBERTURA DO CASO KISS	89
4.1	A participação da RBS TV e Rede Globo de Televisão	92
4.2	Etapas metodológicas	96
4.2.1	<i>Corpus</i>	97
4.2.2	Categorias de análise	98
4.3	Análise da participação dos testemunhos na reconstrução do fato	102
4.3.1	Quem fala mais? A convocação e o tempo concedido às fontes	102
4.3.2	A quem cabe o testemunho? O papel social versus o papel discursivo e a disseminação da retórica testemunhal	110
4.3.3	Quem diz o quê? A formulação de uma tipologia do testemunho em tragédias	112
4.3.4	Como os testemunhos participam da cobertura? A análise discursiva dos depoimentos	115
4.3.4.1	Os processos discursivos de prova de verdade e de emoção nos testemunhos	116
4.3.4.2	A	119
4.3.4.3	A reconstituição no testemunho	121
4.3.4.4	A	123

4.3.4.5	O efeito patêmico no testemunho	124
4.3.4.5.1	A suspeita de uma retórica patêmica nos testemunhos de tragédias	129
	CONSIDERAÇÕES	FINAIS 133
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	141
	APÊNDICE A- MODELO PROTOCOLO DE ANÁLISE (FONTES TESTEMUNHAIS)	149
	APÊNDICE B- MODELO PROTOCOLO DE ANÁLISE (FONTES AUTORIZADAS/OFICIAIS E ESPECIALISTAS)	151
	APÊNDICE C- EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 1	153
	APÊNDICE D- EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 2	157
	APÊNDICE E- EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 3	161
	APÊNDICE F- EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 4	163
	APÊNDICE G- EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 5	165

INTRODUÇÃO

Em 27 de janeiro de 2013, moradores de Santa Maria foram despertados por uma tragédia: um incêndio em uma boate que levaria à morte 242 jovens. Ainda sem a dimensão do acontecimento, os primeiros repórteres que chegaram à frente da boate Kiss encontraram o caos: muita fumaça, jovens desacordados, pessoas sendo reanimadas nas calçadas, o vaivém de ambulâncias, o desespero de voluntários e bombeiros que tentavam retirar do prédio frequentadores ainda com vida e, por fim, a aglomeração de corpos cobertos por lonas. Uma catástrofe que mobilizou veículos de comunicação de todo o mundo e apresentou aos jornalistas um desafio: apurar – o mais rápido possível – o que havia provocado tantas mortes em uma cidade de pouco mais de 280 mil habitantes, no extremo sul do Brasil. Era preciso contar a tragédia- ao vivo.

Embora o incêndio na casa noturna tenha iniciado por volta das três da madrugada e se disseminado pelas redes sociais quase imediatamente¹, as informações iniciais começaram a ser divulgadas, na televisão, nas primeiras horas da manhã. A emissora gaúcha RBS TV e, conseqüentemente, a Rede Globo – pois as duas estão ligadas por um contrato de afiliação que inclui o compartilhamento de conteúdo – iniciaram as transmissões em tempo real quando as autoridades responsáveis pela investigação sequer sabiam ao certo a causa do fogo e o número de mortos. Sem telejornais por se tratar de um domingo, o telespectador viu intervalos comerciais serem substituídos por participações de repórteres, programas esportivos passaram a abordar a tragédia e testemunhos de sobreviventes tomaram conta da programação, tradicionalmente destinada ao entretenimento. Para o público, foi uma considerável alteração na rígida grade de programas da emissora; para os jornalistas, uma ruptura nas rotinas produtivas que acabou expondo a complexidade e os constrangimentos do trabalho em uma situação de tragédia. Ampliando o nosso olhar para o campo jornalístico, compreendemos que a tragédia deixou questões a serem discutidas: como construir o discurso em um ambiente desestruturado em que sobram dúvidas e faltam certezas? Como enfrentar o esvaziamento das fontes oficiais? Como lidar com a emoção constitutiva do jornalismo, porém, exacerbada ao extremo em uma tragédia e tão presente no depoimento dos sobreviventes? E como proceder quando o relato do acontecimento precisa ser construído para uma transmissão ao vivo sempre regida pela pressão implacável do tempo?

¹ Uma das jovens mortas no incêndio fez um pedido de socorro em uma rede social.

Eu vivi todas as dificuldades que deram origem a essas indagações. Com a licença necessária para assumir a primeira pessoa neste momento, esclareço que foi a experiência como repórter e apresentadora da RBS TV- chamada às pressas para cobrir um incêndio – que deu origem a essas reflexões. Assim como os meus colegas de empresa ou de profissão, presenciei dois extremos desta história: por um lado, a dor e o desespero de familiares e sobreviventes; e por outro, o desafio de narrar a tragédia ao vivo. E é exatamente deste lugar que parto agora para analisar um aspecto importante daquele trabalho jornalístico: a participação dos testemunhos, considerando as especificidades de uma cobertura de tragédia e em tempo real.

Ainda que catástrofes naturais, crimes e acidentes de grandes proporções sejam, frequentemente, temas de reportagens e de transmissões ao vivo (principalmente em canais por assinatura) e que a convocação de sobreviventes e pessoas atingidas pelo acontecimento seja igualmente comum, surpreende o exíguo número de trabalhos que discutam questões a partir do tripé cobertura de tragédia, transmissão ao vivo e testemunhos no jornalismo. Na pesquisa realizada para o estado da arte, não foi localizado nenhum artigo, dissertação ou tese que relacione estes três temas. Os estudos encontrados dedicam-se a uma ou outra dessas áreas, mas não a todas conjuntamente. Sobre televisão ao vivo destacam-se os trabalhos de Emerim (2012)², que apresenta conceitos teóricos a respeito da cobertura em telejornalismo; de Fachine (2008) que aborda mais diretamente a cobertura ao vivo e seus efeitos semióticos; de Paternostro (2006), que pesquisou a história, as particularidades da tv em tempo real e as principais coberturas ao vivo realizadas pelo Canal Globo News; e Moretzsohn (2002), que investigou o impacto da velocidade na qualidade do jornalismo em tempo real. Já na área de transmissão ao vivo de tragédias (não especificamente em televisão), encontram-se diversos trabalhos sobre a cobertura jornalística de casos de repercussão como o atentado às Torres Gêmeas nos Estados Unidos (EMERIM, 2012; FIGUEIREDO, 2007; MACHADO, 2011; MOREIRA, 2004; OLIVEIRA, 2013, RISSONI, 2001) a morte da menina Eloá (CARVALHO, 2009; SOUZA, 2009), o sequestro ao ônibus 174 (BRITO 2005, 2009; MORETZSONH, 2003; SAMPAIO, 2010; RIBEIRO, 2013; ROCHA, 2012), o massacre de Realengo (LAGE, 2013); e catástrofes naturais como terremotos, tsunamis e enchentes (AMARAL E POZOBON, 2010, 2012, 2013; ASSUMPCÃO, 2011; BARROS, 2009; LOZANO ASCENCIO, 2004; ROJAS, 2010; RUBLESCKI, 2011; SANTOS, VIEIRA, 2011;

² Os detalhes das pesquisas elencadas não foram apresentados nesta introdução porque as principais contribuições dos autores estão inseridas ao longo do trabalho.

QUEVEDO, 2010). Relacionando tragédias e testemunho, destacam-se as pesquisas de Coutinho e Mata (2013), que abordam a atuação do repórter como testemunha na cobertura televisiva de tragédias; de Amaral (2011, 2013), que analisa os testemunhos na cobertura de catástrofes ambientais e seu caráter emocional; de Estrada (2010), que estuda o efeito patêmico na fala dos sobreviventes da tragédia na boate Cromañon; de Lage (2013), que observa os testemunhos na construção da narrativa jornalística e na televisão; e de Seligmann-Silva (2005, 2010), que pesquisa a origem do testemunho e seu caráter mais histórico. Especificamente sobre a tragédia na boate Kiss, foram encontrados 219 trabalhos em áreas como saúde, psicologia, química, engenharia, direito, segurança e comunicação. Os de jornalismo detêm-se na análise das coberturas realizadas por rádios, jornais impressos e redes sociais. A referência à cobertura televisiva é encontrada no e-book “Midiatização da tragédia de Santa Maria” organizado por Silveira (2014), que reúne o ponto de vista de 29 pesquisadores sob as mais diversas perspectivas. Desses, nenhum abordou o tema a partir da televisão ao vivo e dos testemunhos.

Deste modo, entende-se que a escassez de estudos a respeito de cobertura de tragédias, televisão ao vivo e testemunhos no jornalismo é uma das justificativas para a presente pesquisa, cuja proposta é, justamente, refletir sobre a produção do discurso jornalístico a partir da articulação das especificidades destes três temas. A pesquisa também se mostra relevante por sua atualidade, visto que tragédias e catástrofes de toda ordem recebem atenção privilegiada dos meios de comunicação. O caso Kiss teve repercussão mundial, o que torna pertinente a discussão da cobertura midiática realizada. O incêndio na boate não expôs apenas o drama de uma cidade inteira que perdeu seus jovens, mas também os constrangimentos profissionais a que os jornalistas são submetidos em uma cobertura com essas características. E, considerando-se o número reduzido de estudos sobre as mudanças nas rotinas produtivas nessas situações, justifica-se, mais uma vez, a importância desta pesquisa.

Além disso, é preciso considerar a valorização das transmissões em tempo real na televisão. Ainda que fosse bastante realizada nas emissoras dos grandes centros, observa-se que as participações ao vivo ficaram mais frequentes nos últimos anos, devido aos avanços tecnológicos que tornaram os equipamentos mais acessíveis e viáveis até mesmo para as emissoras menores. Assim, a entrada ao vivo passou a ser utilizada não só na cobertura de assuntos de maior repercussão, mas também nos rotineiros. Ademais, é preciso considerar que o “ao vivo” possui um modo específico de produção de discurso importante de ser problematizado. Dessa forma, compreende-se que a presente pesquisa pode colaborar com interessantes tensionamentos para o campo jornalístico. Da mesma forma, também pode

contribuir para o aprimoramento dos profissionais do mercado de trabalho, a partir da reflexão sobre os efeitos das práticas produtivas adotadas.

Ainda justifica este estudo o interesse pessoal do pesquisador sobre a temática. Ainda que isso já tenha sido brevemente abordado nesta introdução, convém reforçar a minha proximidade com o caso Kiss como forma de demarcar meu lugar de fala. Assim como muitos pais, familiares e amigos das vítimas, também fui acordada naquela madrugada trágica de 27 de janeiro de 2013. Não tinha conhecidos na boate; fui chamada para trabalhar. Por volta das 4 horas da manhã, recebi a ligação do coordenador interino de telejornalismo da RBS TV Santa Maria e a informação de que um incêndio havia matado, pelo menos, 40 jovens na casa noturna. Isso era tudo o que se sabia. Assim começou a cobertura para mim. Pesquisar a cobertura midiática da tragédia é lembrar as dezenas de entradas ao vivo, entrevistas e reportagens. É também reviver aquele domingo que começou com um telefonema, seguiu com a incredulidade ao chegar na frente na boate, e terminou, para mim, apenas às 22h com a certeza de mais de duas centenas de mortos. Este envolvimento de forma alguma invalida o trabalho. Pelo contrário, enriquece-o. O fato de ter trabalhado, intensamente, como repórter na cobertura deu-me subsídio para analisar as dificuldades e agora, desligada do trabalho de repórter, questionar processos e refletir sobre a importância das fontes jornalísticas na construção do acontecimento.

Fundamental também deixar claro que, apesar de toda a vigilância epistemológica imprescindível para qualquer pesquisador, o meu lugar de fala é o de uma profissional que vivenciou todos os dramas que é trabalhar em uma situação de tragédia, com informações desencontradas e ainda tendo de fazer inúmeras entradas ao vivo. Penso que esse conhecimento prático e essa vivência podem ser o diferencial da pesquisa e já contribuem com a elaboração da problemática que coloca a questão do “ao vivo” como tensionadora de um tipo de discurso jornalístico.

Assim, parte-se para a problematização lembrando o impacto da tragédia na sociedade. Como pontua Lozano Ascencio (2004), as grandes catástrofes costumam desestruturar o ambiente e instaurar o sentimento de incerteza e vulnerabilidade. Da mesma forma como as pessoas que integram essa comunidade, o jornalismo também é afetado e tem suas práticas alteradas. Ainda de acordo com o autor, nessas situações, o relato jornalístico contribui para o restabelecimento da ordem normal, pois ao conferir sentidos ao acontecimento acaba por delinear-lo, diminuindo a insegurança inicial decorrente do então inexplicável. Tendo como base a concepção de Charaudeau (2010a) de que o acontecimento é sempre uma construção discursiva e a realidade nunca pode ser apreendida em seu estado bruto, a grande questão no

caso Kiss é como dar significação e construir o relato considerando todas as dificuldades de trabalho decorrentes da imprevisibilidade do fato e da desestruturação gerada pela tragédia.

Normalmente, o jornalismo privilegia as fontes oficiais que possuem uma credibilidade presumida por ocuparem cargos públicos ou posições de destaque na sociedade. Imagina-se que, por estarem publicamente expostas, essas pessoas não irão mentir (TRAQUINA, 2005). As fontes especialistas também têm acesso facilitado aos veículos de comunicação devido aos seus saberes de conhecimento e às instituições as quais estão ligadas. Em contraposição aos casos acima, as pessoas comuns- que não possuem cargos, saberes de conhecimento e representatividade na sociedade- ocupam um papel secundário jornalismo. Quando ouvidas geralmente falam como vítimas, reivindicadores ou testemunhas (CHARAUDEAU, 2010), cujas manifestações têm o objetivo de ilustrar determinada situação. A própria forma como os jornalistas se referem a essas fontes corrobora o lugar destinado a elas: *cases* ou personagens. Porém, no caso em análise, observa-se não só a ascensão das testemunhas em relação às outras fontes, como também o rompimento com os espaços usuais destinados a elas. Isto é, mesmo que tenham se manifestado como vítimas e testemunhas, avalia-se que seus depoimentos não tiveram apenas o caráter de exemplificação, mas de esclarecimento. Foi na fala das pessoas que vivenciaram, presenciaram ou tiveram alguma espécie de envolvimento na tragédia que o repórter foi buscar elementos para apurar e reconstituir o fato, tendo em vista que, nas primeiras horas após a tragédia, as fontes oficiais evitam a exposição pública antes da apuração dos fatos. É esse contexto que propicia a valorização das fontes testemunhais.

Entretanto, não é apenas a inacessibilidade a outras fontes que faz as testemunhas serem convocadas, mas uma característica que as compõe e, ao mesmo tempo, dá legitimidade às suas declarações: a experiência. De acordo com os estudos do testemunho, os sobreviventes são vistos como pessoas sem outros interesses a não ser o de contar o que sofreram; constituindo-se, assim, como portadores da verdade (CHARAUDEAU, 2010a). Ainda que alguns autores questionem essa autenticidade inquestionável decorrente do modelo de testemunho desenvolvido a partir do Holocausto (*Shoah*), entende-se que, ao ser identificado como verdadeiro, o depoimento dos sobreviventes colabora para o efeito de marcação de realidade imprescindível para o jornalismo.

Além disso, estando a experiência atrelada à subjetividade, o testemunho também se caracteriza como uma visão pessoal, única, fragmentada e sem a pretensão de oferecer um relato amplo e contextualizado (AMARAL, 2013a, p.187). Para explicar essa impossibilidade de uma visão geral, Sarlo (2007) recorre à metáfora da fresta de uma porta para representar o

olhar limitado da testemunha, que acaba tendo acesso apenas ao que está restrito a esse pequeno vão. Trazendo essas reflexões para a cobertura de tragédia e tensionando com todas as dificuldades de apuração, sugere-se que, mesmo assim, o testemunho colabora para a construção do discurso jornalístico.

Ademais, esse tipo de relato decorrente de uma experiência extrema é bastante caracterizado pela emoção, atrelando, por vezes, a convocação das testemunhas ao sensacionalismo e à exploração do drama pessoal das vítimas. Essa ideia encontra respaldo nos próprios ideais iluministas da profissão e nos manuais de jornalismo, pelos quais o relato jornalístico deve ser baseado em dados objetivos como forma de garantir a credibilidade. Charaudeau (2010a) esclarece que a credibilidade está ancorada no contrato de comunicação firmado, tacitamente, entre empresas jornalísticas e seus públicos e que estabelece papéis, deveres, permissões e interdições a cada instância (BENETTI, 2006, p. 5). Tal contrato é composto por duas visadas: a de informação (*fazer saber*) e a de captação (*fazer sentir*), sendo o primeiro caso referente ao compromisso fundante do jornalismo de informar os cidadãos; e o segundo, à necessidade de captar a audiência por meio da emoção o que, de acordo com o autor, poderia colocar em xeque a seriedade da narrativa. É nesta oposição que reside o conflito do jornalismo. Levando-se ao extremo essas concepções, seria possível dizer que para priorizar a credibilidade, os veículos precisariam ser sóbrios e evitar a emoção, diminuindo a chance de conquistar o público; por outro lado, se priorizarem a captação (baseada na dramatização), podem ter a seriedade abalada. No entanto, cabe relativizar esse entendimento, pois a emoção vem sendo utilizada com maiores permissões no telejornalismo: os textos estão mais coloquiais, a atuação dos repórteres mais informal e “espontânea” a ponto de expressarem seus pontos de vista a partir da experiência vivida. Até mesmo os âncoras dos telejornais deixaram de lado a sisudez característica para investir em postura menos formal e mais “próxima” do telespectador.

Nesse contexto, compreende-se esse maior uso da emoção como um fator potencializador do conflito entre as duas visadas, fazendo com que os profissionais precisem ponderar o predomínio de uma ou de outra no discurso e suas possíveis consequências. Percebe-se que de todas as fontes, as testemunhais são as que participam mais ativamente dessa tensão do contrato, já que a emoção está bastante presente em seus depoimentos, principalmente, nas situações de tragédia. Isto é, ao mesmo tempo em que seus relatos podem contribuir para a credibilidade pelo caráter de verdade e de marcação de realidade, podem levar a uma suposta espetacularização decorrente do excesso de emoção.

Há de se ponderar também que, apesar de estabelecer a distinção entre as visadas, o próprio Charaudeau admite como impossível uma mídia que atenda apenas à visada do *fazer saber*, pois, nas palavras dele, ao satisfazer só ao “rigor sóbrio e ascético” estaria condenada a desaparecer (CHARAUDEAU, 2010a, p. 93). A própria definição de acontecimento³ apresentada pelo autor também reafirma a impossibilidade de priorizar apenas a visada da informação, tendo em conta que um dos seus potenciais de seleção é a imprevisibilidade, justamente, associada à captação pelo seu caráter desorganizador. Em função disso, o contrato de comunicação acaba ganhando outros contornos em uma cobertura de tragédia, no qual as visadas de *fazer saber* e *fazer sentir* parecem ter suas fronteiras diluídas. Usualmente, o *fazer sentir* tem uma posição secundária no discurso jornalístico, mas suspeita-se de sua aproximação do *fazer saber* em casos de grandes catástrofes.

Além disso, convém trazer para a problematização desta pesquisa o fato de os estudos sobre o discurso rejeitarem a separação total entre emoção e razão devido ao entendimento de a emoção ser constitutiva de qualquer discurso, inclusive o jornalístico. Assim, não há a opção de construir um discurso exclusivamente baseado na razão. É o que Charaudeau denomina de grau zero de espetacularização, considerado impossível. Nesse sentido, compartilha-se da concepção de Fernandes (2010, p.141) de a emoção em si não ser um elemento negativo *a priori* que, inevitavelmente, diminui a credibilidade da narrativa, mas um componente do discurso. Entende-se o seu uso para fins de sensacionalismo, porém, questiona-se até que ponto a emoção não colabora, também, para a visada da informação. É, novamente, a tensão entre o *fazer saber* e o *fazer sentir* vindo à tona.

Até agora se fez referência ao termo “emoção”, porém quando se trata de discurso, compreende-se como mais adequada a denominação “*pathos*”- originado nos meios persuasivos de Aristóteles (*logo*, *ethos* e *pathos*) - que se refere ao relato da emoção e não à emoção sentida. Charaudeau e Maingueneau (2004) explicam o termo como um transbordamento emocional da ordem da enunciação midiática, expresso por meio de regras práticas e capazes de produzir sentimentos diversos no público.

³ Em alguns momentos, ao longo deste trabalho, usam-se como sinônimos os termos “acontecimento” e “fato”, mas sabe-se da diferença entre eles. Charaudeau problematiza que o conceito de acontecimento é mal colocado no domínio das mídias. Às vezes, é entendido como qualquer fenômeno produzido no mundo ou como fatos que rompem a normalidade; outras, como novidade ou algo que se diferencia dela; ou então como um dado da natureza ou como alguma coisa provocada. Para ele, o acontecimento é sempre construído e depende do olhar humano que se lança sobre ele, tanto do ponto de vista da instância de produção como da recepção. Diferentemente de outros autores, Charaudeau não se detém na diferença entre os dois termos. De forma sucinta, trata o “fato” como algo mais restrito: “uma configuração concreta particular do acontecimento” (2010, p.95).

Ainda é preciso assinalar que, à luz de Charaudeau, a emoção no discurso provoca o chamado efeito patêmico, configurado como uma estratégia para despertar algum tipo de reação emocional no público. Entretanto, esse estímulo não garante a adesão da audiência, porque os relatos (baseados em palavras e imagens) podem emocionar de maneiras diferentes. Acrescenta-se que a grande carga emocional presente nos testemunhos decorrentes de situações trágicas predispõe à ocorrência do efeito patêmico. Apesar disso, como qualquer categoria de efeito, o patêmico precisa ser visto como um efeito visado e sem garantia de concretização, uma vez que depende da interpretação e adesão do público para ser efetivado. Charaudeau ainda entende que a patemização não objetiva somente captar o público, mas, por estar baseada no contrato de referencialidade do jornalismo, pode ser utilizada como efeito de verdade. No entanto, como o autor não aponta detalhes de como isso ocorre, o trabalho vai se debruçar exatamente nessa relação, visando descobrir como as declarações restritas a relatos de emoção ajudam na informação jornalística.

Todas essas questões envolvendo as dificuldades de apuração no ambiente desestruturado, a ruptura das rotinas produtivas, a inacessibilidade às fontes oficiais, a significação do acontecimento, o contrato de comunicação e a respectiva tensão entre o informar e o emocionar ficam mais latentes em uma cobertura ao vivo, na qual a pressão do tempo é exacerbada e a urgência de informar também é potencializada pelo caráter trágico do fato. Associado a esse contexto – e embora presente desde as primeiras emissões televisivas – a cobertura ao vivo ainda pode ser considerada uma das atividades mais desafiadoras do telejornalismo. Primeiramente, devido à característica definidora da transmissão em tempo real: a inexistência da edição *a posteriori*. Mesmo com o entendimento de que a imagem é sempre construída, a edição é inerente a qualquer produto audiovisual e as entradas são planejadas (em situação de normalidade) e ensaiadas previamente, o fato de não ser possível “refazer” a participação ou usar recursos de edição simultaneamente à transmissão torna a entrada ao vivo uma atividade de risco, seja do ponto de vista técnico (falhas de equipamento), como do desempenho do repórter.

Além do mais, as condições de produção do discurso jornalístico nas coberturas ao vivo de tragédia são muito específicas. No veículo em que tudo é planejado e os segundos são contados, a produção das entradas ao vivo é praticamente inviabilizada, devido ao grande número de participações em sequência. Nesses casos, por exemplo, o repórter tem poucos minutos para conversar com o entrevistado antes de entrar no ar, ou às vezes, nem isso. Outra particularidade desse tipo de transmissão é a fragmentação da notícia, ou seja, as informações vão sendo divulgadas aos poucos e à medida que a apuração do repórter avança. Essa prática

contribui para a divulgação de informações desencontradas e dados equivocados que, ao longo da transmissão, passam a ser retificados.

É a partir dessa problematização – e sempre tendo em vista as rotinas produtivas e os constrangimentos do trabalho jornalístico – que esta pesquisa busca responder a seguinte questão: de que forma os testemunhos participam da cobertura em tempo real do caso Kiss realizada pela Rede Globo de Televisão e sua afiliada RBS TV? Quais as especificidades de suas participações na cobertura? Como os testemunhos colaboram para as visadas de informação e captação? O efeito patêmico, normalmente associado à captação, também contribui para a construção do caráter informativo do discurso jornalístico nas coberturas de tragédia?

A partir disso, este estudo tem como objetivo geral analisar os papéis desempenhados pelos testemunhos na cobertura e discutir como a emoção constitutiva de uma situação de tragédia, transformada em efeito patêmico a partir da manifestação dos testemunhos, colabora não só para a visada de captação, como também para a de informação. Ainda se tem como objetivos específicos: a) realizar pesquisa bibliográfica sobre a construção do discurso jornalístico, englobando as teorias construcionistas e conceitos como contrato de comunicação e as visadas de informação e captação; b) discutir a presença da emoção e do *pathos* no discurso jornalístico; c) abordar as características da cobertura ao vivo no telejornalismo e as especificidades da cobertura em situações de tragédia, como as mudanças nas rotinas produtivas; d) debater a importância da participação das fontes jornalísticas na transmissão ao vivo, em especial sob o ponto de vista da apuração e da entrevista; e) apresentar as principais classificações de fontes, os fatores que influenciam na convocação dos informantes, além de suas funções na reconstrução do fato; f) identificar os papéis social e discursivo das fontes e verificar se eles coincidem; g) analisar o papel das fontes testemunhais em coberturas ao vivo de tragédia, especialmente em relação ao contrato de comunicação; e) discutir até que ponto o efeito patêmico colabora para a visada da informação e não só para a de captação, com a qual, primordialmente, é associado.

Visando a esses objetivos, recorre-se ao aporte de três perspectivas: as abordagens construcionistas e discursivas do jornalismo, as teorias do jornalismo e os estudos do testemunho. A respeito da primeira concepção adotada, compactua-se com o entendimento de jornalismo como discurso decorrente de uma série de condições e circunstâncias que influenciam o conteúdo produzido. Portanto, as notícias são configuradas a partir de todo um processo de escolhas e construções de sentido. Ainda por essa perspectiva e à luz do contrato de comunicação de Charaudeau e Maingueneau (2014, p. 279), tem-se a informação como um

gênero discursivo que deve ser pensado a partir “da *finalidade* da situação de comunicação (aqui, de *fazer saber*), da *identidade* dos parceiros da troca (aqui, ‘daquele que dá a informação’) e da natureza do propósito (aqui, do ‘saber de conhecimento’ e do ‘saber de crença’) ”. Assim, informar é ter aptidão e legitimidade para transmitir um saber a outro indivíduo que não o possui (CHARAUDEAU, 2010a, p.63). Como o discurso informativo tem necessidade de mostrar que é verdadeiro, precisa fornecer “provas de verdade” desse relato e, assim, atender à visada de informação que legitima o jornalismo. Para isso, recorre-se a procedimentos discursivos capazes de produzir efeitos de verdade e conferir emoção ao discurso, são eles: a designação, que cria a ideia de autenticidade e transparência; a reconstituição, que confere verossimilhança ao discurso ao dizer como o fato deve ter ocorrido; e a elucidação, que explica os fatos a partir das suas origens, causas e consequências; e o efeito patêmico, que tem origem no conceito de *pathos* – um dos meios persuasivos de Aristóteles – e faz referência à capacidade de mobilizar sentimentos no auditório (AMOSSY, 2010, p.261) e ao modo como a emoção é inserida no discurso e narrativizada.

Ainda sobre o aporte teórico assumido, entende-se que as teorias do jornalismo abarcam questões caras a este trabalho, como a participação das fontes na construção do discurso jornalístico. Considerando-se que, embora o jornalista possa utilizar suas próprias observações no local do acontecimento, geralmente, o relato é composto a partir das impressões e informações fornecidas por outras pessoas (TRAQUINA, 2005). Por isso, defende-se o papel central das fontes, pois desempenham a função de explicar os fatos ou atestar a veracidade do conteúdo produzido.

Complementando as visões das teorias do jornalismo, busca-se o apoio dos estudos do testemunho e suas duas principais linhas desenvolvidas a partir dos depoimentos dos sobreviventes do Holocausto (testemunhos de *Shoah*) e das vítimas das ditaduras da América Latina (*testemonios*). Essas duas perspectivas a partir da visão de autores como Ricoeur (2007), Agamben (2008) e Sarlo (2007) ajudam a compreender não só o conceito do termo, mas também os atributos que tornam o testemunho tão relevante para jornalismo. Para Ricoeur (2007, p.172-173), esse tipo de depoimento detém uma confiabilidade presumida advinda de um triplo dêitico, que é expresso por meio da ideia de “eu estava lá”, ou seja, “a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção do lá em relação ao aqui”. Isto é, pelo fato de estar fundamentado em uma vivência, o testemunho de quem sobreviveu a uma situação extrema é visto como um ícone de verdade. Dessa forma, evidencia-se como um marcador de realidade, no qual o relato da pessoa envolvida na situação confere um efeito de

verdade ao discurso. Além disso, também se constituem como recurso para ilustrar aspectos humanos do acontecimento, conferindo emoção à narrativa.

Esses lastros teóricos forneceram a base necessária para os procedimentos metodológicos que, neste trabalho, estão divididos em três etapas: revisão teórica, escolha do corpus e definição das categorias de análise. Os conceitos de base estão explorados nos três primeiros capítulos. Para definir o *corpus* de pesquisa, partiu-se do entendimento de que as testemunhas têm atuação mais relevante nos primeiros dias de cobertura, haja vista que com o passar do tempo acabam suplantadas por provas concretas e fontes oficiais e especialistas. Desta forma, o *corpus* é composto pelo total de 44 entradas ao vivo veiculadas nos dias 27, 28 e 29 de janeiro, na Rede Globo de televisão e na sua afiliada RBS TV.

Importante deixar claro para fins metodológicos que, nesta pesquisa, as fontes testemunhais são entendidas como as pessoas que vivenciaram a tragédia ou ainda que foram afetadas de alguma maneira com o fato. Enquadram-se nestes critérios, por exemplo, sobreviventes, familiares, amigos e colegas de vítimas e voluntários que ajudaram nos trabalhos de resgates e identificação dos corpos. A manifestação dessas pessoas será tratada como testemunho neste estudo. Dito isto, para orientar e facilitar a apreciação das entradas ao vivo, desenvolveram-se dois protocolos de análise, um para ser aplicado às fontes oficiais/especialistas e outro, às fontes testemunhais. Em comum, os dois têm a especificação de itens como nome do programa, endereço eletrônico, data da veiculação, duração da entrevista, tema da reportagem, contexto da entrevista, quantidade de fontes, a classificação de fontes (oficial ou autorizada, especialista, testemunhal), o seu papel social, a presença de outras fontes e observações gerais e de imagem. O diferencial entre os dois protocolos é que no caso das fontes oficiais e especialistas não há a transcrição da fala, tendo em vista que essas não são o foco deste trabalho. Já as fontes testemunhais tiveram as falas decupadas e analisadas conforme o aporte teórico-metodológico de Charaudeau (2010) de formas de provar a verdade e conferir emoção ao relato. Assim, cada depoimento foi separado em sequências discursivas a partir da identificação de marcas discursivas de designação, reconstituição, elucidação e de efeito patêmico. Ainda como aspecto metodológico, cabe observar que se entende a importância da imagem para o telejornalismo, porém, este trabalho, não irá se deter na análise visual.

Essa pesquisa está estruturada em quatro capítulos. O primeiro intitulado de “O discurso jornalístico e a construção dos acontecimentos” é destinado a explicar a filiação às teorias construcionistas e à concepção de notícia como construção social e como discurso. O conceito de discurso jornalístico é complementado pelo de contrato de comunicação,

sistematizado por Charaudeau (2010a), que se encontra dividido entre as visadas de credibilidade (fazer saber) e captação (fazer sentir). Também são abordados os efeitos de realidade no jornalismo construídos a partir de procedimentos discursivos.

No segundo capítulo, “A cobertura ao vivo no telejornalismo- da rotina programada à imprevisibilidade da tragédia”, são esclarecidos conceitos fundamentais para as reflexões acerca das especificidades da transmissão ao vivo e de tragédias e suas diferenças em relação ao jornalismo diário e factual, principalmente a partir de dois pontos: a apuração e a entrevista.

No terceiro capítulo, “As fontes jornalísticas na apuração de tragédias ao vivo”, a abordagem versa sobre as classificações de fontes sob o ponto das teorias do jornalismo, assim como os fatores que influenciam na convocação. Também são discutidas a relação estabelecida entre informantes e jornalistas e a forma como as fontes colaboram para a reconstrução da informação. Ainda consta neste capítulo, os estudos dos testemunhos e seus principais usos no jornalismo.

No quarto capítulo intitulado de “A cobertura do caso Kiss”, são apresentadas a relação entre as duas emissoras ligadas por um vínculo de afiliação, a estrutura mobilizada para a cobertura e os procedimentos metodológicos da pesquisa. Depois, centra-se na análise da participação dos testemunhos na reconstrução do fato.

1 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DOS ACONTECIMENTOS

O jornalismo é resultado de uma série de condições e circunstâncias que configuram o conteúdo produzido. Entre o fato inicial que dará origem à notícia e a notícia veiculada há todo um processo de escolhas e construções de sentido. Essa compreensão integra as Teorias Construcionistas, que surgiram na década de 1970, em oposição à perspectiva de notícia como reflexo e retrato fiel da realidade.

O paradigma de notícia como construção social é profundamente consolidado no meio acadêmico, porém, nas redações ainda enfrenta resistências. E essa rejeição é fácil de ser compreendida. Ao rechaçar a ideia de transmissão da realidade, o construcionismo coloca em xeque um dos dogmas da profissão: a neutralidade do jornalista.

A analogia do espelho dominou o jornalismo na primeira metade do séc. XX, com os jornalistas a mostrarem-se como profissionais neutros e para além dos interesses e lutas políticas. Mas, as notícias que lemos ou vemos são o produto de processos organizacionais e da interação humana, moldam-se nos métodos usados pelos jornalistas na recolha de notícias, fontes que contactam, exigências organizacionais, recursos e políticas das organizações em que trabalham, gêneros noticiosos e suas convenções, o que põe em causa a teoria do espelho. (SANTOS, 2003, p.14)

Todo esse processo que envolve a produção da notícia faz parte da essência da prática jornalística. Isto é, a base do trabalho do profissional consiste na percepção e interpretação da realidade (LAGE, 2004, p.4). Logo, existindo essa dimensão subjetiva, não pode haver a transmissão direta da realidade. Outro importante argumento do construcionismo é a impossibilidade de separar a realidade propriamente dita e a realidade transmitida pela mídia, porque as notícias ajudam a construir essa realidade (TRAQUINA, 2005, p.168). A justificativa para esse entendimento está no fato de que os jornalistas só conseguem dar sentido aos acontecimentos a partir de significados compartilhados por uma comunidade, o que faz da notícia uma construção social.

Se o mundo não é para ser representado como uma confusão de acontecimentos desordenados e caóticos, então estes acontecimentos devem ser identificados (isto é, designados, definidos, relacionados com outros acontecimentos do conhecimento público) e inseridos num contexto social (isto é, colocados num quadro de significação familiares ao público. [...] se os jornalistas não dispusessem- mesmo de forma rotineira- de tais <<mapas culturais>> do mundo social, não poderiam <<dar

sentido>> aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é noticiável. (HALL *et al.*, 1999, p.225-226)

Dessa forma, as escolhas feitas pelos jornalistas são orientadas pela aparência que a “realidade” assume a partir desses “mapas culturais”, ou seja, “pelas convenções que moldam sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos, pelas instituições e rotinas” (TRAQUINA, 2005, p.174). Esses enquadramentos que a mídia faz têm poder avaliativo e normativo (RODRIGO ALSINA, 2005, p. 72) e por isso, acabam influenciando o modo de pensar de grupos e classes, tanto em relação a si mesmos como aos outros. Isto é, ao construir a notícia a partir de representações sociais, o veículo não só reafirma essas convicções, mas também colabora para a sua reprodução. Desse modo, o jornalismo diz o que é certo ou errado, determina as realidades que são aceitáveis ou não, contribui para a consolidação de consensos na sociedade e, por isso, é visto como construtor da realidade social.

Outro ponto chave para o construcionismo é a consciência de que as rotinas produtivas, a cultura e os constrangimentos profissionais impactam diretamente na construção da notícia. Portanto, é preciso considerar que o trabalho jornalístico é influenciado, por exemplo, por critérios de noticiabilidade e valores-notícia usados para definir o que é notícia, *deadlines*, questões editoriais e comerciais, além de inúmeras situações comuns no dia a dia da profissão que interferem no resultado final. Desse modo, os jornalistas não são totalmente livres para fazer escolhas, pois estão sempre subordinados a todos esses fatores (TRAQUINA, 2005, p.173).

Desse paradigma de notícia como construção, desenvolveram-se duas perspectivas: estruturalista e interacionista. De acordo com Traquina (2005, p.173), ambas compartilham da ideia de que as notícias são resultado da relação entre agentes sociais: “os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da *comunidade profissional*, dentro e fora de sua organização”. A diferença fundamental entre as teorias está na relação entre jornalistas e fontes. Para a estruturalista, são as fontes que definem o enquadramento da notícia. E, geralmente, esse papel de “definidores primários” cabe às fontes oficiais por possuírem acesso facilitado aos veículos. Por esse viés, os jornalistas nunca tomam a iniciativa, assim como também não desafiam esses definidores. Dessa forma, não há qualquer tipo de negociação entre fontes e jornalistas. Entende-se como mais adequada a abordagem da teoria interacionista que, além de compreender o tempo como um fator determinante no processo produtivo, considera a existência de uma negociação constante entre os agentes sociais, na qual o jornalista exerce papel decisivo no processo de produção da notícia, embora

as fontes oficiais continuem sendo privilegiadas. No entanto, compete a ele a função de selecionar os assuntos e construir os acontecimentos que apenas são entendidos como tal quando tornados públicos, pois “os fatos não falam se não forem convertidos em notícia, isto é, postos em discurso” (MARTÍN-BARBERO, 2004, p.80). Portanto, falar em construção não significa associar notícia com manipulação, mas ter em vista que é uma decorrência de um processo de interpretação. Para destacar a importância dessa compreensão, Benetti (2008, p.18) recorre às palavras de Cornu (1999, p.340) de que “(...) para existir, o fato precisa da interpretação, mas a interpretação não pode, por seu lado, dispensar os fatos. Assim, as notícias são entendidas como “estórias sobre a realidade” (BIRD E DARDENNE, 1999, p. 276), o que não implica considerá-las ficção:

dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna (TUCHMAN, 1993, apud TRAQUINA, 2005, p.169).

O próprio conceito de informação – no pensamento de Charaudeau – vai ao encontro dessa visão. Para ele, a informação nunca é um dado com existência própria, capaz de ser apreendido, mas uma construção feita a partir da linguagem que

não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, mas a sistemas de valores que comandam o uso desses signos em circunstâncias de comunicação particulares. Trata-se da linguagem enquanto ato de *discurso*, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido (CHARAUDEAU, 2010a, p.33).

E esse sentido, nas palavras do autor, não é “dado antecipadamente”, também é construído. Ao fazer seleções, o jornalista está priorizando certos entendimentos e estabelecendo determinados significados em detrimento de outros; logo, ao discurso não pode ser atribuído caráter de neutralidade. Para Martín-Barbero (2004, p. 80), “o sentido não existe sem a forma, e (...) toda forma é uma imposição de sentido. Não existem formas neutras, nem universais”. Além disso, a própria linguagem – que faz a mediação entre a realidade inacessível em si e os sujeitos – corrobora para essa perspectiva, tendo em vista que não é transparente e está sempre impregnada dos pontos de vista e dos valores de quem produz o texto (FIORIN, 2014, p.78).

O que também exclui qualquer possibilidade de isenção e neutralidade do discurso é o caráter dialógico da linguagem. A partir de Bakhtin, Barros (1997, p.28) afirma que a dialogia

pode ser explicada a partir da relação entre o eu e o outro, ou seja, da alteridade que constitui o ser humano. É esse conceito, considerado central na obra de Bakhtin, que “estabelece a relação entre linguagem, sujeito e vida” (BRAIT, 2014, p.515). O dialogismo pode ser pensado a partir de dois pontos: da intersubjetividade e da interdiscursividade. No primeiro caso, trata-se da relação entre os sujeitos que consiste na “troca, explícita ou implícita com outros enunciadore, [que] supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação, à qual se dirige o enunciadore e com relação à qual constrói seu próprio discurso” (MAINGUENEAU, 2001, p. 54). Isto é, essa relação com o outro, ao mesmo tempo que dá origem à linguagem, também constitui os próprios sujeitos. Dessa forma, conclui-se que o discurso só existe em função dos sujeitos, e nunca por si mesmo (BENETTI, 2006, p.3). Já o segundo caso, refere-se à relação entre os diferentes discursos que constituem o indivíduo e a sociedade na qual ele está inserido. Assim, o discurso nunca é individual, porque um discurso sempre remete a outros que são acionados quando ocorre a relação entre os sujeitos. Por isso, o discurso é entendido como único, impossível de ser reproduzido e com múltiplas possibilidades de interpretação, dependendo do contexto e da situação de comunicação nos quais está inserido. A partir daí, compreende-se o discurso também como histórico, haja vista que qualquer discurso depende de sujeitos, sempre localizados em um tempo e ocupando um lugar na sociedade (BENETTI, 2008, p.16).

Charaudeau reforça essas ideias ao destacar que o discurso não se restringe ao significado das palavras e frases no texto, mas é o resultado de uma

[...] combinação de circunstâncias em que se fala ou escreve (a identidade daquele que fala e daquele a quem se dirige, a relação de intencionalidade que os liga e as condições físicas da troca) com a maneira pela qual se fala. É, pois a imbricação das condições extradiscursivas e das realizações intradiscursivas que produz efeito (CHARAUDEAU, 2010a, p.40).

Todas essas particularidades comuns a qualquer discurso levam à conclusão de que o jornalismo pode ser entendido como um discurso, porque é

[...] *dialógico*, pois existe apenas na relação entre sujeitos (Bakhtin, 1979) e deve ser pensado em função dos sujeitos que envolve. É por natureza *polifônico*, pois supõe pluralidade de vozes (...). Embora se apresente como um discurso transparente, é na verdade, *opaco*, pois contém diversas possibilidades de interpretação e nem sempre deixa ver seu enunciadore, além de não permitir que se visualizem suas condições de produção e os interesses de quem enuncia. É *efeito e produtor de sentidos*, pois, se por um lado deriva da fala de indivíduos inseridos historicamente em seu tempo, sendo feito dos sentidos dominantes nesses contextos, por outro tem o poder de nomear, consagrando ou ocultando sujeitos, políticas, instituições, práticas e ideologias. O jornalismo é também *elaborado segundo regras e rotinas particulares*,

que estabelecem uma autonomia relativa e lhe conferem feições próprias (BENETTI, 2007, p.37, grifos da autora).

Essas “regras e rotinas particulares” dizem respeito a todo um repertório de diretrizes que não só caracteriza o discurso jornalístico, como também acaba por constituir o próprio jornalismo. Deste modo, pode-se dizer que as rotinas produtivas, os valores-notícia que determinam a transformação de fatos em acontecimentos, os critérios de seleção de fontes, a objetividade alardeada pelos profissionais e a forma da narrativa, por exemplo, funcionam como pilares que sustentam o maior princípio do jornalismo: o compromisso com a verdade. No entanto, essa “verdade não está no discurso, mas somente no efeito que produz” (CHARAUDEAU, 2010a, p. 63), isto é, o jornalismo não trabalha com a verdade, mas com um efeito de verdade construído a partir de procedimentos discursivos e de todo o conjunto de rotinas produtivas que caracteriza a profissão. Ainda segundo o autor, o efeito de verdade está ligado à convicção de “acreditar ser verdadeiro” e não em “ser verdadeiro” de fato, baseado na evidência. Porém, por mais que as teorias construcionistas já tenham esclarecido a impossibilidade de apreensão da realidade e, conseqüentemente, sua transmissão, o jornalismo precisa fazer com que o público acredite nessa ilusão (BENETTI, JACKS, 2001, p.285). É o compromisso com “a verdade” que ancora a credibilidade do jornalismo, fazendo com que seja reconhecido como uma instituição autorizada a narrar os fatos do dia a dia. E essa legitimidade passa pela crença de transmissão da realidade.

Sendo assim, o jornalismo precisa recorrer à construção de sentido que, segundo Charaudeau, pode ser realizada a partir de dois processos de semiotização: de transformação e de transação. O primeiro caso, como o nome leva a crer, transforma o “mundo a significar” em “mundo significado”, através da identificação dos seres e fatos e de suas caracterizações e ações. Já o processo de transação consiste em produzir esse sentido a partir de objetivos e de hipóteses sobre o destinatário. Dessa forma, imagina-se a “*identidade* do outro, o seu saber, sua posição social e seus interesses (...) o *efeito* que pretende produzir nesse outro; o tipo de *relação* que pretende instaurar com esse outro e o tipo de *regulação* que prevê em função dos parâmetros precedentes” (CHARAUDEAU, 2010a, p.41). Percebe-se que a atividade jornalística faz uso dos dois processos. Primeiramente, porque é da natureza do jornalismo entender, explicar e contextualizar os fatos (transformação); assim como construir a informação a partir de um público imaginado.

Todas essas questões referentes à construção de sentido e ao entendimento de jornalismo como um discurso têm estreita ligação com o conceito de contrato de comunicação, uma espécie de acordo tácito entre jornalistas e público, pelo qual são

determinados papéis distintos para cada instância que influenciam diretamente na relação estabelecida entre elas. Essa noção é fundamental para complementar o entendimento de discurso jornalístico.

1.1 O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO E A APROXIMAÇÃO ENTRE O *FAZER SABER E O FAZER SENTIR*

Para explicar a ideia de contrato de comunicação⁴, Charaudeau parte da noção de situação de comunicação, uma espécie de “quadro de referência” comum que serve de guia para os interlocutores se comunicarem. Sem esses parâmetros seria impossível ocorrer a comunicação, pois não haveria como estabelecer os sentidos. Também é por meio dessas referências que se constroem as normas e convenções de uma sociedade. Nas palavras de Charaudeau (2010a, p.67), a situação de comunicação é “como um palco, com suas restrições de espaço, de tempo, de relações, de palavras, no qual se encenam as trocas sociais, aquilo que constitui o valor simbólico”. Ao reconhecerem essas condições e restrições necessárias para que a comunicação se realize, os interlocutores firmam esse contrato de comunicação simbólico.

Esse contrato, ainda de acordo com Charaudeau, é resultado de dois fatores: o comportamento dos indivíduos na situação de comunicação (dados externos) e o posicionamento discursivo deles (dados internos)⁵. O primeiro caso, que tem especial interesse para este trabalho, engloba quatro tipos de produção de enunciação: *identidade, propósito, dispositivo e finalidade*. A *identidade* refere-se aos sujeitos envolvidos e a influência deles na situação de comunicação. Essa categoria pode ser resumida pelas expressões: “quem fala a quem?” e “quem se dirige a quem?”. As respostas para essas perguntas indicam o status social, econômico e cultural, os quais devem estar adequados à situação de comunicação para conferirem credibilidade a quem fala. Já a condição de *propósito* se refere aos assuntos que são tema do ato de comunicação que podem responder à pergunta “do que se trata” a comunicação? A categoria *dispositivo* considera o meio, o lugar físico utilizado para o ato de comunicação e pode ser definido pela expressão “que canal de

⁴ A noção de contrato de comunicação está na base de outros conceitos discutidos por diferentes autores, como por exemplo, Benveniste, Bakhtin, Greimas e Courtés, Ghiglione e Chabrol. Este trabalho opta pelo conceito desenvolvido por Charaudeau (2010, 2014).

⁵ Os dados internos tratam da maneira de se comunicar dos interlocutores, melhor dizendo, das estratégias discursivas usadas por eles. É o “como se diz” que pode ocorrer de três formas: no espaço de locução, de relação e tematização.

transmissão é utilizado”? Essa questão define o modo como as notícias serão construídas. O que determina as variantes é o dispositivo. Já a *finalidade* diz respeito ao objetivo do ato de comunicação e sua expectativa de sentido. O que resume essa categoria é a pergunta “estamos aqui para dizer o quê? ”, a qual pode ser respondida por meio de quatro visadas: prescritiva, que objetiva induzir o outro a uma ação (*fazer fazer*); informativa, que quer transmitir um saber (*fazer saber*); incitativa, que pretende levar o outro a acreditar no que está sendo dito (*fazer crer*) e patêmica que quer provocar alguma reação emocional no público (*fazer sentir*). Destas, três visadas merecem uma abordagem mais aprofundada por dizerem respeito a noções caras a este trabalho: as visadas do *fazer saber*, *fazer crer* e do *fazer sentir*.

As visadas destacadas têm importante relação com as lógicas simbólica e comercial do jornalismo. É o que Charaudeau chama de tensão da informação midiática. Se, por um lado, há o contrato de comunicação baseado no discurso de “verdade” que sustenta o caráter legítimo do jornalismo de informar; por outro, existe a lógica comercial, que exige a captação do público – tendo em vista a concorrência entre os meios de comunicação – e que pode colocar em xeque a credibilidade (obtida por meio do *fazer saber* e do *fazer crer*) do veículo dependendo das estratégias discursivas utilizadas para este fim.

A visada de *fazer saber* é constitutiva do jornalismo; trata-se da vocação de informar o cidadão. É o que dá legitimidade ao trabalho jornalístico. Existem duas formas de fazer este relato: por meio da *descrição-narração*, pela qual o jornalista “reporta os fatos do mundo” (como nas reportagens factuais ou *hard news*); e pela *explicação*, quando o enfoque do relato está centrado nas causas e consequências dos fatos (como nas reportagens especiais). Essas duas formas estão ligadas à legitimidade que, por sua vez, é fundamental para a consolidação da credibilidade, ou seja, da capacidade de fazer com que o público acredite no que está sendo veiculado, identificando-o como um discurso verdadeiro.

No discurso de informação, entretanto, não se trata da verdade em si, mas da verdade ligada à maneira de reportar os fatos: não é bem das condições de emergência da verdade que se trata, mas sim das *condições de veracidade*. À instância midiática cabe autenticar os fatos, descrevê-los de maneira verossímil, sugerir as causas e justificar as explicações dadas (CHARAUDEAU, 2010, p.88).

Para conferir esse caráter de verdade ao discurso, é preciso fornecer provas “objetivas, independentes da subjetividade do sujeito falante, exteriores a ele e reconhecidas por outros” (CHARAUDEAU, 2010a, p.55). O que pode ser feito por meio de três processos discursivos: designação, reconstituição e elucidação.

Pela designação cria-se a ideia de transparência, como se o verdadeiro estivesse sendo mostrado, conferindo, assim, autenticidade ao relato. O autor resume essa categoria com a frase: “o que é verdadeiro, eu mostro a vocês. ” A imagem ao vivo é uma das formas mais eficazes de se alcançar a impressão do autêntico. A impossibilidade de edição na transmissão em tempo real passa a ideia de que a realidade está sendo mostrada sem cortes, sem manipulações, exatamente como ela é. No caso da boate Kiss, um exemplo de designação seriam as imagens da casa noturna queimada e dos resgates das vítimas, pois essas estão atestando que, realmente, ocorreu um incêndio no local. Além da imagem, os testemunhos, documentos e objetos fornecem essa impressão ao funcionarem como provas concretas.

O segundo processo chamado de reconstituição tem o objetivo de conferir verossimilhança à narrativa, ou seja, “dizer como deve ter acontecido” e fazer com que o público acredite no relato apresentado como o mais fiel possível à realidade. O recurso discursivo é usado quando os fatos já ocorreram e o jornalista precisa recuperar os acontecimentos e mostrar a maneira como devem ter ocorrido. Enquadram-se nesse ponto, as entrevistas de testemunhas e de autoridades que ajudam a reconstruir analogicamente, dando ideia de encadeamento dos fatos, assim como mapas, maquetes e closes que ajudam a visualizar o que então é impossível. Um dos exemplos mais claros de reconstituição no caso Kiss foi a reprodução do ambiente da boate feita pelo Fantástico⁶. No dia 4 de fevereiro, uma semana após a tragédia, o programa da Rede Globo exibiu uma réplica em tamanho real da casa noturna, construída a partir de medidas que constavam na planta do imóvel e de informações de pessoas que conheciam o local. O programa convidou um especialista em gerenciamento de risco e planejamento de emergência, dois sobreviventes e uma funcionária da boate para entrarem na casa noturna reconstruída. Dentro do local, os jovens que conseguiram escapar da boate deram detalhes sobre o início do fogo, a fuga, o tumulto e outros apontamentos que poderiam ajudar no esclarecimento da tragédia. Tudo foi comentado pelo especialista que caminhava pelo interior da casa junto com os sobreviventes à medida que os fatos eram narrados.

Já a elucidação faz referência à maneira de explicar os acontecimentos, desde a forma como ocorreram, os motivos, as consequências e sua origem. Por meio desse procedimento deve ser possível dizer “eis porque as coisas são assim”. Os experts e especialistas são capazes de fornecer essa prova com base nos seus saberes científico e técnico. Nas palavras

⁶ Link disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/fantastico/v/fantastico-faz-reproducao-do-ambiente-da-boate-kiss/2384397/>>. Acesso em: 11 jun. de 2015.

de Charaudeau (2010a, p.91), “elucidar é esclarecer o que não se vê, o que está oculto, o que é latente (...) é mostrar como foi possível que tal acontecimento se produzisse.

Além dessas formas de provar a verdade, o jornalismo ainda pode construir sua credibilidade por meio de outras estratégias discursivas que levam em consideração o grau de posicionamento do informador no discurso, o qual pode ser de neutralidade, de distanciamento e de engajamento (Charaudeau, 2009, p.53). No primeiro caso, o objetivo é mostrar o relato do informador como isento e livre de opiniões pessoais. Uma das formas de fazer isso é por meio da fonte testemunhal. Pelo fato de terem sua legitimidade ligada à vivência, o depoimento da testemunha reveste-se de um caráter de verdade inquestionável. Já a estratégia do distanciamento, fundamenta-se na busca por uma posição “fria e controlada” característica das fontes experts e especialistas, que explicariam o fato ou as suas consequências a partir de seu conhecimento científico, e por isso, estariam fora de suspeita. E a estratégia de engajamento – oposta à neutralidade – ocorre quando o sujeito adota uma posição e, a partir dela, constrói sua argumentação. Nesse caso, espera-se que a convicção em determinada abordagem influencie o interlocutor. A partir dessas estratégias, cabe ao jornalista definir quais delas e em quais quantidades (o número de testemunhas que serão ouvidas, por exemplo) será preciso usá-las para garantir a credibilidade da cobertura de uma tragédia, por exemplo.

No entanto, apesar de fundamental, não é suficiente mostrar-se credível e digno de confiança; o jornalismo ainda precisa captar o público, ou seja, convencer a audiência a acompanhar a sua programação.

Toda visada de captação está orientada para o parceiro da troca, um parceiro que se supõe não natural (é necessário instituí-lo como destinatário da mensagem), não passivo (ele possui suas próprias faculdades de interpretação) e não ter sido conquistado antecipadamente pelo interesse que a mensagem pudesse ter despertado (é necessário persuadi-lo, seduzi-lo) (CHARAUDEAU, 2010a, p.91).

Essa captação é feita por meio da visada *fazer sentir*, que vai de encontro à visada *fazer saber*. Enquanto uma pretende informar, a outra almeja persuadir o público principalmente por meio da emoção. E, dependendo da forma como é realizado esse *fazer sentir*, a credibilidade adquirida poderia ser comprometida, na concepção de Charaudeau. No entanto, ao pensar que a emoção é constitutiva de qualquer discurso, ou seja, indissociável do relato, então não há a opção de evitá-la para satisfazer apenas a visada do *fazer saber*. Dessa forma, questiona-se até que ponto o *fazer sentir* estaria cumprindo apenas o papel de

emocionar o público a fim de captá-lo. Ainda se pode refletir sobre a possibilidade de o *fazer sentir* colaborar também para a informação do público. Apesar de abordar a tensão entre as duas visadas, Charaudeau (2010, p.93) admite que “uma mídia (imprensa, rádio, televisão) que só satisfizesse ao rigor sóbrio e ascético do *fazer saber* estaria condenada a desaparecer”.

Assim como a visada de credibilidade, a de captação também pode se valer de estratégias discursivas (polêmica, sedução e dramatização), cujo emprego varia de acordo com a situação de comunicação. Na estratégia “polêmica”, o sujeito desqualifica as ideias dos outros interlocutores e, até mesmo, os próprios interlocutores para que seus argumentos percam a validade. Na sedução, usa-se o recurso de personagens para incentivar a identificação do público com o relato. Essa estratégia é bastante utilizada no jornalismo diário, não só com o objetivo de fazer com que público se coloque no lugar do personagem, e assim, se identifique, mas também com o intuito de humanizar as reportagens. Por sua vez, a dramatização apoia-se na emoção do público para despertar o interesse pela informação transmitida.

Para satisfazer esse princípio de emoção, a instância midiática deve proceder a uma encenação sutil do discurso da informação, baseando-se ao, mesmo tempo, nos apelos emocionais que prevalecem em cada comunidade sociocultural (CHARAUDEAU, 2010a, p.92).

Interessante observar que o *fazer crer* permeia essas outras duas visadas o tempo todo. Supondo que as visadas do *fazer saber* e do *fazer sentir* pudessem ter suas funções totalmente distintas e, dessa forma, o veículo informasse apenas por meio do *fazer saber*, e emocionasse só pelo *fazer sentir*, ainda assim a visada do *fazer crer* estaria presente nessa relação, pois faz parte da essência do jornalismo ser credível; o público precisa acreditar na veracidade das informações transmitidas. É dessa credibilidade que se origina o caráter legítimo do jornalismo como instituição autorizada a reportar os fatos do dia a dia da sociedade.

As visadas do *fazer saber* e do *fazer sentir*, permeadas pela do *fazer crer*, mostram o quanto o discurso jornalístico ocupa uma posição tensa. Não perdendo de vista todos os questionamentos feitos a respeito das visadas, esses riscos ficam muito nítidos na cobertura ao vivo de tragédias. A forma de entrevistar as vítimas e familiares, as simulações feitas do local do acontecimento e as imagens veiculadas podem cumprir o papel de reconstruir o fato, mas também podem contribuir para o sensacionalismo puro e sem contextualizações. No entanto, como já se abordou, não se pode ir ao outro extremo e imaginar – em nome da credibilidade – ser possível excluir totalmente a emoção do discurso jornalístico, ainda mais em coberturas de fatos trágicos em que essa característica é exacerbada pela própria constituição dos fatos.

A própria definição de acontecimento apresentada por Charaudeau corrobora esse entendimento. Para ele, o acontecimento é selecionado e construído a partir dos potenciais de atualidade (tendência para o imediatismo), socialidade (capacidade de representar o mundo a partir de significações compartilhadas) e imprevisibilidade (caráter de ruptura). Esse último está diretamente relacionado à captação, pois o imprevisível perturba e desorganiza. Por sua vez, o jornalismo vai interpretar esse fato a partir do insólito, do notável e dos lugares-comuns de forma que o público consiga “recategorizar seu sistema de inteligibilidade e redramatizar seu sistema emocional” (CHARAUDEAU, 2010a, p.103). Como o acontecimento catastrófico tem grande potencial de imprevisibilidade, o contrato de comunicação acaba ganhando outros contornos em uma cobertura de tragédia, talvez não tão distintos. Todas essas questões sugerem que o *fazer sentir* que, normalmente, ocupa uma posição secundária no discurso jornalístico, talvez esteja mais próximo do *fazer saber* nas situações dramáticas.

1.1.1 Os efeitos de realidade: as estratégias discursivas de verossimilhança e credibilidade do discurso

Os efeitos de sentido são inerentes a qualquer discurso. Sendo a realidade propriamente dita impossível de ser capturada e transmitida em sua integridade, o relato jornalístico é sempre discurso e costuma ser construído, fundamentalmente, de forma a convencer o público de que a informação transmitida é verdadeira. Para isso, o jornalismo recorre a distintas estratégias, que se configuram, no entendimento de Peruzzolo (2015, p.168), em “um conjunto de atitudes organizativas, prevendo determinadas operações, recorrendo a instrumentos (adequados) e a opções táticas, com o intuito de atingir objetivos”. Por se tratar de atender a uma exigência essencial do contrato jornalístico – a crença na verdade – essas estratégias e, conseqüentemente, seus efeitos de sentido pretendidos estão presentes desde os formatos mais simples de notícias até às reportagens mais aprofundadas.

Entre tantos efeitos possíveis de serem construídos discursivamente (proximidade, afastamento, objetividade, subjetividade, presença, atualidade...), o efeito de real é considerado o mais caro ao jornalismo, justamente por estar ligado à legitimação do discurso. Sua construção está embasada na ideia de verossimilhança:

O verossímil no jornalismo encontra-se em relação direta com o efeito de real construído discursivamente. É essa verossimilhança que irá garantir credibilidade ao jornal e, conseqüentemente, criar a imagem do enunciado midiático como aquele que sustenta um discurso verdadeiro” (NAVARRO, 2010, p.85).

Isto é, não se trata de construir um discurso verdadeiro, mas que pareça ser verdadeiro, verossímil. Para isso, busca-se conferir o sentido de referencialidade por meio da inserção de marcas que remetam a dados reais. Esse processo é chamado de ancoragem:

trata-se de ancorar o dito a pessoas, nomes, denominações de objetos, espaços geográficos, conhecidos, datas, números, dados estatísticos, fatos históricos, imagens, fotografias, simulações gráficas e/ou computacionais, qualificações profissionais cargos, características individuais, atitudes familiares, traços ambientais, arquitetônicos e outros, que o destinatário reconhece como existentes (PERUZZOLO, 2015, p.178).

Por consequência, conclui o autor, se o público identificar todas essas referências como reais, logo, vai associar que as informações contidas no texto também são reais, tratando-se, portanto, de um discurso verdadeiro. Para Barros (1997, p.59), essas referências à realidade criam “ilusões discursivas de que os fatos contados são ‘coisas ocorridas’, de que seus seres são de ‘carne e osso’, de que o discurso, enfim, copia o real”. Importante deixar claro que o fato de o telespectador interpretar o discurso como verdadeiro não quer dizer que ele, realmente, o seja. Significa, apenas, que a construção discursiva que almejava o efeito de real foi bem-sucedida, mas não que haja, necessariamente, “correspondência entre os enunciados e o acontecimento” (PERUZZOLO, 2015, p. 258).

De maneira geral, entre todas as possibilidades de referenciar o real, talvez os depoimentos de testemunhas sejam os recursos mais evidentes para a construção do efeito de realidade. Por estar baseado em uma experiência, o depoimento de alguém que sobreviveu, presenciou ou foi, de alguma forma, atingido pela tragédia adquire caráter de verdade inquestionável. Por conseguinte, é como se o relato dessas pessoas fosse apenas a expressão do vivido, do sentido ou presenciado. Especificamente em coberturas de tragédias, o relato de quem viveu o sofrimento reforça o teor do real da narrativa jornalística (RIBEIRO, SACRAMENTO, 2014, p.62).

No telejornalismo, esse efeito de realidade é potencializado pela imagem, “quando se presume que ela reporta diretamente o que surge no mundo” (CHARAUDEAU, 2010, p.110). O fato de assistir a diferentes imagens do acontecimento em seus diversos detalhes e em diferentes ângulos pode passar a impressão de que se trata da realidade em si, que apenas foi flagrada pelas câmeras. É como se a televisão somente transmitisse o fato ocorrido, sem qualquer espécie de tratamento e manipulação (no sentido de manuseio) da imagem. Contudo, é preciso ter claro que a característica audiovisual também é construída, pois quando o cinegrafista direciona a câmera para determinado ponto e não a outro ou quando escolhe o

enquadramento, a imagem já está sendo narrativizada. Esse processo ainda passa por um segundo momento na ilha de edição, no qual o raciocínio segue semelhante: cada decisão do editor e cada cena selecionada para ilustrar a narrativa representam uma construção. Ainda assim, e por mais que os telespectadores possam ter uma ideia de como funciona a gramática da televisão – dada a popularização de equipamentos de gravação – as imagens geram um efeito de realidade.

Nesse mesmo caminho também está a transmissão ao vivo, definida por Emerim e Brasil (2013, p.22) sob o ponto de vista da semiótica e a partir das ponderações de Duarte (2004), como aquela em que a “exibição dos acontecimentos se dá ao vivo, sem cortes em tempo real”. Tecnicamente, trata-se de um procedimento no qual produção, transmissão e recepção ocorrem simultaneamente (FECHINE, 2008, p.28). Ainda assim, não se pode esquecer que a transmissão ao vivo também é uma construção, como bem salienta Marcondes Filho (2000, p.84). Nas palavras do autor, ela

[...] jamais é o próprio ato, ela já é, sempre, uma captação de um acontecimento e sua reprodução em outra parte (nos estúdios, nos lares). Ela interfere ao *escolher* esse ato e não outro (...). Há sempre um ou mais cinegrafistas que tomam as cenas: eles escolhem os ângulos, as pessoas, os atos. (...) Logo, o que vemos num “ao vivo” não passa de um resultado de muitas escolhas, de muita gente interferindo, em suma, é uma produção, não é a “coisa em si”, que, todos nós sabemos, não existe. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 84).

Isto é, o ato de selecionar o assunto e determinar sua abordagem, por exemplo, já deve ser considerado como parte de um processo de edição que vai além das possibilidades técnicas da ilha de edição- estas sim, com usos restritos na transmissão ao vivo. Por isso, o ao vivo não pode ser entendido como transparente e isento dos procedimentos jornalísticos.

Ainda assim, como os acontecimentos são transmitidos à proporção que se desenvolvem (DAYAN E KATZ, 1999, p.20), no “agora” ou como prefere Fechine “se fazendo no momento”, é gerado um efeito de realidade que, por sua vez, propicia um sentido de autenticidade à narrativa. Por mais que a imagem gravada também possa dar a impressão de “verdade pura”, na transmissão em tempo real essa ideia é exacerbada, conforme analisa Fechine a partir da comparação entre as duas possibilidades televisivas.

Numa sequência gravada, a consciência que o telespectador possui de que o material foi manipulado, previamente, numa ilha de edição, neutraliza, ao menos em parte, o sentimento de estar diante de uma ocorrência ou de um comportamento genuínos tais como instaurados pela transmissão direta. Sem o “ao vivo”, perde-se, justamente, a sensação de presença que lastreia essa promessa de autenticidade. Numa entrevista “ao vivo”, o telespectador sabe que a sequência apresentada naquele momento não é o que decidiram que ele deveria ver dentre de todo o

conteúdo revelado por aquele entrevistado: o que ele vê é, de certa maneira, “uma sucessão bruta” do material que a própria TV pode exibir, exatamente, naquele momento, sobre um determinado assunto, produzindo-se a partir disso um sentido de fidedignidade (FECHINE, 2008, p. 204).

Essa impressão de “sucessão bruta” a que a autora se refere é potencializada pela ideia de que não há possibilidade de edição na transmissão direta. De fato, não há como manipular o material a *posteriori* (FECHINE, 2008, p. 204) como ocorre em uma reportagem, por exemplo. Também não há como o repórter “fazer de novo” ou repetir a fala até que sua atuação seja considerada ideal. Todavia, Fechine pondera que não se pode dizer não existir edição na transmissão direta, mas ela se limita “geralmente, ao corte de uma câmera à outra, quando há essa possibilidade, no próprio momento da transmissão”.

Carlón (2012) também usa a semiótica para explicar o efeito de realidade gerado pela transmissão direta. Para ele, o ao vivo remete a ideia de um “*isto é real, agora*” ou a “*este real se desenvolve agora em seu acontecer*” e, por isso, provoca sentidos diferentes da imagem gravada, pois as duas modalidades são diferentes em relação à temporalidade e ao discurso.

Na transmissão direta o discurso se constrói à medida que o tempo transcorre, e de fato, ainda que a imagem que se emite não tenha sido plenamente vista anteriormente (pois, ainda que a diferença temporal seja mínima, no momento em que a imagem passa a ser emitida já é um momento novo, não visualizado). Por isso, é um discurso não pré-visualizado, enquanto que o discurso da gravação o é (CARLÓN, 2012, p. 54, grifo do autor).

É justamente esse discurso “não pré-visualizado” que dá margem para outro sentido: o de atualidade. Machado (1992, p. 175) considera-o como uma especificidade fundamental do veículo: “se a televisão é privada de sua característica de *atualidade*, ela se torna completamente obsoleta”.

Outro efeito gerado pela transmissão direta é o de proximidade com o telespectador. No ao vivo, é como se as distâncias – por maiores que sejam – entre o acontecimento e o público fossem abolidas. Para explicar essa relação, Machado (1992, p.175) relembra e rejeita a antiga imagem de que a televisão seria uma janela para o mundo ao afirmar: “a janela se abre para o terreno do vizinho, para o que está próximo, enquanto a televisão busca aproximar o que está distante”.

Por sua vez, essa aproximação da realidade ao público contribui para o chamado efeito de presença que, ao abolir distâncias, propicia também “a ilusão de uma história se fazendo numa cotemporalidade com o fluxo da consciência do telespectador: o acontecimento

mostrado, eu o vi, eu, em meu presente, ao mesmo tempo (...), tempo atual e intemporal, pois passado e futuro se fundem nele” (CHARAUDEAU, 2010a, p.111). Fechine (2008, p.120) detém-se à questão e corrobora a importância dessa temporalidade compartilhada por destinatadores e destinatários durante a transmissão. Esse mesmo tempo que une as duas instâncias acaba criando um vínculo entre elas, fazendo com que ocupem “um lugar comum de interação”, de vivência, de “estar aí num lugar e num momento no mundo” (2008, p.244). Ou seja, é

nessa temporalidade construída pela TV, mais ‘decalcada’ do mundo’, que o espectador pode vivenciar a transmissão do fato como se fosse o próprio fato: é produzindo este tipo de vivência que a transmissão direta no telejornal neutraliza a oposição entre o televisual e o extratelevisual; oblitera a própria mediação existente entre os sujeitos e o objeto envolvidos no ato comunicativo; instaura, em termos mais gerais, um efeito de presença, que está por trás de muitas mudanças nos regimes de sociabilidade associada à TV (FECHINE, 2008, p.244).

Em busca dessa proximidade com o público, o telejornalismo tem investido em alternativas ao padrão tradicional de narrativa. Ainda que a coloquialidade seja característica da televisão, há não muito tempo, o texto das entradas ao vivo e das reportagens em geral era rígido e decorado, sem margem para improvisos. Porém, como assinala Musse (2010, p.4), “o texto severamente marcado do script, aos poucos, vai cedendo espaço para uma conversa, simula-se um diálogo com o espectador, que sugere matérias, é ‘ouvido’ (...) mas tudo dentro dos ‘segundos’ sacramentados”. Trata-se de uma espontaneidade maior, por mais que seja prevista e até mesmo treinada pelos repórteres a exemplo do que ocorria com o texto convencional, chamado nas redações de “quadrado” por não possibilitar qualquer espécie de improviso ao planejado.

Por outro lado, Piccinin (2014, p.81) observa que essa tendência de informalidade também está ligada ao objetivo de conferir status de transparência e autenticidade às notícias. Uma das estratégias identificadas pela autora é a demonstração dos bastidores da televisão.

A explicitude dos processos de produção enquanto estratégia de autenticidade, portanto, vai pautando uma configuração complexa na linguagem jornalística, que caminha no distanciamento de seu oposto canônico, baseado até então na rígida vigilância do ocultamento desse fazer (PICCININ, 2013, p. 134).

Assim, o que era escondido para não afetar a seriedade do veículo, ganha visibilidade. O cinegrafista que, dificilmente, aparecia em cena ou o repórter que era visto no vídeo apenas no momento da passagem (ou boletim) passam a ser figuras frequentes, quase como

personagens em determinados programas⁷. Para isso, cria-se a situação de um cinegrafista gravar o trabalho da outra equipe (outro cinegrafista, repórter, técnico de áudio), ou seja, fazer o *making of*⁸ da reportagem. Da mesma forma, hesitações do repórter no momento de falar o texto, imagens tremidas e fora de foco, por exemplo, podem ser inseridas na narrativa como forma de levar mais “realidade” ao telespectador. Em outras palavras, é como se a veiculação desses até então “erros” deixasse o produto telejornalístico mais espontâneo, menos editado, sem tantos artifícios e, dessa forma, mais real. Piccinin (2013, p.134) lembra que Machado (2001) designa essa prática de estética do acaso, “que prevê erros planejados ou não, desde que contribuam para a oferta de um sentido de não planejamento, em direção à máxima transparência”. Nesse caso, poder-se-ia dizer que estamos falando de uma falsa espontaneidade, tendo em vista que a palavra pressupõe algo natural e, pelo observado, trata-se de algo que pode ser planejado ou não.

Contudo, não é nosso objetivo discutir este aspecto aqui, até porque em um veículo com produções cronometradas – em que não é exagero afirmar que poucos segundos fazem diferença – é improvável pensar em atuação totalmente não planejada. O fato é que, de qualquer forma, representa uma importante mudança no telejornalismo. Por um lado, é a busca pela prova do real, da verdade que vai ao encontro dos pilares do jornalismo de convencer o público de que seu relato é verdadeiro. Por outro, representa uma ruptura com um tipo de narrativa que, historicamente, privilegiava a sisudez do texto e uma postura circunspecta dos repórteres como forma de garantir a credibilidade do veículo. Por conseguinte, traz à tona outras questões basilares e polêmicas no jornalismo: a oposição entre objetividade e subjetividade, razão e emoção, informação e captação. A partir desse contexto, pode-se discutir, por exemplo, até que ponto a credibilidade é atrelada somente à sobriedade, e a emoção a um caráter depreciativo. Infere-se que essas bipolaridades não tenham fronteiras tão rígidas, podendo entrelaçar-se no discurso jornalístico.

1.1.2 O efeito patêmico: o discurso que emociona e informa

⁷ Esse tipo de prática é bastante comum em programas que costumam mostrar os seus bastidores, como o “Profissão Repórter” (Rede Globo) e “A Liga” (Rede Bandeirantes). Piccinin (2013) analisa, detalhadamente, as estratégias utilizadas por essas produções para autenticidade a suas narrativas.

⁸ A expressão em inglês ‘*making of*’ remete ao processo de fazer, de confeccionar alguma coisa. O termo, originalmente, era usado em relação a vídeos e documentários no sentido de mostrarem como eram realizados, a partir da exibição de seus bastidores.

Os conceitos de *pathos* e emoção estão intrinsicamente ligados. De maneira geral, o termo *pathos*, cuja origem remete aos meios persuasivos⁹ de Aristóteles, diz respeito às formas de produzir sentimentos no auditório (PLANTIN, 2014, p.371). Conforme Charaudeau (2014, p.372), a noção é “às vezes, utilizada para assinalar as discursivizações que funcionam sobre os efeitos emocionais com fins estratégicos”. A partir disso, em suas análises, o autor trabalha com o conceito de efeito patêmico como uma estratégia discursiva para despertar algum tipo de reação emocional no público. Porém, para uma abordagem mais aprofundada do conceito, é preciso discutir alguns pontos sobre a emoção no discurso.

A emoção ainda é um assunto que desperta controvérsias no jornalismo. Nos manuais de redação, frequentemente, o tema é abordado sob um viés negativo (HAGEN, 2008), que o associa à espetacularização. Por esse ângulo, os profissionais deveriam evitar a emoção em seus relatos como forma de não provocar a perda da credibilidade. Entre as duas empresas de televisão analisadas neste trabalho, nenhuma faz menção direta a como os jornalistas devem lidar com a emoção em seus textos. Indiretamente, percebe-se o entendimento de emoção como sensacionalismo. No manual “Princípios editoriais das Organizações Globo”, a empresa afirma que seus veículos não farão “uso de sensacionalismo, a deformação da realidade de modo a causar escândalo e explorar sentimentos e emoções com o objetivo de atrair uma audiência maior” (2011, p.19). Já no “Guia de ética e autorregulação da RBS TV” (2011) não há qualquer alusão ao tema. No entanto, como a RBS TV possui um vínculo de afiliação¹⁰ com a Rede Globo e, por isso, é obrigada a seguir suas orientações editoriais, depreende-se que a emissora gaúcha compartilhe da mesma concepção – ainda que não se manifeste sobre isso em seu guia de orientação aos jornalistas.

Interessante atentar também que, ao fazer essa ligação com sensacionalismo, a Rede Globo afirma não concordar com o uso da emoção para atrair audiência. Essa constatação, seguindo o aporte teórico de Charaudeau (2010, p.93), soa como uma incoerência, haja vista que o autor traça uma relação direta à lógica comercial de captação de audiência. Entende-se que a emoção pode ser explorada em maior ou menor grau para esse fim, entretanto, não é possível abdicar totalmente da emoção. Como já foi referido neste trabalho, Charaudeau (2010a, p.93) condena ao desaparecimento uma mídia que ambicione atender a apenas a visada do *fazer saber*, ou seja, da credibilidade.

⁹ Os outros dos meios de persuasão são o *ethos*, que diz respeito ao orador; e o *logo*, que se refere ao discurso em si.

¹⁰ Essa relação de afiliação está mais bem problematizada no capítulo “4. A cobertura do Caso Kiss”.

Além disso, é necessário problematizar a emoção como constitutiva de qualquer discurso, inclusive o jornalístico. Isto é, por mais que não seja o objetivo atrair o público, não se tem a opção de excluí-la do relato, justamente por ela fazer parte da essência do discurso. Nessa perspectiva, compartilha-se da opinião de Fernandes (2010, p.141) na qual a emoção em si não é um elemento negativo *a priori* que, inevitavelmente, diminui a credibilidade da narrativa.

Ademais, contemporaneamente, como argumenta Piccinin (2013, p.132), o telejornalismo tem passado por mudanças impulsionadas pela necessidade de “acolher a demanda de transparência” do seu discurso. Por isso e para atingir o objetivo de tornar sua narrativa mais real e autêntica, o jornalismo de televisão recorre a estratégias que conferem um tom emocional e subjetivo à narrativa. É o que se observa nas reportagens em que o repórter assume um papel de personagem e passa a narrar suas impressões e experiências vividas no momento. Esse tipo de relato também é frequente nas coberturas ao vivo de assuntos dramáticos, quando jornalistas são questionados a dizer o que estão presenciando naquele instante ou então qual o “clima” da cidade após o acontecimento, por exemplo.

Essas questões também trazem à tona o antigo- e, ainda atual- debate entre objetividade e subjetividade jornalística. Se na época da profissionalização do jornalismo no século XIX, a introdução do conceito de objetividade foi importante para marcar a diferença entre opinião e informação, hoje, não pode ser interpretada da mesma maneira. Tuchman (1999, p.74) define a objetividade não como imparcialidade, mas como um ritual estratégico que ajudaria a resguardar os jornalistas “dos riscos da profissão”. De acordo com a autora, além da “verificação dos fatos”, outros quatro procedimentos são usados pelos jornalistas como forma de atingir a objetividade: a apresentação das versões dos envolvidos na notícia, a exibição de provas, o uso de aspas nas citações (correspondem às sonoras na televisão) e a estruturação da informação conforme o grau de importância. No entanto, a autora ressalta que todos esses artifícios são uma forma de defesa a críticas ao trabalho desenvolvido e uma tentativa de alcançar a objetividade, não uma garantia. Com uma compreensão semelhante, Motta (2005, p.10) argumenta que objetividade é uma “estratégia argumentativa” que busca construir efeitos de real e, assim, provar a veracidade da narrativa. Como exemplo dessas estratégias, o autor cita o depoimento das fontes que ajudam a disfarçar a subjetividade e a “identificação de lugares e personagens (...) [que] transmite a ideia de precisão e causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas”. Por outro lado, Motta ressalta que a linguagem jornalística é “de natureza dramática e a sua retórica é tão ampla quanto à literária”

e, por isso, a subjetividade é inerente a ela. Para ilustrar essa perspectiva, o autor cita as chamadas dos telejornais e os efeitos emocionais gerados por elas.

Intencionalmente ou não, geram nos leitores inúmeros efeitos de sentido emocionais. Recursos linguísticos e extra linguísticos remetem os receptores a estados de espírito catárticos: surpresa, espanto, perplexidade, medo, compaixão, riso, deboche, ironia, etc. Eles promovem a identificação do leitor com o narrado, humanizam os fatos brutos e promovem a sua compreensão como dramas e tragédias humanas (MOTTA, 2005, p.11).

Com base nesses exemplos, depreende-se que uma narrativa objetiva não daria margem para tantas interpretações e, conseqüentemente, a todos esses sentidos. Dessa forma, pode-se entender a narrativa jornalística como uma articulação dos dois conceitos. Já Charaudeau (2010, p.93) tem posicionamento mais radical ao tratar a discussão como uma “falácia”, tendo em conta que a própria noção de contrato de comunicação e a sua dupla finalidade (*fazer saber e fazer sentir*) inviabilizam qualquer expectativa de “objetividade da informação”.

Todos esses questionamentos relacionados à emoção/razão e subjetividade/objetividade ficam mais latentes em uma cobertura de tragédia em que os fatos são, em sua essência, dramáticos. Como narrar uma situação tão extrema, de ruptura no ciclo natural da vida em que pais perdem filhos jovens e de maneira tão abrupta, sem emoção? De que forma se ela está imbricada nos depoimentos de sobreviventes, de familiares de vítimas e até mesmo de fontes oficiais das quais, normalmente, espera-se uma fala mais objetiva e restrita às provas e dados estatísticos? Por isso, a impossibilidade de relatar uma tragédia sem emoção, até porque novas abordagens do tema rechaçam não só a separação entre razão e emoção (HAGEN, 2008), como também defendem a indissociabilidade entre elas. Plantin (2014, p.372) argumenta que é impossível “construir um objeto de discurso sem construir simultaneamente uma atitude emocional em relação a esse objeto”. Jáuregui e Antunes (2012, p.8) também partem desse embasamento para ressaltar que a emoção faz parte do ser humano e é fundamental na interpretação dos acontecimentos que lhe afetam. Por isso, a separação é inviável.

[...] da mesma forma como é preciso encontrar fundamentos (*razões*) para a compreensão de uma operação aparentemente lógica (e tais *razões*, por sua vez, também serão baseadas em algo) as paixões terão, de alguma maneira, as suas *razões*. E pela afirmação de que o próprio juízo é passional, compreendemos que tanto na busca das *razões* das *razões* quanto na busca das *razões* das *paixões*, acabaremos sempre chegando a fundamentos afetivos que, de uma forma ou de outra, também modulariam a relação entre sujeito e o mundo.

Esses pontos de vista podem ser enquadrados nas teorias retórico-discursivas¹¹, pelas quais os sentimentos e paixões fazem parte de “provas persuasivas e efeitos discursivos pretendidos, a partir de determinados usos da linguagem” (MENEZES, 2010, p.317). Charaudeau (2010c, p.26-31) compreende que esses estudos discursivos devem partir de três pontos: a emoção é intencional, ligada aos saberes de crença e às representações sociais. No primeiro caso, a intenção está no fato de que “as emoções se manifestam em um sujeito a um propósito de algo que ele representa para si”, isto é, despontam a partir de alguma coisa imaginada por esse sujeito, portanto, inseridas em um “quadro de racionalidade”, usando a expressão do autor. A emoção também tem conexões com os saberes de crença – valores, princípios e normas – que norteiam a vida de cada pessoa. Por isso, um enunciado só irá emocionar se for ao encontro desses valores que são caros para o sujeito. A partir desse raciocínio, também se pode conceber a ligação com as representações sociais. Essa espécie de avaliação mental do indivíduo que poderá despertar a emoção está estreitamente relacionada às experiências intelectuais e afetivas que cada um possui e que acabam por constituir-lo (2010c, p.30). Trazendo esses conceitos para a cobertura do caso Kiss, pode-se pensar que o telespectador vai se emocionar com o depoimento de um pai que perdeu o filho, por exemplo, a partir do sofrimento que ele imagina que o pai esteja sentindo (questão da intencionalidade), por acreditar que não é natural os filhos morrerem antes dos pais, assim como é inaceitável que tantos jovens percam a vida de maneira tão trágica (saberes de crença e representações sociais).

Após problematizar a emoção, pode-se partir para a abordagem do conceito de *pathos*, que faz referência não à emoção sentida pelo sujeito, mas ao modo como é inserida no discurso e narrativizada. Esse viés se dá pela ideia de que não é possível medir o sentimento vivenciado, mas apenas identificar marcas discursivas desse *pathos*, cujo termo faz alusão à “capacidade de mobilizar os sentimentos do auditório em favor de uma tese” (AMOSSY, 2010, p.261). Assim, como qualquer categoria de efeito, alerta Charaudeau, o patêmico é entendido como um efeito pretendido ou visado e nunca garantido, pois não há como avaliar o impacto que esse sentimento irá gerar no público. Isto é, o enunciador usa estratégias discursivas para criar a patemização a partir do que imagina que pode emocionar ou mobilizar o público, mas não tem como afirmar se, de fato, serão eficientes a ponto de resultar no efeito imaginado inicialmente. Isso porque a interpretação realizada por parte do público tem papel decisivo na concretização ou não do efeito pretendido. Dessa forma, “os efeitos produzidos

¹¹ Veja a respeito: MENEZES, Willian Augusto. Um pouco sobre as emoções no discurso político. In: MENDES, Emília e Machado, Ida (Org.). As emoções no discurso, mercado letras, Campinas (SP), 2007.

não coincidem, necessariamente, portanto, com os efeitos pretendidos” (CHARAUDEAU, 2014, p.180).

Após essa ressalva, parte-se para a discussão dos fatores que identificam o efeito patêmico. Assim,

[...] uma representação pode ser chamada de “patêmica” quando ela descreve uma situação de propósito da qual um julgamento de valor coletivamente compartilhado, por conseguinte, instituído de uma norma social- questiona um actante que acredita ser beneficiário ou vítima, e ao qual o sujeito da representação se encontra ligado de uma maneira ou outra. (...) A relação patêmica engaja o sujeito em um comportamento reacional segundo as normas sociais às quais está ligado, as que ele interiorizou ou as que permanecem nas suas representações (CHARAUDEAU, 2010c, p.31).

Portanto, pode-se afirmar que a eficácia do discurso patêmico depende do contexto sócio-cultural no qual o sujeito está inserido. Isso justifica o fato de um mesmo enunciado produzir diferentes efeitos dependendo da região, da cultura e dos valores do indivíduo e da sociedade que ele faz parte.

Em virtude disso, Charaudeau identifica três dificuldades que o analista do discurso pode enfrentar para identificar as “marcas-traço” da patemização. Em primeiro lugar, não há palavras que sempre provoquem uma patemização, justamente porque se trata de uma categoria de efeito. Algumas podem até descrever a emoção (angústia, horror, medo), porém, além de não se ter a garantia de que essa palavra vai suscitar a emoção no público, o autor alerta para o processo de banalização provocado pelo seu uso frequente nos meios de comunicação que tira o impacto do termo, provocando um efeito de despatemização.

Por outro lado, há palavras que não descrevem emoções, mas podem levar a um universo patêmico (morte, assassinato e manifestação). O que define, nesse caso, é o contexto e a situação em que a palavra é empregada. Por exemplo, provavelmente, a morte de jovens na boate Kiss pode impactar muito mais os moradores de Santa Maria (cidade em que ocorreu a tragédia) do que pessoas que moram em outras regiões do país. Da mesma forma, o autor cita o exemplo da morte de um criminoso e de uma criança inocente que também podem causar reações diferentes no público.

A terceira dificuldade refere-se ao conhecimento que se tem da situação de enunciação. Quanto mais informações, maior a chance de patemização. Charaudeau usa como exemplo, a palavra “basta!” que isolada pode não significar nada, mas pode ganhar sentido caso se tenha o conhecimento de que foi gritada por pessoas vítimas de um bombardeio. Assim, Charaudeau resume:

a construção discursiva do sentido como operacionalização de efeitos intencionais visados depende das inferências que os parceiros no ato de comunicação podem produzir, e que estas, por sua vez, dependem do conhecimento que os parceiros podem ter da situação de enunciação (2010c, p. 38).

Complementando esse pensamento, Charaudeau (2010c, p.40) ainda aponta três condições necessárias para a ocorrência da patemização. Primeiro: o dispositivo comunicativo no qual o discurso está inserido deve predispor ao surgimento do efeito, por meio de sua finalidade e dos “lugares que são atribuídos previamente aos parceiros de troca. Em outras palavras, se a finalidade estiver voltada mais para a credibilidade e os saberes de crença dos interlocutores não tiverem influência, logo, não há possibilidade de patemização. É o caso do discurso científico, que também não se enquadra na segunda condição, pela qual o campo temático do dispositivo também deve ser predisposto a um universo patêmico que possa ser organizado a partir de tópicos, ou seja, a partir de “imaginários discursivos”, de dor e alegria, angústia e esperança, por exemplo.

Por fim, o terceiro requisito é que a instância de enunciação escolha as estratégias de acordo com as possibilidades discursivas patemizantes. O autor sintetiza que, sobretudo,

a patemização do discurso resulta de um jogo entre restrições e liberdades enunciativas: é preciso condições de possíveis visadas patêmicas inscritas no tipo de troca. Entretanto, essas visadas, se elas são necessárias, não são suficientes. Isso porque o sujeito de enunciação pode escolher entre reforça-las, apagá-las, ou até mesmo, acrescentar-lhes algo. Reforça-las quando, por exemplo, as mídias tratam da morte dramática da princesa do País de Gales. É possível apagá-las como em certos discursos oficiais (e particularmente no da rainha da Inglaterra durante o velório da princesa Diana) (CHARAUDEAU, 2010c, p.40).

Dessa forma, Charaudeau conclui que os dispositivos de comunicação midiática, especialmente a televisão, predis põem aos efeitos patêmicos, pois têm uma finalidade de captação (baseada no *fazer sentir*) na qual os saberes de crença dos parceiros de troca são importantes. Além disso, o eixo temático pode ser organizado por tópicos, no caso da televisão em tópicos “de desordem social e de sua reparação” e, ainda, podem utilizar as estratégias de patemização.

Também cabe problematizar que, apesar de estar ligado à visada de captação, o efeito patêmico só é possível devido à referencialidade do contrato de comunicação, ou seja, ao compromisso com o real do jornalismo. O público só se emociona porque acredita no sofrimento mostrado como real. Por isso, apenas a necessidade de captação não é suficiente

para provocar o efeito patêmico. O que justifica o fato de a publicidade não predispor à patemização, mesmo com forte apelo à captação.

Dessa maneira, a partir da afirmação de Charaudeau de que a televisão é um meio predisposto à patemização, observa-se que essa tendência fica ainda mais forte em uma cobertura ao vivo de tragédias devido aos dois fatores vistos pelo autor como condições para a ocorrência do efeito patêmico. Se, por um lado, o princípio de veridicção é reiterado pelos efeitos de realidade comuns na transmissão direta; por outro, a presença de depoimentos dos sobreviventes decorrentes da experiência trágica – e, por isso, carregados de aspectos emocionais – também corroboram para a ocorrência do efeito patêmico.

2 A COBERTURA AO VIVO DE TRAGÉDIAS: DA ROTINA PROGRAMADA À IMPREVISIBILIDADE DA TRAGÉDIA

A cobertura ao vivo é realizada desde o início das emissões televisivas. Alguns autores, como Carlón (2012), entendem que a pioneira da modalidade foi a transmissão dos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936. No Brasil, a televisão nasceu ao vivo, já que os primeiros equipamentos que chegaram ao país, em 1950, permitiram a exibição direta dos acontecimentos em tempo real. Mais de seis décadas depois, a entrada ao vivo ainda é vista como uma das atividades mais desafiadoras do telejornalismo. Em meio a um contexto que, influenciado pela velocidade da internet, privilegia a imediatividade da informação, o ao vivo segue como uma opção soberana nas redações. Porém, antes de aprofundar a valorização do ao vivo e seus principais usos, é conveniente esclarecer o conceito de cobertura em televisão.

De forma ampla, o termo remete a qualquer “trabalho de reportagem a ser realizado no local de ocorrência de um fato a ser noticiado” (EMERIM, 2013, p. 24). Ainda conforme a autora, no entanto, nas redações fala-se em cobertura quando se quer fazer referência a um trabalho de reportagem mais aprofundado, no qual são explorados diferentes ângulos e pontos

de vista. A partir disso, pode ser observada desde dois critérios: do seu conteúdo diferenciado, configurando-se uma grande cobertura; e de sua duração, sendo chamada de cobertura grande. Fatos de muita repercussão costumam atender a esses dois pontos, isto é, são tema de reportagens diversas por um longo período. Foi o que aconteceu com o caso Kiss. A cobertura especial¹², com equipes destinadas apenas para realizar reportagens e boletins ao vivo nos dois telejornais diários da RBS TV (Jornal do Almoço e RBS Notícias) e no programa então exibido, diariamente, nos intervalos comerciais (Redação RS), estendeu-se por mais de dois meses e meio. Após, a cobertura seguiu com o acompanhamento das novidades relacionadas ao caso, porém não mais com ênfase diária.

Para entender o quanto é significativo uma rede de televisão dedicar tanto tempo à cobertura específica de um único assunto, torna-se necessário abordar como o jornalismo de televisão divulga os fatos do cotidiano. Por mais que a informação possa ser apresentada em diferentes formatos e em programas não só jornalísticos, normalmente, elas estão inseridas em em telejornal¹³, composto por reportagens factuais e não factuais. No primeiro caso, por dizerem respeito a acontecimentos do dia, precisam ser veiculadas no mesmo dia de sua ocorrência; já no segundo, as matérias chamadas no jargão jornalístico de “frias” ou de “gaveta” não precisam, necessariamente, serem exibidas no mesmo dia de sua realização, pelo fato de não possuírem componente factual (EMERIM, 2013, p.27).

A seleção das pautas e a distinção entre essas duas possibilidades passa pelos valores-notícia que, historicamente, guiam o jornalismo, mas também por um critério característico do meio: a imagem. A possibilidade de registro de imagem pode definir como será o tratamento da pauta, o formato¹⁴ de apresentação, o tempo destinado, e até mesmo se o assunto será transformado em notícia. Contudo, ainda que a imagem seja constitutiva e um diferencial, a televisão também veicula informações sem a exibição de imagens. Se o assunto for, realmente, importante – de acordo com a avaliação de editores e jornalistas – não será descartado apenas pela impossibilidade de ilustração. Nessas situações, a solução pode ser uma nota, também conhecida nas redações como “nota pelada”, em que o apresentador lê a

¹² Aqui, a título de ilustração, está destacada apenas a cobertura realizada nos programas da RBS TV. Nos primeiros dias de após a tragédia da boate Kiss, foram transmitidas também entradas ao vivo e reportagens em telejornais e programas de entretenimento da Rede Globo. A estrutura dessa cobertura está abordada com mais profundidade no quarto capítulo deste trabalho.

¹³ De acordo com o conceito de Emerim (2014, p.104), o telejornal é um “programa que reúne notícias que tenham repercussão e abrangência para um público eclético cujas temáticas selecionadas têm o objetivo de resumir os principais fatos e acontecimentos das últimas horas”.

¹⁴ As formas mais frequentes de apresentação da informação em telejornal são: nota (nota pelada), nota vivo com imagem, nota coberta (com imagem), entrada ao vivo, *stand up* ou boletim (gravado) e entrevista (gravada ou ao vivo).

notícia no estúdio. Porém, como observam Siqueira e Vizeu (2014, p.69), esse formato está caindo em desuso “por conta da facilidade de acesso e transmissão de imagens ou fotos e também pela elaboração de recursos gráficos na forma de mapas e simulações, aplicadas para facilitar o entendimento dos assuntos que serão tratados”. Além do mais, outra possibilidade é a entrada ao vivo de um repórter, que pode estar tanto no lugar do fato ou em um “local neutro” e não faça referência a qualquer assunto ou, até mesmo, nas dependências externas¹⁵ da sede da televisão. O ao vivo também é um importante recurso para os assuntos de última hora, quando não se dispõe de tempo suficiente para ir em busca de entrevistados e produzir uma reportagem.

Independentemente da pauta a ser coberta, as entradas ao vivo estão cada vez mais comuns nos telejornais. Se, antigamente, o valor dos equipamentos necessários para uma transmissão direta (fora do estúdio) tornava o recurso acessível apenas para grandes empresas de televisão; hoje, a situação é diferente. O avanço tecnológico e a consequente redução de custos ampliaram as possibilidades de cobertura ao vivo. Embora, ainda sejam bastante utilizadas unidades móveis de transmissão¹⁶ por micro-ondas ou via satélite, que oferecem uma melhor qualidade de som e imagem, é possível fazer transmissões com equipamentos que cabem em uma mochila ou até mesmo por meio de *tablet* e telefone celular – desde que se tenha acesso à internet.

Dessa forma, a participação em tempo real dos repórteres deixou de ser uma exceção destinada apenas a assuntos de maior destaque, tornando-se frequentes nos telejornais. Com uma rápida observação, identificam-se alguns dos usos mais comuns na cobertura de fatos diários. Um deles é a atualização de informações obtidas após a edição da reportagem. Assim, a maioria dos fatos - com suas contextualizações e consequências - é retratada na reportagem e, então, ao vivo, são transmitidos os últimos detalhes da apuração, aqueles que ocorreram há pouco tempo ou estão ocorrendo no momento. Isso é feito pelo repórter que pode ou não estar no local do fato. Além de transmitir as novas informações, o jornalista ainda pode “chamar a reportagem”, ou seja, após ser questionado pelo apresentador do telejornal, introduzir a exibição da reportagem que ele mesmo ou outro colega fez sobre o fato. Outra possibilidade muito comum é apenas a entrada ao vivo do repórter com “ilustra de imagens”, isto é, enquanto ele fala as informações são veiculadas imagens do fato que já ocorreu. Essa

¹⁵ Fazer entradas ao vivo na parte externa da sede da televisão é uma prática comum nas emissoras do Grupo RBS. Isso se deve à facilidade técnica, uma vez que não é preciso fazer uso de equipamento móvel para a transmissão direta realizada na sede. Não são todas as emissoras do interior que possuem a capacidade técnica, ou seja, equipamento móvel, para fazer ao vivo de qualquer ponto da cidade.

¹⁶ As unidades móveis de transmissão são caminhões e vans que reúnem todos os equipamentos técnicos para uma entrada ao vivo, além de câmeras, microfones, pontos para retorno de áudio e ilhas de edição.

modalidade, normalmente, é empregada quando não há tempo hábil para a produção de uma reportagem ou, por uma avaliação editorial, não cabe fazê-la. A pauta das entradas ao vivo também é variada, podendo ser de assuntos factuais ou de variedades, como programações culturais e eventos. Nos dois casos, também podem ser realizadas entrevistas ao vivo. Todas essas possibilidades de ao vivo colaboram para a construção de um efeito de “permanente atualidade” do telejornal (FECHINE, 2008, p. 206). A mobilidade dos repórteres que falam de diferentes locais e sobre os mais variados assuntos também cria a ideia de que o programa tem “acesso à notícia” onde quer que ela esteja. Além disso, o ao vivo pode ser uma forma de conferir um caráter excepcional a pautas que, à primeira vista, não teriam novidades para serem atualizadas- o que, muitas vezes, é a justificativa para a realização de uma transmissão direta.

Se o ao vivo já faz parte da rotina do telejornalismo diário, contudo, é na cobertura de fatos extraordinários que ele adquire contornos ainda mais relevantes, pois estando a parte técnica resolvida, torna-se mais rápido veicular a informação em tempo real, em comparação a uma reportagem que requer, por exemplo, períodos para gravação e edição. Essa menor produção resulta em uma maior agilidade, tornando a entrada ao vivo um recurso bastante utilizado nas coberturas especiais, podendo ser realizada de acordo com o dia em que se desenvolve. Posto as questões editoriais, o planejamento da cobertura é distinto se ocorrer durante a semana, quando há telejornais; ou aos domingos, quando a programação é majoritariamente dedicada ao entretenimento.

A princípio, é preciso deixar claro que casos extraordinários e não esperados, sempre provocam uma desorganização da rotina estabelecida. No caso dos telejornais, a partir do desencadeamento do fato, será preciso refazer o planejamento da edição e de toda uma logística do que será possível produzir até o horário de fechamento do programa. Essas decisões vão depender da importância do acontecimento, do impacto provocado na comunidade e do tempo disponível. Se houver viabilidade, pode-se destinar parte ou toda a edição ao tema, com reportagens diversas mostrando os desdobramentos do caso, entradas ao vivo de repórteres e entrevistas de especialistas no estúdio. Ocasões com *deadline* menor, em que não seja possível a realização de reportagens e localização de entrevistados, geralmente, resultam em diversas entradas ao vivo do repórter do local do fato ilustradas com imagens gravadas, se necessário.

Assuntos excepcionais costumam extrapolar os limites do telejornal, podendo ocupar tanto os espaços não vendidos no intervalo comercial (ou até provocar o remanejamento dos anúncios pagos), com a exibição dos chamados *flashes* ou boletins de repórteres; assim como

ser pauta de programas de entretenimento que “derrubam” os assuntos previstos para darem destaque ao acontecimento, numa espécie de plantão. Essa última situação tem se tornado comum na Rede Globo de Televisão, uma vez que a grade de programação da manhã¹⁷ é toda ao vivo, o acompanhamento de pautas imprevistas é facilitado. Assim, o apresentador interrompe as atrações normais para chamar o repórter, ao vivo, que está cobrindo o fato. Ainda é preciso destacar que, normalmente, os programas de entretenimento já destinam um espaço para a atualização de notícias. Inicialmente, isso ocorria por meio do “Globo Notícia” (criado em 2005), uma espécie de plantão, que tinha duas edições diárias de cerca de quatro minutos (manhã e tarde) exibidas nos intervalos comerciais. Em 2011, a edição da manhã passou a ser veiculada no programa “Bem Estar”, sendo extinto da grade em 2014. Desde abril de 2015, tem-se o “G1 em 1 minuto” em que um jornalista da redação do portal G1, da Rede Globo, noticia os destaques no dia. Na afiliada RBS TV, o programete Redação RS, exibido durante os intervalos comerciais, cumpre papel semelhante. O programa foi criado com a intenção de diminuir o período (de, no mínimo, quatro horas entre as edições dos telejornais) em que a emissora ficava sem veicular informações. Em uma época de atualização constante na internet, o programa é visto como uma tentativa de dar mais agilidade ao veículo na divulgação de notícias— ainda que seja improvável acompanhar o fluxo de notícias em portais noticiosos e redes sociais.

Todas essas possibilidades ocorrem na cobertura realizada de segunda a sábado. Porém, se o acontecimento ocorrer em um domingo, a grade de programação (de regra, rígida) pode ser impactada. Como não há a exibição dos telejornais diários, as informações jornalísticas podem ser concentradas em plantões durante os intervalos comerciais ou inseridas nos programas de entretenimento. Casos graves também podem provocar o cancelamento das atrações previstas para a transmissão de um programa especial – e, geralmente, ao vivo – dada a menor necessidade de produção e à urgência em informar, como ocorreu no caso Kiss.

Nesse sentido, cabe fazer referência à classificação de cobertura ao vivo de Fachine (2008, p. 68-69), que sistematiza parte das situações recorrentes na televisão já abordadas neste trabalho. Inicialmente, a autora faz a diferenciação em cobertura televisiva e extratelevisiva e, após, ainda a observa a partir de outras três variáveis: o planejamento prévio ou não da própria transmissão, a previsibilidade ou imprevisibilidade da transmissão e o seu impacto na grade de programação.

¹⁷ Durante a manhã, a Rede Globo transmite, ao vivo, o telejornal Bom Dia Brasil, os programas de entretenimento Mais Você, Bem-Estar, Encontro com Fátima Bernardes e o telejornal Jornal Hoje.

O primeiro critério diz respeito ao envolvimento da televisão, sendo considerada uma cobertura televisiva quando o veículo tem participação direta no evento, pois o organiza exclusivamente pensando na sua transmissão. São exemplos desse caso os grandes shows musicais e os debates políticos. Já a cobertura extratelevisiva ocorre quando os eventos transmitidos não são organizados pela televisão e acontecem independentemente do trabalho jornalístico, como as eleições. A partir disso, pode-se fazer a relação com os outros pontos de observação. Assim, de acordo com Fachine (2008, p.72) uma transmissão de um evento televisivo (organizado pela TV), será sempre planejado, previsível¹⁸ e dificilmente vai modificar a grade de programação. Por outro lado, a cobertura dos eventos extratelevisivos (não organizados pela TV) pode ser planejada e previsível quando se tratar de fatos já esperados (como as eleições), não planejada e imprevisível quando for de assuntos factuais (acidentes, calamidades), e dependendo da relevância do assunto, pode provocar modificações na programação normal.

As transmissões diretas que não são previamente preparadas (não planejadas) registram, via de regra, fatos jornalísticos inesperados e de grande repercussão, como acidentes, calamidades, protestos, rebeliões e atos violentos (...). Nestas, a TV está a serviço, sobretudo, de uma realidade que lhe é exterior e a transmissão segue como a que à deriva do acontecimento. Tanto quanto o evento transmitido, a transmissão parece adquirir uma certa 'autonomia' em relação à própria TV: atropela sua programação, subverte suas rotinas e padrões de produção. As próprias equipes de TV não têm como prever o que poderão mostrar quando sua participação é levada ao ar (...) não sabem, enfim, como se dará o desenvolvimento e o desfecho da transmissão (FACHINE, 2008, p.68).

Como exemplos dessas coberturas extratelevisivas, inesperadas, não planejadas e que alteram, abruptamente, a programação televisiva, pode-se citar o caso das Torres Gêmeas, do sequestro do ônibus 174 e, mais recentemente, da tragédia da boate Kiss. Para Dayan e Katz (1999), que desenvolveram uma das classificações mais tradicionais de transmissão direta, esse tipo de evento é denominado acontecimento noticioso. Porém, é na outra categoria – acontecimentos mediáticos (também chamados de acontecimentos televisivos) – que eles concentram seus esforços de pesquisa. Nesse caso, geralmente, o evento não é organizado pelos veículos; mas a cobertura é preparada e anunciada com antecedência para incentivar a adesão da audiência. Diferentemente do acontecimento noticioso, no mediático a grade de programação é interrompida de maneira planejada. Para deixar mais clara a distinção entre as duas situações, os autores citam como exemplo a morte do presidente Kennedy. O assassinato

¹⁸ Por mais que se diga que a cobertura é previsível, é de conhecimento que qualquer transmissão ao vivo está sujeita a imprevistos, sejam eles de ordem técnica (problemas de áudio, imagem, link...) ou então decorrentes do próprio acontecimento, pelo fato de se desenvolver simultaneamente à transmissão.

seria um acontecimento noticioso, já a transmissão ao vivo do funeral com todos os cerimoniais, um acontecimento mediático (DAYAN E KATZ, 1999, p. 24). Outro ponto definidor da sistematização é o caráter de ritual, celebração e drama presente, por exemplo, nos casamentos reais, nas posses de presidentes e papas e nos eventos esportivos, como Copa do Mundo e Olimpíada. Esses atributos colaboram para outra característica constitutiva do conceito: a capacidade de mobilizar a audiência em torno da cobertura. Para isso, iniciam-se as transmissões antes mesmo da realização do evento em questão, com entrevistas, análises e reportagens a partir de diferentes aspectos como uma forma de preparação do público sobre o que está por vir. Assim, os telespectadores são convidados a acompanhar a transmissão extraordinária e, por causa dela, alterarem suas rotinas normais de vida. Para Katz (1999, p. 54), o chamamento, na verdade, revela-se quase como uma convocação resultante da “força de uma norma social que o torna o *acto* de assistir obrigatório”.

A diferença mais óbvia entre acontecimentos mediáticos e outras fórmulas ou gêneros de emissão reside no facto de aqueles serem, por definição, não rotineiros. São, mesmo, *interrupções* da rotina; intervêm no fluxo normal das emissões e na nossa vida. Tal como as festas que, interrompem as rotinas diárias, os acontecimentos televisivos propõem algo de excepcional para se pensar, para testemunhar e para fazer (DAYAN E KATZ, 1999, p.20).

Essa capacidade de mobilizar a audiência a ponto de fazê-la interromper sua rotina traz à tona outra ideia bastante cara aos autores: a de que os acontecimentos mediáticos têm um potencial aglutinador, pois ao possibilitarem o encontro de familiares e amigos para o acompanhamento da transmissão, acabam propiciando a vivência do “acontecimento em conjunto, fortalecendo assim a memória de grupos e os laços entre gerações”, numa espécie de resgate dos hábitos de antigamente (DAYAN E KATZ, 1999, p.196). Além do mais, em uma escala maior, também provocam uma integração das sociedades num “pulsar colectivo”, pois mobilizam milhares de telespectadores, de diferentes lugares do país e do mundo em torno de um único evento. Dessa forma, a televisão passa a ocupar um lugar de referência que, antigamente, era destinado a instituições como família, escola e religião (VIZEU, CORREIA, 2008, p.25). Recorrendo a Anderson (2005, p.32), ainda se poderia dizer que o público do acontecimento midiático formaria uma “comunidade imaginada”, constituída por milhares de pessoas que nunca se viram e jamais tiveram nenhuma espécie de contato, mas acabam desenvolvendo um sentimento de pertencimento, como se fizessem parte de uma nação. Nesse caso, elas não estariam unidas por costumes, características étnicas ou pelo idioma, mas pelo evento mediático e todos os rituais e emoções acionados durante a transmissão.

Após essas considerações, é pertinente refletir sobre a classificação da cobertura da tragédia da boate Kiss. Inicialmente, tratar-se-ia de um evento noticioso, devido ao seu caráter imprevisto, não planejado e desestruturador da programação. Entretanto, cogita-se que, conforme o andamento da cobertura, o fato adquira algumas das características de um acontecimento mediático. Embora o incêndio propriamente dito não tenha sido veiculado em tempo real – como exige o primeiro critério de classificação – compreende-se que as suas repercussões o foram. Ao transmitir ao vivo as informações sobre o processo de identificação e liberação dos corpos, a movimentação dos pais e familiares no local e os velórios, diretamente do local onde esses processos estavam ocorrendo, criou-se uma ideia de continuidade e monitoramento como ocorre quando os fatos “desenrolam-se à nossa frente”. Nesse caso, pontua Katz (1999, p. 53), “as câmeras e os microfones estão a postos e transportam-nos simultaneamente ao lugar onde o acontecimento está a ter lugar”.

Além disso, a cobertura em análise indica que a mobilização do público ocorreu de maneira semelhante à de um acontecimento mediático. Por mais que não se possa afirmar isso, categoricamente, em virtude da ausência de um estudo de recepção, suspeita-se que, naquele domingo de programação¹⁹ totalmente alterada, muitos telespectadores interromperam seus afazeres e modificaram suas rotinas para acompanhar os desdobramentos da tragédia, formando uma comunidade imaginada.

Por fim, o elemento emocional peculiar do acontecimento mediático, sem dúvida, esteve presente – ao extremo – no incêndio da boate. Katz (1999, p. 53) entende que o “elemento de grande drama ou ritual é essencial: o processo tem de estar carregado de emoções, símbolos, e o resultado repleto de consequências”. É “algo especialmente comovente” que atrai e estimula o público a acompanhar a transmissão. Nesse caso, o que pode ser mais dramático do que a morte de mais de duas centenas de jovens?

Esse aspecto emocional tão presente em determinadas coberturas, especialmente na de acontecimentos mediáticos, influencia não só a captação da audiência, como afirmam Katz (1999) e Charaudeau (2010), como também provoca reflexos no trabalho dos jornalistas. Em uma cobertura como a da boate Kiss, essa ruptura nas rotinas produtivas fica ainda mais intensa com a desorganização do ambiente, decorrente do fato trágico. Nesses casos, uma das atividades mais afetadas é também uma das mais caras ao jornalismo: a apuração.

¹⁹ O modo como a cobertura ocorreu e a alteração provocada na grade de programação estão abordados, com maior detalhamento, no capítulo quatro deste trabalho.

2.1 O DESAFIO DA APURAÇÃO E DA ENTREVISTA: “EM BUSCA DAS CAMADAS VERIFICÁVEIS DE REALIDADE”

Os manuais da profissão costumam abordar a apuração jornalística a partir de noções básicas. Para introduzir o assunto a estudantes, Jorge (2008, p.99) apresenta a definição encontrada no dicionário para o termo apurar: “tornar puro ou perfeito, aperfeiçoar (...) conhecer ao certo, averiguar, indagar”. Cabe ao jornalista

reportar aquilo que viu, ouviu, constatou, sentiu ou investigou, e dar, a quem não estava presente, a ideia – a mais fiel possível – do que aconteceu. Apurar é colher os fatos, juntar todos os dados disponíveis sobre o acontecimento e construir uma notícia (JORGE, 2008, p.99).

A aparente simplicidade dos conceitos não revela a importância da atividade – considerada a base do trabalho jornalístico – e nem sua complexidade. Os livros que abordam as rotinas e procedimentos jornalísticos costumam apresentar instruções de como organizar a apuração. Pereira Júnior, apesar de dizer que os “métodos são em geral informais e localizados, nem sempre generalizáveis e aprendidos por osmose, na base da tentativa e do erro” (2010, p.67), indica um passo a passo da apuração. O processo começaria com a elaboração da pauta, em que o repórter ou o produtor faz uma pesquisa sobre o assunto para descobrir a validade dele; seguiria com a pré-produção, na qual está inserida a análise das fontes a serem ouvidas e a abordagem da reportagem; continuaria com a produção, que consiste no contato com as fontes, a confrontação de informações e a checagem; e, por fim, a pós-produção com a redação e edição da reportagem.

O autor usa do didatismo com o objetivo claro de ensino. No entanto, na prática, esses passos não ocorrem de maneira tão distinta. No jornalismo diário – em que as notícias factuais são destaque – frequentemente, não se tem o tempo necessário para seguir todo esse processo. Nas chamadas reportagens *hard news*²⁰ a apuração começa, geralmente, com o deslocamento do repórter ao local do fato. Sem produção prévia, o repórter sai da redação apenas com a confirmação de que algo ocorreu. Às vezes, essa certeza se concretiza apenas no lugar da ocorrência. Por isso, é motivo de preocupação a prática cada vez mais comum, principalmente

²⁰ Na versão online do dicionário Michaelis, a expressão *hard news* é conceituada como notícia importante. Já no Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo, a expressão é apresentada como um “relato objetivo de fatos relevantes para a vida política, econômica e cotidiana. Nas redações, usa-se o termo quando se refere a notícias factuais sobre assuntos mais sérios.

nos jornais impressos e nos programas de rádio²¹, de apurar informações por telefone. Para a empresa jornalística, o método representa economia de custos, de tempo e ainda um aumento na produtividade, já que sem enfrentar o trânsito e todos os imprevistos que podem ocorrer no deslocamento, o jornalista pode produzir mais reportagens na redação. Entretanto, se esperar pela confirmação das informações parece mais econômico à primeira vista, pode também comprometer a apuração e, conseqüentemente, o produto final. Chegando mais tarde ao lugar, o jornalista corre o risco de não localizar as primeiras testemunhas, perder as observações do “calor do momento”, além de não conseguir fazer imagens – o que é fundamental para o telejornalismo. Por isso, acredita-se que a presença do repórter no local do fato impacta diretamente na apuração.

Por outro lado, se o método do telefone pode ser uma opção no caso das notícias factuais do dia a dia – mesmo com todas as perdas na qualidade – em coberturas ao vivo de tragédia, o método torna-se impraticável. Em casos assim, as autoridades que poderiam fornecer as primeiras confirmações, ficam inacessíveis por telefone. A única alternativa é “garimpar” as informações no local.

O desafio do repórter (no cenário complexo, tentacular, da desordenada torrente de acontecimentos que forma a vida contemporânea) é encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incerteza. O jornalista, por princípio, não é só testemunha daquilo que o leitor não pôde ter acesso. É um processador das camadas verificáveis da realidade – não raro limitado à posição de verificador de fatos inacessíveis de forma direta (...), como o 11 de setembro foi para as redações brasileiras (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 71).

Essas “camadas verificáveis da realidade” vão sendo reveladas a partir da observação do repórter e do contato com pessoas que vivenciaram, presenciaram ou tiveram algum tipo de envolvimento com o caso. Qualquer informação pode apontar pistas para a apuração. E, geralmente, é por meio de entrevistas que se conseguem elementos para a reconstrução dos fatos.

Assim como a apuração, a entrevista também pode ser entendida como uma das atividades primordiais do jornalismo. Se pensarmos – de maneira bastante geral e ampla – que o trabalho do repórter consiste na busca por respostas, o ato de entrevistar, isto é, de fazer

²¹ Na televisão essa prática também ocorre. No entanto, para garantir a possibilidade de registro de imagem, o cinegrafista pode ir sozinho ao local do fato e avisar a redação sobre a necessidade da presença de repórter.

perguntas, representa um instrumento essencial para o exercício da profissão. Assim, a entrevista, fundamentalmente, é uma técnica de coleta de informações.

A entrevista jornalística, em primeira instância, é uma técnica de obtenção de informações que recorre ao particular; por isso se vale, na maioria das circunstâncias, da fonte individualizada e lhe dá crédito, sem preocupações científicas. (MEDINA, 2008, p.18).

Musse (2010, p. 1) compreende a entrevista como um recurso para “ilustrar, fundamentar e legitimar a narrativa jornalística”. A autora complementa que, devido a esse caráter, é muito difícil encontrar algum produto audiovisual que não utilize a entrevista, visto que se trata de um procedimento imprescindível para conferir o efeito de verdade da narrativa jornalística.

A partir de outro ponto de vista, Charaudeau aborda a entrevista como integrante do contrato de comunicação, que determina posições e papéis específicos para cada um dos envolvidos. Assim, diferentemente de uma conversa ou bate-papo, a entrevista pressupõe a existência de um *status* que diferencia entrevistador, entrevistado e público.

A entrevista jornalística possui as características de qualquer entrevista, mas além disso, ela é especificada pelo contrato midiático: entrevistador e entrevistado são ouvidos por um terceiro-ausente, o ouvinte, num dispositivo triangular. O primeiro tira sua legitimidade de um “Procurar fazer falar seu convidado para revelar uma verdade oculta”, pelo fato de que seu papel consiste em fazer surgir opiniões; o segundo de um “Tenho algo a dizer que concerne ao bem comum”, pelo fato de que sua presença no rádio o consagra nesse papel; o terceiro de um “Estou aqui para ouvir alguma coisa de interesse geral que me seja dada como uma revelação”, pelo fato de que ele está ali pra saber (CHARAUDEAU, 2010a, p.214).

Emerim (2012, p.119) que pesquisou a entrevista nas notícias de televisão alerta que quando se trata de transmiti-la ao vivo, “o estabelecimento desse contrato torna-se ainda mais essencial para o bom funcionamento da entrevista e para o domínio dos processos comunicativos controlados pela televisão”. No entanto, a autora verificou após a análise de entrevistas veiculadas durante a cobertura televisiva do atentado às Torres Gêmeas que, muitas vezes, ocorre a quebra deste contrato: “existe um jogo de papéis que se sustenta exatamente na troca de posições: apresentadores, correspondentes e repórteres podem, em televisão, alternar papéis de entrevistadores e entrevistados. ” A afirmação pode ser visualizada, na prática, quando repórteres assumem o papel de testemunhas ao relatar o que estão presenciando no momento – como ocorreu nas transmissões do dia 11 de setembro. Situação semelhante ocorreu no caso da cobertura do incêndio da boate Kiss, no qual jornalistas também desempenharam essa função ao narrar o socorro às vítimas e a

movimentação de familiares nos hospitais e no local onde ocorria o reconhecimento dos corpos das vítimas, por exemplo. O rompimento do contrato também ocorre quando um entrevistado acaba fornecendo informações equivocadas durante a entrevista, uma vez que, por esse mesmo contrato, espera-se que o entrevistador faça perguntas pertinentes e o entrevistado responda a verdade- mesmo se considerando todas as dúvidas de credibilidade as quais podem recair sobre a fala de um entrevistado²². Além da primordial função de coletar informações, a entrevista de televisão também pode desempenhar outras diferentes funções. Emerim identificou 31 possibilidades a partir do ponto de vista da construção da notícia e dos ângulos do entrevistado, do programa/apresentador e do processo midiático. No primeiro caso, por exemplo, as entrevistas podem ter o papel de agregar novas informações, atualizá-las ao longo da transmissão, fornecer o contexto e o desenrolar dos fatos, além de dar a dimensão passional dos acontecimentos. Já do ponto de vista do entrevistado, as declarações podem ter a função de atestar o interesse do entrevistado em dar informações, interpretações e testemunhos; a autoqualificação do entrevistado representada pela necessidade de mostrar sua competência profissional e seu saber; a confirmação oficial dos fatos feita por representantes de órgãos e instituições e a proposição de interpretações e atitudes com o objetivo de incentivar o telespectador a tomar alguma posição. A partir do ângulo do entrevistador/programa, a entrevista pode agregar informações para manter o interesse da audiência; justificar o porquê da mudança da programação normal; dar credibilidade, relevância, ritmo e tom à transmissão, além de sentido ao acontecimento a partir da voz de especialistas ou autoridades; e ainda, até mesmo para preencher espaços na programação, pois as coberturas de tragédias podem se prolongar por várias horas. E, por fim, a partir do processo midiático, as entrevistas podem ter funções de justificar a alteração na estrutura dos programas, de mostrar a qualidade dos seus profissionais e recursos tecnológicos e ainda de afirmar o posicionamento da empresa.

Todas essas funções das entrevistas ajudam a construir a narrativa jornalística. Os diferentes tipos de depoimentos são responsáveis pela estrutura da cobertura, especialmente, quando se trata de transmissão ao vivo. Isso porque, levando em consideração a urgência em transmitir as informações, não há tempo hábil para produzir reportagens que – em tese – requerem um entendimento maior do fato. Assim, é por meio de entrevistas que a transmissão vai se desenvolvendo.

²² Diferentes autores refletem a respeito da credibilidade da entrevista. Neste trabalho, problematiza-se essa questão ao testemunho, a partir das perspectivas de Sarlo (2007) e de Ricoeur (2007), como pode ser conferido no capítulo três, especificamente, no subtítulo “Os testemunhos no jornalismo”.

2.2 A COBERTURA AO VIVO DE TRAGÉDIAS: O IMPACTO DO INESPERADO NAS ROTINAS PRODUTIVAS

Em situações comuns de trabalho, a entrada ao vivo é “imprevisível” apenas no aspecto de sua realização no local. Por estar ao vivo, em tempo real, a transmissão está sujeita a falhas de som, de locução do jornalista ou de interferência de alguma pessoa que esteja passando na rua, por exemplo. Enfim, nas entradas ao vivo, algo não planejado pode ocorrer. Contudo, nas coberturas ao vivo em situações de normalidade, as entradas são programadas e diferentes aspectos planejados. O profissional – previamente escolhido e avisado, às vezes, até com antecedência – tem condições para apurar as informações, consultar fontes, definir previamente o que será falado, redigir o texto, “passar o texto” com o editor e até memorizá-lo. São práticas profissionais totalmente diversas da cobertura de tragédias.

Nesse último caso, as alterações começam já na indicação de quem irá trabalhar na cobertura. Normalmente, chamam-se aqueles com maior experiência em entradas ao vivo. Como o fato é inesperado, os repórteres que já estavam trabalhando nas reportagens de rotina são direcionados para a nova cobertura (sejam eles experientes ou não) pelo menos até que seja possível acionar outros profissionais. Dependendo da gravidade do fato, é preciso convocar repórteres, cinegrafistas, produtores e editores de texto e imagem de outras emissoras da rede ou da própria cabeça de rede. Além disso, é preciso pensar na parte técnica, ou seja, nos equipamentos que serão necessários para fazer a transmissão, como uma unidade móvel de transmissão que permite a realização de *links* ao vivo do local onde o fato ocorreu. Todo esse planejamento é feito em caráter de urgência para que as transmissões possam começar o quanto antes. Como observa Emerim (2013, P.22), a cobertura de desastres representa “o grande momento de qualquer tipo de jornalismo, ainda mais na tevê, visto que é possível mostrar todos os aparatos e também a eficiência das equipes, contabilizando audiência e credibilidade”.

Paralelamente a esse trabalho de organização da cobertura, o repórter deslocado para o lugar da tragédia precisa apurar o fato de alguma forma. Um desafio, tendo em vista a desorganização do ambiente provocada pela tragédia. De acordo com Lozano Ascencio (2005, p.290), a catástrofe transforma, subverte e desequilibra a ordem vigente que, por sua vez, é reestabelecida por meio da compreensão do acontecimento. Isto é, a normalização do ambiente só é possível a partir do momento em que são construídas explicações sobre as causas e as consequências da catástrofe. Nesse sentido, o jornalismo cumpre um importante

papel, pois sua narrativa é capaz de relacionar ações do passado, presente e futuro, colocando “as coisas em relação uma com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico” (MOTTA, 2005, p.2).

A questão é como desempenhar essa tarefa, haja vista que as fontes oficiais responsáveis pelas investigações e que, em tese, poderiam fornecer dados confiáveis, não têm disponibilidade para atender aos jornalistas ou preferem não se manifestar até o esclarecimento do fato.

Dessa forma, geralmente, a apuração começa com a própria observação do repórter no local do fato, numa espécie de repórter-testemunha²³, e segue com as entrevistas das fontes testemunhais, isto é, pessoas que sobreviveram, presenciaram o acontecimento ou tiveram algum tipo de envolvimento. Mesmo assim, o clima de dúvida e incerteza do ambiente é um complicador para o trabalho do repórter. Um exemplo disso é relatado por Fachine (2008), após o acompanhamento de algumas edições do telejornal SPTV, da Rede Globo. Segundo a autora, no dia 31 de agosto de 2001, quando um homem que estava sendo perseguido pela polícia invadiu a mansão de Sílvio Santos, o jornalista Chico Pinheiro falou em uma das entradas ao vivo feitas da frente da casa do apresentador: “(...) é uma quantidade enorme de informações que vão circulando por aqui entre as pessoas, entre os vários repórteres de vários veículos de imprensa, entre populares (...), então fica difícil fazer a triagem disso. ” O depoimento deixa claro não só a proliferação de boatos e de informações desconstruídas comuns nessas ocasiões, mas também expõe a dificuldade do trabalho jornalístico.

Outro caso que pode servir de ilustração é a cobertura do atentado às Torres Gêmeas, nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001. Em meio ao caos provocado pelo choque, inicialmente, de um avião em um dos prédios do World Trade Center, jornalistas de televisões do mundo todo narraram as imagens ao vivo sem saber ao certo o que estava ocorrendo, como afirma Paternostro (2006, p.264): “Não importa naquele momento saber exatamente do que se trata. Um dos maiores prédios do mundo está em chamas e a imagem, por si só, já é notícia. ” Pereira Júnior também aborda essa especificidade da apuração em tragédias ao falar da diferença de dados divulgados por diferentes veículos.

Nenhum dos dois dados 10 mil ou 6 mil, se revelariam verdadeiros – e só um ano depois se consolidaria em 3.025 o número de vítimas nas torres de Nova York. Um fértil volume de fatos imprecisos e não confirmados, de especulação e boatos, espalhados mesmo por fontes confiáveis, marcou aquela que foi a maior mobilização

²³Essa ideia está abordada com mais profundidade no item 3.4 deste trabalho: “Os testemunhos no jornalismo: a experiência como ícone de verdade e de marcação de realidade no discurso”.

já feita pelos diários num só instante em torno de um mesmo fato. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p.67).

A partir dessas informações equivocadas sobre o número de vítimas no atentado, o autor faz uma ponderação bastante sensata ao defender que, nesses casos, não existe informações certas ou erradas, mas as disponíveis. Isto é, aquelas que o repórter foi capaz de apurar tendo em vista todo o contexto desestruturador de uma tragédia.

Nem se fossem dados consolidados e confirmados, números como os de 11 de setembro bateriam com os reais. Porque não eram ‘reais’. Nem ‘falsos’. Eram o ‘disponível’, a síntese de relatos possíveis, que deram sentido aos fatos. ” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p.70).

Essa lógica também pode ser relacionada ao caso da boate Kiss. Ao longo do dia da tragédia, autoridades oficiais – que, em princípio, forneceriam informações confiáveis – passaram aos jornalistas dados equivocados e posteriormente corrigidos. A primeira informação dizia respeito à capacidade da casa noturna. Ao vivo, durante o programa Esporte Espetacular (Rede Globo), o Comandante Geral do Corpo dos Bombeiros do Rio Grande do Sul afirmou que o local deveria abrigar em torno de mil pessoas, mas que mais de duas mil estariam na boate. No dia seguinte, durante o programa Bom Dia Brasil (Rede Globo), o bombeiro responsável pela fiscalização dos estabelecimentos de Santa Maria contradisse o próprio superior e afirmou que a capacidade era de 690 pessoas. Sobre a lotação da casa noturna, nem a investigação da polícia e nem o processo judicial que ainda está em andamento conseguiram especificar com exatidão quantos frequentadores estavam no lugar (estima-se em torno de 900 pessoas). O número de vítimas também foi corrigido pelas fontes oficiais. Em uma entrevista coletiva, por volta das 10 horas da manhã do dia 27, Polícia Civil, Brigada Militar, Defesa Civil e outras autoridades informaram que eram 245 mortos no incêndio. Esse dado foi veiculado em inúmeras entradas ao vivo e só foi retificado para 233 durante à tarde, quando autoridades explicaram que devido a nomes repetidos na lista inicial, a contagem estava errada. Todas essas situações mostram o quanto a apuração é dificultada em uma situação de tragédia. Porém, pode ficar ainda mais dramática se a cobertura de tragédia for ao vivo.

Isto, porque a gravidade do acontecimento e a urgência em divulgar informações – por mais que o repórter ainda não as tenha – fazem com que sejam realizadas inúmeras entradas ao vivo em curtos espaços de tempo. Assim, o processo de apuração e de divulgação não ocorre de maneira linear (primeiro apurar para só depois noticiar), como seria o ideal para

qualquer jornalista. As duas etapas do trabalho vão ocorrendo concomitantemente. O repórter parece reconstruir o fato como se juntasse “peças de um quebra-cabeça”, ao mesmo tempo em que informa, criando uma espécie de cumplicidade com o telespectador.

Compartilho com os responsáveis pela emissão (produtores) e com milhares de outros espectadores (receptores) de um mesmo tempo – o tempo instituído da própria transmissão- e, através deste, todos nos encontramos em um mesmo “lugar” – um espaço que não se constitui mais materialmente, um espaço simbólico, um espaço “vivido” tão somente através da transmissão. (FECHINE, 2008, p.109).

Nessa relação, de certa forma, substitui-se a ideia do repórter “que tudo sabe” pela noção de que, assim como o público, o profissional também está tentando entender o que aconteceu. Nas coberturas ao vivo, principalmente de grandes acontecimentos, cria-se uma expectativa de que o jornalista ao aparecer na televisão, vai informar dados novos que ajudem a esclarecer o acontecimento. No entanto, em tragédias, ocorre justamente o contrário, ou seja, uma ausência de informações. Não porque o profissional queira, mas porque existe, por um lado, todo um contexto que dificulta a apuração do fato; e por outro, uma rotina jornalística determinando a realização de inúmeras entradas ao vivo – mesmo que não se tenha o que informar.

Essa característica da cobertura ao vivo de tragédias acaba resultando na extrema fragmentação da notícia. Dificilmente, em uma única entrada ao vivo, as informações serão divulgadas de maneira completa, ou pelo menos, com os itens básicos do *lead*. Assim, um novo detalhe da apuração é noticiado a cada boletim, juntamente com todas as outras informações que já foram veiculadas nas entradas anteriores. Com o objetivo de situar o telespectador que não assistiu a outras entradas, recorre-se ao artifício da repetição. E, quando não se tem novidades, a alternativa é descrever o ambiente, ou seja, a movimentação do local e o que está ocorrendo naquele momento. Esse boletim chamado de “ambiental” no jargão jornalístico, também serve para reafirmar a permanência do repórter no local e a impressão de vigilância da tv. É a ideia de que “nós continuamos aqui acompanhando tudo para contar para você”. Isto fica claro quando ocorre uma sequência de muitas entradas ao vivo na qual é comum o repórter dizer que “volta a qualquer momento com novas informações”. Para Fechine, essa prática cria o chamado sentido de presença no telespectador

(...) não é propriamente porque tem informações concretas a dar que o telejornal insiste na transmissão direta a partir do local do acidente. Neste caso como em outros, o espectador só tem acesso a informações vagas, escassas e até desconstruídas. Acompanhar a cobertura direta é, antes, um modo de presença: é

mais uma forma de se “sentir” tomando parte de algo relevante que está acontecendo do que de “saber” o que, de fato, está acontecendo (FECHINE, 2008, p.237).

Ramonet é bastante crítico em relação a essa ideia que privilegia o “mostrar o fato acontecendo” e não a apuração de informações.

Ainda recentemente, informar era, de alguma forma, fornecer não só a descrição precisa – e comprovada – de um fato, de um acontecimento, mas também um conjunto de parâmetros contextuais que permitiam ao leitor compreender seu significado profundo. Era responder a questões básicas como estas: Quem fez o quê? Quando? Onde? Como? Por quê? Com que meios? Em que circunstâncias? E quais são as consequências? (...) O telejornal, principalmente graças à sua ideologia do direto e em tempo real, impôs paulatinamente uma concepção diferente de informação. Hoje em dia, informar é “mostrar a história em curso, a história acontecendo”, ou, em outras palavras, fazer o público assistir (se possível, ao vivo) aos acontecimentos (RAMONET, 1999, p.132).

A partir do posicionamento de Ramonet, Moretzsohn também reflete sobre o que chama de “imposição do tempo real”. Assim como o jornalista francês, a autora condena o predomínio da velocidade em detrimento da apuração:

[...] as contradições entre, de um lado, uma estrutura que favorece a precipitação e a aposta em “prognósticos” como valor de atualidade e, de outro, o respeito a regras que exigem um distanciamento (e, portanto, alguma desaceleração) para a apuração rigorosa da notícia, é tão antiga quanto a própria constituição da imprensa como atividade industrial. Agora, na era do “tempo real”, essas contradições tendem a se agravar, e a se “resolver” pela eliminação de um dos termos do problema- a necessidade de veicular informações corretas e contextualizadas-, pois “qualquer explicação serve” para sustentar a notícia transmitida instantaneamente (MORETZSOHN, 2002, p.128).

É indiscutível que qualquer jornalista gostaria de ter o tempo suficiente para apurar a informação com o rigor necessário para só depois divulgá-la. No entanto, levando-se em conta todos os constrangimentos da rotina jornalística, é difícil imaginar que essa situação ideal saia do campo das utopias para ser colocada em prática, considerando-se que o tempo é definidor do jornalismo. Franciscatto problematiza esse ponto ao afirmar que o fator tempo funciona, ao mesmo tempo, como identidade e tensão. Além disso, a instantaneidade passou a ter caráter normativo no jornalismo, tanto “na busca de garantir que o seu relato ‘fale sobre o tempo presente’ quanto um sentido cultural que faz o produto jornalístico ser identificável como conteúdo de atualidade” (2014, p.105). Além de condicionar a produção, a imediaticidade faz parte de uma cultura profissional e organizacional e da lógica da concorrência que valoriza o fato de “dar a informação antes”. Traquina corrobora essa concepção ao lembrar as ideias de Ericson, Baranek e Chan (1987) de que

[...] um jornalista é julgado competente não só porque possui o jeito e o conhecimento apropriados, mas também por causa da capacidade de mobilização desse jeito e desses conhecimentos antes do prazo-limite, de forma a provar que consegue dominar o tempo e não ser dominado por ele (TRAQUINA, 2005, p.28).

Isso mostra o quanto essa obsessão, ou como prefere Traquina recuperando o termo de Schlesinger, esse “fetiche pela velocidade” é constitutivo do jornalismo. Particularidade que fica ainda mais acentuada nas transmissões ao vivo, e especialmente em situações de tragédia.

Outra característica potencializada é a imprevisibilidade. Fora os problemas considerados normais que podem ocorrer em qualquer transmissão ao vivo (como falhas em equipamentos, por exemplo), o veículo está sujeito a outros riscos pelo fato de não ser possível usar o recurso da edição *a posteriori*, pois a transmissão é em tempo real. Arlindo Machado, no artigo em que analisa a cobertura da Guerra do Golfo – considerada um marco nas transmissões ao vivo – destaca:

Se a transmissão é simultânea ao evento, não há, a rigor, condições de um controle efetivo do que se transmite, nem da parte dos envolvidos no conflito, nem tampouco dos jornalistas ou da rede de emissora que o cobre. Boa parte do material chega “bruto” ao espectador e o controle só pode ser exercido à vista de todos, já com o programa no ar (MACHADO, 1992, p.176).

Essa falta de controle – não no sentido de censura – fica clara nas entrevistas ao vivo. Por mais que o repórter ou o produtor conversem antes com a fonte, a manifestação dela é sempre uma surpresa. Pelo fato de a transmissão ser direta, o entrevistado pode falar o que quiser quando estiver no ar, cabendo ao repórter, no máximo, tentar contornar a situação. Esse risco é ainda maior nas coberturas em que o tempo de produção de uma entrada ao vivo é muito reduzido. Em algumas ocasiões, o produtor até pode ter conversado com o entrevistado antes, mas em função da sequência de entradas ao vivo, não ter conseguido passar as informações ao repórter. Assim, o repórter pode ter contato, pela primeira vez, com a fonte já no ar, aumentando as chances de ocorrerem equívocos. Outro risco, ainda durante as entrevistas ao vivo, é de a fonte mentir. Foi o caso de um estivador entrevistado, ao vivo, pelo repórter da Rede Globo, José Roberto Burnier, próximo ao local onde caiu o avião do então candidato a Presidente da República, Eduardo Campos, no dia 13 de agosto de 2015. Poucas horas após o acidente, o entrevistado afirmou que havia ajudado a socorrer vítimas, assim como teria visto o corpo e reconhecido o político pelos “olhos verdes”²⁴. A mentira foi desmascarada – e assumida pelo estivador – após a confirmação de que foram localizadas somente partes dos corpos identificadas após testes de DNA. É difícil apontar o que ocasionou

²⁴ Link disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uCqDJ_9I4Js>. Acesso em: 20 agosto 2015.

esse episódio, se imperícia do profissional ou má-fé do entrevistado. O fato é que situações como essa são reflexos da rotina produtiva do jornalista que é modificada pelo acontecimento trágico e inesperado.

A imprevisibilidade ainda pode provocar situações mais sérias que suscitam até dilemas éticos. Paternostro aborda esse ponto ao lembrar as principais coberturas do canal por assinatura Globo News – que se intitula como o primeiro canal de jornalismo do Brasil 24 horas no ar. A autora e então chefe de redação do Globo News afirma que uma das coberturas mais marcantes e tensas do canal foi o sequestro do ônibus 174, justamente porque não se sabiam os rumos que aquele fato tomaria. O desenrolar do sequestro, ocorrido no dia 12 de junho de 2000 (em uma das principais avenidas da Zona Sul do Rio de Janeiro) foi transmitido, ao vivo, ao longo de mais de três horas. Imagens mostraram o sequestrador torturando reféns e, até mesmo, colocando a arma na boca de um deles. O livro que relembra os dez anos do canal reproduz a narração da repórter e mostra os riscos de uma transmissão como essa: “Ele deu outro tiro! Deu outro tiro, a gente não sabe se foi na refém ou não. Parece que ele atirou na refém.” Nesse caso, o temor era mostrar na televisão, e em tempo real, um crime, como lembra Paternostro: “os fatos se desenrolando de forma trágica diante das câmeras dão o tom de uma cobertura jornalística no limiar do risco de se mostrar um assassinato ao vivo pela tevê.” (PATERNOSTRO, 2006, p. 20) O sequestro terminou com as mortes de uma refém e do criminoso. Todos esses problemas que podem comprometer a cobertura são característicos da transmissão em tempo real e intensificados se os acontecimentos foram trágicos.

3. AS FONTES JORNALÍSTICAS NA APURAÇÃO DE TRAGÉDIAS AO VIVO

Partindo-se da ideia de que, dificilmente, o repórter tem a possibilidade de presenciar o fato no momento de sua ocorrência devido às rotinas produtivas e ao modo de funcionamento do que Traquina (2005) chama de “rede noticiosa”, o relato jornalístico baseia-se no depoimento, nas impressões e nas informações fornecidas por outras pessoas. Inspirado em Sigal (1986), Santos (1997, p.26) complementa que mesmo quando tem oportunidade de acompanhar o desenrolar do acontecimento, ainda assim, os jornalistas “sentem necessidade de recorrer a outras fontes para, pelo menos explicitamente, darem a sua própria versão do acontecimento”. Portanto, as fontes são consideradas fundamentais e determinantes para a qualidade da informação transmitida (GANS, 1979).

É também em Gans que Wolf (2012) e Santos (1997) buscam a definição inicial de fonte: qualquer pessoa que, ao ser entrevistada ou observada pelo jornalista, forneça informações de base para a construção da notícia. Essas pessoas podem falar como representantes de grupos ou de setores da sociedade. Santos também cita Villafané *et al.* que, ao entenderem fonte como “lugar de origem de dados, informação ou notícias”, apresentam um conceito mais amplo que inclui não só pessoas como fonte, mas também documentos, meios de comunicação e instituições. É com base nesses pressupostos que se dá prosseguimento na abordagem de aspectos relevantes a respeito das fontes jornalísticas, como a classificação, os fatores que influenciam na convocação, o papel central que desempenham na construção do discurso e, mais especificamente, o papel dos testemunhos no jornalismo.

3.1 A CLASSIFICAÇÃO DAS FONTES: QUEM SÃO OS INFORMANTES NO JORNALISMO

Antes de seguir rumo a uma abordagem mais específica sobre a classificação das fontes a partir das teorias do jornalismo, convém abordar – ainda que superficialmente – a perspectiva discursiva das fontes. Nessa concepção, o texto jornalístico é resultado da interação de sujeitos e, de maneira ideal, formado por diferentes vozes (BENETTI, 2010, p. 116). Uma das formas de analisar essas vozes no discurso pode ocorrer a partir da definição de Ducrot, que faz uma distinção entre locutores e enunciadores. Para Benetti (2010), o locutor é quem fala na reportagem e se responsabiliza pelo discurso. A título de ilustração, o jornalista que assina a matéria é um locutor, o que não implica que seja o autor do enunciado. A autora alerta que isso ocorre quando o profissional assume a fala da fonte sem citá-la. No caso, a autoria é da fonte, mas quem enuncia é o jornalista; logo, ele assume a responsabilidade da informação. Já o enunciador está ligado ao ponto de vista, ao lugar de

fala, à perspectiva do sujeito enunciador que, por sua vez, “está diretamente associada a uma posição do sujeito, conformado também por inscrições culturais, sociais e históricas” (BENETTI, 2010, p. 119). Nesse caso, o enunciador não é aquele que “fala” na reportagem, mas quem determina o ponto de vista norteador da reportagem. Por essa distinção, o texto para ser polifônico – em tese, uma das características do discurso jornalístico – precisa apresentar mais de um enunciador e não apenas locutores. Para explicar essa possibilidade, Benetti (2010, p.119) recorre ao exemplo de uma reportagem que apresente quatro fontes. Todas são locutores, mas só serão enunciadores se cada uma falar a partir de uma perspectiva diferente (polifonia). Se o ponto de vista for o mesmo, a fala de todas vai constituir um enunciador. Da mesma forma, ocorre com o jornalista, pois se ele compartilhar da perspectiva das quatro fontes, o texto terá apenas um único enunciador. Isto é, o texto com cinco vozes pode parecer polifônico, mas na verdade é monofônico porque tem apenas um enunciador.

Tendo consciência de todas essas possibilidades discursivas, neste trabalho optou-se pela sistematização que fica no âmbito das teorias do jornalismo e na análise das fontes propriamente ditas, sem que a pesquisa analise as vozes presentes na cobertura.

Sob a perspectiva adotada, a classificação de fontes é bastante ampla e pode ser feita a partir de diversos parâmetros. Uma das mais tradicionais é a desenvolvida por Lage (2001). Primeiramente, tendo como critério o lugar de fala da fonte, o autor as conceitua como oficiais, oficiosas e independentes. As oficiais são mantidas pelo Estado ou por instituições que preservam algum poder de Estado; as oficiosas são reconhecidamente ligadas à entidade ou à pessoa, mas não estão autorizadas a falar em nome delas; e as independentes são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico (LAGE, 2001, p.63). Uma segunda diferenciação feita pelo autor toma como critério a origem dos dados, classificando as fontes em primárias e secundárias. São consideradas primárias aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria, ou seja, as que fornecem fatos, versões e números. Já as fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas. Por último, o autor as diferencia sob outro ângulo, o de testemunhas e *experts*.

O *testemunho* é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva[...] de modo geral, o testemunho mais confiável é o mais imediato. Ele se apóia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa; para guardar fatos na memória de longo prazo, a mente os reescreve como narrativa ou exposição, ganhando em consistência o que perde em exatidão factual.

Experts são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. No entanto, costumam costurar os fatos em suas próprias convicções. (LAGE, 2001, p.67-68).

Amaral trabalha em suas pesquisas com a classificação de fontes autorizadas (oficiais), experts e testemunhais, pela qual considera

(...) fontes autorizadas ou oficiais as pessoas com função de representação institucional ou organizacional. Os *experts* são fontes que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas, são convocados para explicar o fato pela sua qualificação profissional. Já os testemunhos têm visibilidade pelo relato da sua experimentação, pois presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele. (AMARAL, 2013a, p. 183)

A classificação – independentemente de qual for adotada – é fundamental para fins de análise das fontes. Para este trabalho, julga-se como mais interessante a desenvolvida por Amaral, por se tratar de uma sistematização mais direta e objetiva e ir ao encontro das necessidades desse estudo.

Além de ter conhecimento sobre os tipos de fonte, Wolf (2012, p.234) pondera que ainda mais relevante é compreender a rede de fontes e sua convocação não como aleatória ou casual. Inspirado em Schlesinger (1972) e Gans (1979), o autor justifica a afirmação por entender que a transmissão de informação não ocorre como um processo linear, no qual o jornalista passaria para o público a informação das fontes; mas circular, em que escolhas e efeitos dessas escolhas influenciariam na tomada de novas decisões. Desse modo, jornalistas, fontes e públicos participariam de um jogo de forças, em uma espécie de “exercício do poder sobre a interpretação da realidade”. Esse seria o contexto que permearia a convocação das fontes pelos jornalistas, como será abordado a seguir.

3.2 A ESCOLHA DAS FONTES: OS FATORES QUE INFLUENCIAM NA CONVOCAÇÃO

O senso comum e até mesmo o próprio imaginário da profissão dão margem para a visão do jornalista como o sujeito ativo que investiga, busca pistas, enxerga o que os outros não veem ou então que “faz falarem os fatos, ou (...) faz falar quem vivenciou” (GONÇALVES, 2014, p. 90). Por mais que esteja condicionado a todos os constrangimentos produtivos, organizacionais e comerciais, o jornalista pode ser apontado como o responsável pelo discurso (junto com a instituição), cabendo a ele – entre outras funções – fazer a

convocação das fontes. No entanto, esse processo não se dá de maneira unidimensional. Gonçalves problematiza essa questão a partir da metáfora da fonte de informação de Neveu, “que sugere o comportamento ativo de alguém que busca se abastecer de um produto naturalmente disponível (água, ou no caso dos jornalistas, informação)”. Por esse ângulo, a fonte seria passiva e apenas à espera do jornalista que buscaria as informações. Porém, alertam Amaral e Pozobon (2013, p.125), tanto os dados fornecidos pela fonte como as próprias escolhas do jornalista (indicação da fonte, conteúdo da entrevista) no tratamento das informações, configuram-se como uma construção discursiva. Por isso, é equivocada essa ideia de passividade da fonte, como será abordado mais adiante.

Inicialmente, a convocação das fontes pode ocorrer pelo papel social que desempenham. Benetti (2010) lembra, a partir de Foucault, que os indivíduos ocupam determinadas posições na sociedade que determinam o ponto de vista pelo qual eles falam. Assim, uma mesma pessoa pode ocupar diferentes posições de sujeitos de acordo com o contexto em que está inserido. Uma mulher, por exemplo, pode falar como mãe, filha, profissional, moradora de uma cidade ou a partir de tantos outros papéis sociais que possa desempenhar. Nesse mesmo sentido, Amaral e Pozobon (2012, p. 39) buscam inspiração em Pinto (2000) para afirmar a correspondência das fontes às posições ocupadas por elas e aos seus respectivos lugares de fala que vão auxiliar “a organizar o caos e a revestir o acontecimento de sentidos”.

Além de corroborar esse entendimento, Traquina (2005, p. 191) elenca três fatores que influenciam na escolha das fontes: a autoridade, a credibilidade e a reputação. Sobre a autoridade, as fontes oficiais são vistas como mais confiáveis, porque ocupam cargos institucionais ou de autoridade e, em virtude disso, presume-se de que não podem mentir abertamente. Essas agilizariam o trabalho de apuração, já que por serem oficiais, são consideradas mais credíveis e, portanto, precisariam de menos confirmações posteriores; embora, muitas vezes, isso não se concretize. Em um caso de tragédia, quando a apuração é dificultada pelo caráter desestruturador do acontecimento, essa confiança presumida da fonte oficial dá “peso” à informação veiculada. O segundo critério de seleção tem bastante relação com o primeiro: a credibilidade, ou seja, o grau de confiabilidade da fonte. Ainda segundo Traquina (2005, p.191), “quanto mais prestigioso for o título ou a posição do indivíduo, maior será a confiança das pessoas na sua autoridade, isto é, o valor da fonte está mais no que ela representa do que no seu conhecimento. Nesse caso, seria possível enquadrar além das fontes autoridade, também as fontes experts/especialistas. Apesar de essas últimas serem identificadas pelo seu conhecimento, podem ainda ser chamadas pelo prestígio da instituição a

qual estão vinculadas e pela posição hierárquica ocupada em detrimento de seu próprio saber, segundo Sponholz (2008). Já o terceiro critério – a produtividade – diz respeito à quantidade e à qualidade do material fornecido pela fonte. Quanto mais detalhada e consistente forem as informações, mais produtiva será a fonte.

Devido a esses critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações. As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e a rotina. Se a credibilidade da “estória” não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade (TRAQUINA, 2005, p.193).

Essa lógica de supremacia das fontes oficiais perde espaço quando se trata de cobertura ao vivo de tragédias. Não porque as autoridades deixem de ser procuradas pelos jornalistas, mas porque, muitas vezes, elas não têm o que dizer ou não têm interesse em se manifestar antes da apuração do fato. Assim, contrariando a rotina usual do jornalismo, verifica-se a ascensão das fontes testemunhais. Normalmente, as pessoas comuns e sem posição de destaque na sociedade não são ouvidas e, quando convocadas, servem para ilustrar determinada situação (são denominadas nas redações como “case” ou personagem) ou então desempenhar os papéis de vítima e cidadão-reivindicador (CHARAUDEAU, 2010). Porém, se as fontes testemunhais não dispõem da confiança presumida das fontes autorizadas e nem do saber científico dos experts, elas têm a credibilidade de quem viveu ou presenciou determinada situação. É a experiência vivida que dá legitimidade ao relato da testemunha.

Outro fator a ser considerado na escolha das fontes é o relacionamento com os jornalistas. As duas instâncias têm aspirações específicas e, geralmente, conflitantes. A partir de Pinto (2000), Correia (2011) elabora uma lista de objetivos para mostrar o quanto fontes e jornalistas estão em posições opostas.

As fontes procuram todos ou, pelo menos, alguns dos seguintes objectivos:

1) A visibilidade e atenção dos media; 2) A marcação da agenda pública e a imposição de certos temas como foco da atenção colectiva; 3) A angariação de apoio ou adesão a ideias ou a produtos e serviços; 4) A prevenção ou reparação de prejuízos e malefícios; 5) A neutralização de interesses de concorrentes ou adversários; 6) A criação de uma imagem pública positiva.

Pelo seu lado, os jornalistas pretendem: 1) A obtenção de informação inédita; 2) A confirmação ou desmentido para informações obtidas noutras fontes; 3) A dissipação de dúvidas e desenvolvimento de matérias; 4) O lançamento de ideias e debates; 5) O fornecimento de avaliações e recomendações de peritos; 6) A atribuição de credibilidade e de legitimidade a informações directamente recolhidas pelo repórter (CORREIA, 2011, p.98).

Objetivos tão diferentes ressaltam não só a relação conflituosa entre as duas instâncias, como também o caráter ativo das fontes. Em uma clara referência à metáfora da luta usada por Gans (1979), Gonçalves (2014, p.99) compreende a atitude das fontes como uma “guerra por visibilidade, por voz e por direito de manifestação”. Gans também é lembrado por Santos para explicar essa relação baseada na medição de forças, como ocorre em um “cabo de guerra”.

Enquanto as fontes se esforçam em divulgar a informação, os jornalistas acedem às fontes a fim de lhe extorquir informações de interesse e que as fontes, eventualmente, escondem. Cada parte gere a outra, o que indica uma relação de negociabilidade na construção da notícia. Esta negociabilidade depende de incentivos, do poder da fonte de informação, da proximidade social e geográfica face aos jornalistas e dos fornecimentos de informações credíveis (SANTOS, 2003, p. 25).

Essa negociabilidade instaurada não é linear, transparente e tampouco obedece a critérios rígidos; podendo variar de acordo com as qualificações tanto de fontes como de jornalistas. Wolf (2012) salienta que repórteres especializados de áreas determinadas (economia, política, cultura...) desenvolvem uma relação mais próxima com as fontes porque tratam de temas recorrentes e acabam tendo um contato mais frequente com os mesmos informantes. Assim, diferem de um jornalista da área de geral que cobre temas diversos e, por isso, tem acesso a fontes distintas e dos mais diversos assuntos.

No caso das fontes, verifica-se que elas também buscaram uma profissionalização para alcançar maior visibilidade nos meios de comunicação. Ao entenderem o processo de produção de notícia, as assessorias de comunicação passaram a usar os mesmos critérios de noticiabilidade dos jornalistas. Assim,

[...] conhecem perfeitamente o trabalho jornalístico, e, dessa forma, podem se adiantar às expectativas dos jornalistas e apresentar-lhes dossiês perfeitamente completos, que facilitem o trabalho do jornalista. Mas isso nos leva ao seguinte resultado: a fonte praticamente é quem dirige a notícia (RODRIGO ALSINA, 2005, p.170).

Esse é um dos problemas apontados por Gonçalves (2014, p.93) decorrentes do “reconhecimento das fontes como aliadas no processo de produção jornalístico”. De acordo com a autora, por vezes, o jornalista pode desenvolver uma relação de convivência a elas. Na prática, isso ocorreria quando são convocadas sempre as mesmas fontes, privilegiando grupos e setores. Aqui, cabe uma ressalva. Apesar de se ter consciência dos interesses possivelmente envolvidos nesse ato, deve-se ponderar que a prática pode ser, também, uma consequência dos *deadlines* curtos e do ritmo de produção diária. Assim, torna-se mais fácil e rápido

convocar as fontes já identificadas, acostumadas a dar entrevistas e que, por isso, possuem capacidade de expressão oral.

Outro problema decorrente da profissionalização das fontes, apontado por Gonçalves, é o fato de o jornalista assumir a fala da fonte como sua, fazendo com que esse posicionamento guie toda a reportagem. Um exemplo disso ocorre nas coberturas de crimes, quando a versão da polícia é assumida como verdade, mesmo antes do término das investigações. Os jornalistas também teriam esse mesmo posicionamento de adesão ao discurso frente às fontes especialistas, como pesquisadores e cientistas, por exemplo. Todas essas situações mostram o quanto a relação entre essas duas instâncias é delicada, e também o quanto a classificação das fontes e as posições ocupadas por elas na sociedade podem influenciar na convocação por parte dos jornalistas e, conseqüentemente, na qualidade da informação veiculada.

3.3 A RECONSTRUÇÃO DISCURSIVA DOS FATOS: O PAPEL CENTRAL DAS FONTES

Sejam autorizadas, experts ou testemunhais, as fontes têm importante papel na construção do discurso jornalístico, haja vista que desempenham a função de explicar os fatos ou atestar a veracidade do material produzido. Diversos pesquisadores dedicam-se ao estudo das fontes e sua influência no trabalho jornalístico. Em um dos mais clássicos, Molotch e Lester apresentam-nas como promotores de acontecimento (*news promoters*), com interesses de que determinados acontecimentos sejam transformados em notícias, e outros não. A partir do material encaminhado por essas fontes, os jornalistas (*news assemblers*) transformariam os acontecimentos em notícias. Por sua vez, os leitores (*news consumers*) formulariam um entendimento próprio a partir do material veiculado.

Outro estudo bastante reconhecido é o de Hall *et al.*, no qual as fontes oficiais e autorizadas (representantes de instituições sociais, de estado, de sindicatos e especialistas) dariam um primeiro enquadramento à notícia, funcionando como um definidor primário que nortearia a reportagem: “a definição inicial ou ‘interpretação primária’ comanda o ‘campo’ em todo o tratamento posterior e fixa os termos de referência dentro dos quais qualquer nova cobertura ou debate tem lugar” (SANTOS, 1997, p.30). As pessoas consideradas fora desses grupos teriam espaço na mídia apenas em situações extraordinárias, quando desempenham papéis de vítimas ou testemunhas. (TRAQUINA, 2005; CHARAUDEAU, 2010). É o que se

verifica na cobertura da boate Kiss. Neste caso, a diferença é que o primeiro enquadramento, aparentemente, foi dado pelos anônimos – os sobreviventes – e não pelas fontes oficiais.

Em coberturas de tragédia, principalmente nas transmissões em tempo real, cobra-se do repórter a capacidade de apurar as informações o mais rapidamente possível. Considerando-se a característica fundante do acontecimento de introduzir a ruptura (QUERÉ, 2005, p.61), e ainda a impossibilidade de capturá-lo em seu estado bruto (CHARAUDEAU, 2010a, p.95), o jornalismo tem a função conferir sentidos a esse acontecimento, definindo seus contornos, reconfigurando-o e, assim, restabelecendo a ordem. E nisso, as fontes ocupam um papel central, pois podem fornecer os elementos necessários para essa reconstrução discursiva. No entanto, alerta Rodrigo Alsina (2009, p.165), ainda mais importante que selecionar o fato e compreendê-lo, é descobrir o seu valor político e cultural, ou seja, é ter a habilidade de contextualizá-lo. Amaral problematiza a complexidade dessa tarefa:

O acontecimento catastrófico é desorganizador, desestabilizador e cheio de singularidades. Tem aspectos imensuráveis, difíceis de serem relatados por jornalistas e fontes, o que demanda do jornalismo um esquadramento exaustivo. Afinal, quem é quem nestas tragédias? Quais são suas causas? Como a população se organiza no momento pós-trauma? Qual é o papel dos Governos, da imprensa, dos cientistas, da defesa civil, das instituições, dos especuladores imobiliários, dos políticos em geral e da população? Como outros países se organizam? Como deve ser a cobertura de tais acontecimentos? (AMARAL, 2013a, p. 184)

Em função disso, a autora conclui que “o acontecimento catastrófico demanda várias fontes para reconstituir os elementos do passado e do presente” (2013a, p.183). Além de fornecer esses elementos, as fontes também colaboram para a marcação de realidade essencial ao discurso jornalístico. Entre todas as possibilidades de atribuir o efeito de real à narrativa, talvez os testemunhos sejam o recurso mais eficiente por estarem baseados em uma experiência vivida e, em princípio, incontestável.

3.4 OS TESTEMUNHOS NO JORNALISMO: A EXPERIÊNCIA COMO ÍCONE DE VERDADE E DE MARCAÇÃO DE REALIDADE

Ao longo da história, o testemunho tem sido estudado por diversas áreas e a partir de distintos pontos de vista. O primeiro uso do testemunho remete à Grécia Antiga, como prova em um tribunal. Até hoje, na área jurídica, o depoimento de testemunhas segue tendo papel importante. Da mesma forma, tem relevância na teologia, sendo entendido como afirmação da fé e na psicologia, analisado a partir do ângulo da história de vida e do comportamento em

situações traumáticas (SELIGMANN-SILVA, 2005, p.72). Essa diversidade de abordagens passa pela própria origem da palavra, que em latim pode ser identificada a partir dos termos *testis* e *superstes*. O primeiro remete ao uso judicial, no qual uma pessoa assume a posição de terceiro em relação a outras duas envolvidas em um litígio, exercendo, assim, o caráter de neutralidade necessário para o esclarecimento de fatos e a tomada de decisão em um processo. Já o termo *superstes* identifica quem vivenciou determinado fato, sobreviveu à experiência e, por isso, pode ser testemunha (AGAMBEN, 2013, p.27). Selligman-Silva ainda relembra a palavra *martyros* (mártir) que, em grego, significa testemunha. Os três termos apontam para o potencial esclarecedor do testemunho.

Se a noção de testemunha como terceiro já anuncia o tema da verificação da “verdade”, ou seja, traz à luz o fato de que o testemunho por definição só existe na área enfeitada pela dúvida e pela possibilidade da mentira, a acepção do testemunho como sobrevivente e como mártir indica a categoria excepcional do “real” que o testemunho tenta dar conta *a posteriori* (SELIGMAN-SILVA, 2003, p.374).

Essa potencialidade intrínseca ao testemunho de trazer à tona uma “verdade”, ganhou mais visibilidade a partir da década de 70, com a ascensão do movimento conhecido por giro subjetivo. Ao defender o ponto de vista do sujeito e, conseqüentemente, a importância da subjetividade, a corrente propiciou que indivíduos até então excluídos e marginalizados tivessem direito à voz.

Este reordenamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e seus personagens, baseado nos direitos e na verdade a partir da subjetividade, contém grande parte das reconstruções teóricas das décadas de 60 e 70. Coincide com uma renovação análoga ocorrida na sociologia da cultura e dos estudos culturais, nos quais a identidade dos sujeitos volta a ocupar um lugar que, nos anos 60 foi ocupado pelo estruturalismo (SARLO, 2005, p.22)²⁵.

Essa mudança conceitual, que propiciou a valorização do sujeito, tem importante relação com os grandes acontecimentos trágicos do século XX. No período chamado de “era das catástrofes” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.8) devido à quantidade de guerras, massacres e genocídios, dois eventos em especial deram origem a linhas de estudo: os testemunhos de *Shoah* a partir dos sobreviventes do Holocausto e os *testemonios* das vítimas

²⁵ Tradução nossa. “Este reordenamiento ideológico y conceptual de la sociedad del pasado y sus personajes, que se concentra sobre los derechos y la verdad de la subjetividad, sostiene gran parte de la empresa reconstructiva de las décadas del sesenta e y setenta. Coincide con una renovación análoga em la sociologia de la cultura y los estudios culturales, donde la identidad de los sujetos há vuelto a tomar el lugar que, em los años sessenta, fue ocupado por las estructuras” (SARLO, 2005, P.22).

das ditaduras da América Latina. Embora não caibam comparações entre as atrocidades cometidas e os sofrimentos vividos, os testemunhos presentes nos dois momentos têm em comum não só a carga dramática decorrente das situações extremas, mas também a busca por um resgate histórico, seja para fins de registro ou de responsabilização do envolvidos. Afora essas aproximações, cada estudo tem especificidades que merecem ser detalhadas em maior profundidade.

Nos estudos de *Shoah*, o principal debate é a inexistência da testemunha autêntica. A concepção parte da premissa de que as pessoas que vivenciaram a experiência até o final não sobreviveram para contar. Logo, o Holocausto é tratado como um “acontecimento sem testemunhas”. A noção elaborada pelos pesquisadores da Universidade de Yale, Felmann e Laub (AGAMBEN, 2008, p.43) apoia-se no depoimento do italiano Primo Levi que, depois de sobreviver a Auschwitz, contou em livro os horrores vividos no campo de concentração. Até hoje, a obra escrita por ele “É isto um homem?” é considerada um clássico nos estudos do testemunho. Em meio aos relatos, Levi reafirma o seu entendimento sobre as testemunhas.

Repito, não somos nós, os sobreviventes, as autênticas testemunhas. [...] Nós, sobreviventes, somos uma minoria anômala, além de exígua: somos aqueles que, por prevaricação, habilidade ou sorte, não tocamos o fundo. Quem o fez, quem fitou a górgona, não voltou para contar, ou voltou mudo; mas são eles, os “muçulmanos”, os que submergiram- são eles as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral (PRIMO LEVI, 1947 *apud* AGAMBEN, 2008, p.43).

Os “muçulmanos” a que Levi se refere são as pessoas que “morreram em vida” ainda nos campos. A denominação é uma referência àqueles prisioneiros que dada a brutalidade do *Lager* desistiram de viver, transformando-se em “homens-múmia” ou “mortos-vivos” (2008, p.49). De acordo com o relato de Levi, por mais que não estivessem mortos no sentido literal da palavra, não tinham quaisquer condições de prestar algum testemunho. Dessa forma, apenas essas pessoas e àquelas que passaram por todas as experiências do campo e, por conseguinte, morreram é que seriam as testemunhas legítimas. Os sobreviventes são vistos como pseudotestemunhas, que falam por delegação, como porta-vozes daqueles que não têm mais como se expressarem. Portanto, eles “testemunham sobre um testemunho que falta” (AGAMBEN, 2008, p.43).

A partir disso, o autor propõe a reflexão sobre o sentido e a credibilidade das testemunhas. Se a força da testemunha vem, justamente, da experiência, qual o valor do testemunho de alguém que não vivenciou os fatos os quais está narrando? A resposta para esse questionamento reside no fato de o testemunho de *Shoah* trazer, nas palavras de

Agamben, “uma lacuna” que acaba não só por constituí-lo, mas também por autorizá-lo. A lacuna é a incapacidade de representar a totalidade da experiência vivida, pois como o sobrevivente não passou pelas mesmas experiências que as testemunhas integrais, não pode transmiti-las em sua essência. Mesmo assim, o sobrevivente testemunha porque tem a consciência de que o faz pela impossibilidade de o outro testemunhar. Por isso, o testemunho é definido como uma “potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar” (AGAMBEN, 2008, p. 147). Dessa maneira, o autor compreende que a autoridade do testemunho de *Shoah* passa por uma questão fundamental: “o lugar vazio do sujeito”, pois

precisamente porque atesta o fato de que só através de uma impotência tem lugar uma potência de dizer, a sua autoridade não depende de uma verdade fatural, da conformidade entre o dito e os fatos, entre memória e acontecido, mas, sim, depende da relação imemorable entre o dizível e o indizível, entre o fora e o dentro da língua. *A autoridade da testemunha reside no fato de poder falar unicamente em nome de um não poder dizer, ou seja, no seu ser sujeito* (AGAMBEN, 2008, p.157, grifo do autor).

Apoiada em Agamben, Sarlo (2012, p.44), conhecida por sua posição crítica à autenticidade inquestionável atribuída aos testemunhos, defende que no caso de *Shoah* eles não podem ser colocados sob suspeita, porque não há possibilidade de os mortos testemunharem, a não ser por meio dos sobreviventes que passam a assumir “a posição de primeira pessoa do sujeito ausente”. Nesse ponto, conclui a autora, está o grande paradoxo do testemunho: mesmo tendo ciência de sua incapacidade, o sobrevivente fala a partir do lugar dos mortos, porque compreende que tem um dever moral, pois “quem sobrevive a um campo de concentração sobrevive para testemunhar e assumir a primeira pessoa dos que seriam as verdadeiras testemunhas, os mortos”. Diante disso, Sarlo pondera que o conteúdo do depoimento e sua repercussão é mais relevante que o lugar ocupado por esse sujeito. Assim, o testemunho

não pode representar tudo o que a experiência foi para o sujeito, porque se trata de uma matéria prima onde o sujeito que testemunha é menos importante que os efeitos morais do seu discurso. Não é o sujeito que restaura a si mesmo no testemunho do campo, mas uma dimensão coletiva que, por oposição e por imperativo moral, é construída a partir do que o testemunho transmite. (SARLO, 2005, p.45)²⁶

²⁶ Tradução nossa. “Em suma: no puede representar todo lo que la experiencia fue para el sujeto, porque se trata de una ‘materia prima’ donde el sujeto testigo es menos importante que los efectos morales de su discurso. No es el sujeto que se restaura a sí mismo en el testimonio del campo, sino una dimensión colectiva que, por oposición y por imperativo moral, se desprende de lo que el testimonio transmite. ”

Isto é, ao contar as experiências vividas no campo de concentração – ainda que não as tenha vivido em sua totalidade – o sobrevivente não está falando apenas em seu nome, mas cumprindo o seu dever de representar todos os judeus submetidos às atrocidades nazistas. Assim, o relato individual por mais fragmentado e subjetivo que seja ganha dimensões coletivas, dando luz a pontos obscuros da história e reafirmando valores importantes para sociedade.

Esse mesmo caráter esclarecedor também está presente nos *testemonios*, porém a tônica das discussões não recai sobre a “política da memória” como no caso de *Shoah*, mas na política “partidária” e no caráter de denúncia do relato das testemunhas (SELIGMANN-SILVA, 2003, p.32). Por remontar às ditaduras latino-americanas ocorridas entre as décadas de 1950 a 1970, o *testimonio* é visto como uma literatura de resistência que denuncia a exploração econômica e a repressão das minorias. Deste modo, tem o objetivo de contar a história sob outros pontos de vista até então silenciados: dos explorados e subalternos, como pontua Penna (2003, p.304).

A importância do testemunho na América Latina espanhola está ligada à possibilidade de dar expressão a culturas com uma inserção precária no universo escrito e uma existência quase que exclusivamente oral. Como a distribuição entre escrita e oralidade repete uma segmentarização social em grande escala-consequência de um processo de aculturação e modernização que transcreve o legado colonial, perpetuando a exclusão e a marginalização das culturas que não passam pelo processo de ‘letramento’ ou da escrita-, o testemunho latino-americano acaba possibilitando a expressão de culturas e subjetividades emergentes (...).

É o caso do depoimento de indígenas que, diferentemente dos sobreviventes de *Shoah* que escreviam seus próprios depoimentos (ainda que em nome dos mortos), precisavam da figura do transcritor para terem suas palavras registradas. Para que essa espécie de porta-voz funcionasse como um “veículo para o sujeito testemunhal” era necessário o abandono de qualquer traço pessoal. Assim, o transcritor, ou seja, o autor deveria passar por uma “despersonalização quase que absoluta”, visto que a narração se dava em primeira pessoa (PENNA, 2003, p.307). O livro “Biografía de un cimarrón” escrito em 1966, por Miguel Barnet, a partir do depoimento do escravo Esteban Montejo, é considerado o marco da literatura de *testimonio*. Tão conhecida quanto, é a obra “Yo me llamo Rigoberta Menchú: hasta no verte Jesús mio”, de 1969, na qual a indígena guatemalteca, que dá nome à obra, relata as situações de racismo pelas quais passou, a execução de sua família pelo exército e a decisão de aprender espanhol como alternativa à língua nativa quiché (2003, p.310).

A partir da década de 1980, com o fim dos regimes ditatoriais, os testemunhos das vítimas ganharam novo impulso.

Os crimes das ditaduras foram conhecidos a partir de uma profusão de discursos testemunhais, em primeiro lugar porque os julgamentos aos responsáveis (como no caso argentino) demandaram que muitas vítimas dessem seus testemunhos como prova do que haviam sofrido e do que sabiam que outros sofreram antes de morrer (SARLO, 2005, p.61)²⁷.

Ainda de acordo com Sarlo ([2015?]), esses inúmeros testemunhos foram imprescindíveis para revelar importante parte da história política da Argentina, pois muitos documentos foram destruídos pelos militares e, como sustenta a autora, “onde não há outras fontes, o testemunho é fundamental”. Da mesma forma, a partir da denúncia dos crimes cometidos, esses depoimentos em primeira pessoa também contribuíram, significativamente, para o processo (ainda em curso) de responsabilização dos culpados. Também o sentimento de indignação popular, a restauração de “uma esfera pública de direitos” e o fortalecimento da ideia de que os episódios do período deveriam ser lembrados para que não fossem repetidos.

Mesmo reconhecendo a importância do testemunho de *Shoah* e das ditaduras latino-americanas, Sarlo questiona o porquê de, contemporaneamente, a narrativa testemunhal não ser submetida a averiguações a exemplo do que ocorre com outras fontes de informação. A autora argumenta que autenticidade atribuída ao testemunho pós-holocausto se transformou em um modelo aplicado a qualquer situação – até a casos banais do dia a dia – que envolvam uma experiência vivenciada. Se não cabe levantar suspeita aos testemunhos de *Shoah*, assim como aos denunciadores do regime ditatorial argentino já que durante determinado tempo²⁸ seguem amparados por prerrogativas humanitárias, Sarlo defende que em outros casos é necessária a submissão dos relatos à crítica: “não se pode abrir mão do testemunho, porém é preciso problematizá-lo” (2005, p.163).

Ademais, se as narrativas testemunhais são a principal fonte de conhecimento sobre os crimes da ditadura, os testemunhos de militantes, intelectuais, políticos, religiosos ou sindicalistas das décadas anteriores não são a única fonte de conhecimento; apenas uma fetichização da verdade testemunhal poderia conceder um peso superior ao de outros documentos, incluindo os testemunhos contemporâneos aos fatos dos anos sessenta e setenta. Só uma confiança ingênua na primeira pessoa e na memória

²⁷ Tradução nossa. “Los crímenes de las ditaduras fueron exhibidos en un florecimiento de discursos testimoniales, en primer lugar porque los juicios a los responsables (como en el caso argentino) demandaron que muchas víctimas dieran su testimonio como prueba de lo que habían padecido y de lo que sabían que otros padecieron hasta morir”.

²⁸ Sarlo (2005, p.63) afirma que, ainda hoje, não se sabe por quanto tempo os discursos sobre crimes estão amparados pela prerrogativa de humanidade. Porém, a autora critica os testemunhos que são proferidos muitas décadas depois, nos quais o relato pode ser influenciado pelo tempo e a memória.

do vivido poderia estabelecer uma ordem presidida pelo testemunhal. E só um entendimento ingênuo da experiência poderia reivindicar uma verdade superior. (SARLO, 2005, p.63)²⁹.

Essa crítica, ressalta a autora, não se aplica ao testemunho usado como prova em processos jurídicos ou morais em que sua importância é inquestionável, mas aos casos de construção do passado e da memória em que a fala em primeira pessoa é a única fonte de informação. É nesse contexto que Sarlo questiona o caráter de ícone de verdade adquirido pelo testemunho e a noção de superioridade a outros tipos de documentos e provas.

Ricoeur (2007, p.172) também aborda a relação de suspeita e confiança que envolve o testemunho. Para o autor, as desconfianças se originam em todo um processo que passa pela percepção da situação vivida e a fixação da lembrança até chegar “na fase declarativa e narrativa da reconstituição dos traços do acontecimento”. Porém, essa mesma experiência que suscita questionamentos por sua subjetividade também colabora para a confiabilidade presumida, pois a autoridade da testemunha decorre diretamente da sua vivência e presença no local dos fatos em questão.

A especificidade do testemunho consiste no fato de que a asserção da realidade é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha. Desse acoplamento procede a fórmula típica do testemunho: eu estava lá. O que se atesta é indivisamente a realidade da coisa passada e a presença do narrador nos locais da ocorrência. É a testemunha que de início se declara testemunha. Ela nomeia a si mesma. Um triplo dêitico pontua a autodesignação: a primeira pessoa do singular, o tempo passado do verbo e a menção do lá em relação ao aqui (RICOEUR, 2007, p.172-173).

O autor complementa que essa afirmação “eu estava lá” traz junto um pedido de crédito que constitui outra característica do testemunho: a fidúcia, ou seja, a fé no relato da testemunha. Entretanto, essa confiança só será estabelecida no momento em que a pessoa que ouve, lê ou presencia o testemunho o reconhece como digno de tal. Desta forma, Ricoeur salienta outra peculiaridade do testemunho: “a estrutura dialogal”, pois “é diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido, eventualmente como ator ou como vítima, mas, no momento do testemunho, na posição de um terceiro com relação

²⁹ Tradução nossa. “Además, si las narraciones testimoniales son la fuente principal del saber sobre los crímenes de las dictaduras, los testimonios de los militantes, intelectuales, políticos, religiosos o sindicales de las décadas anteriores no son la única fuente de conocimiento; sólo una fetichización de la verdad testimonial podría otorgales un peso superior al de otros documentos, incluidos los testimonio contemporáneos a los hechos de los años sesenta y setenta. Sólo una confianza ingenua en la primera persona y en el recuerdo de lo vivido pretendería establecer un orden presidido por lo testimonial. Y sólo una caracterización ingenua de la experiencia reclamaría para ella una verdad más alta”. (SARLO, 2005, p.63)

a todos os protagonistas da ação” (RICOEUR, 2007, p.173), isto é, o testemunho só se realiza no contato com o outro, no momento em que tiver sua confiabilidade reconhecida.

Esse aspecto dialogal é importante para a reflexão sobre o conceito de testemunho midiático. Frosh e Pinchevski (2009, p.1) o definem como aquele que é, simultaneamente, “realizado *na* mídia, *pela* mídia e *por meio* da mídia³⁰”, ampliando o entendimento de testemunha. Por essa concepção, são testemunhas: as fontes que, tradicionalmente, atuam como testemunhas; os jornalistas, que se transformam em testemunhas do testemunho das fontes; e os telespectadores, que testemunham a tudo ao acompanharem a transmissão. Se, conforme Ricoeur, o testemunho só se realiza com o reconhecimento do outro, infere-se que, quando esse testemunho se dá na mídia, a confiança no relato deve ser proveniente de todos os envolvidos. À vista disso, o testemunho criaria um “espaço comum”, de relação e “encontro com o outro”, mesmo com a diferença de espaço e tempo entre as três instâncias envolvidas (LAGE, 2005, p.112).

Por outro lado, ao tornar o conceito de testemunha mais abrangente, o testemunho midiático suscita a questão da experiência. Tradicionalmente, a autoridade da testemunha decorre de sua presença no local dos fatos e vivência do acontecimento; porém, no testemunho midiático essa necessidade de estar no local não é consenso entre os pesquisadores. Peters (2009 *apud* Frosh e Pinchevski, 2009, p.13) entende a presença como fundamental ao conceito de testemunho³¹ por considerar que os eventos têm singularidades que só podem ser percebidas por quem está no local de sua ocorrência. Em função disso, o autor defende que as audiências não são testemunhas do acontecimento, mas apenas receptores do testemunho de outras pessoas. Contrário a essa visão, Frosh (2009 *apud* Frosh e Pinchevski, 2009, p.13) argumenta que a presença física – tão valorizada no testemunho histórico de eventos traumáticos – não deve ser definidora no testemunho midiático, pois se trata de uma nova experiência fornecida pela mídia ao público. Como exemplo desse raciocínio, o autor cita a cobertura jornalística do 11 de Setembro na qual, mesmo à distância, o público que acompanhava a transmissão estava mais bem informado sobre o que estava acontecendo do que as testemunhas presentes nos arredores das Torres Gêmeas. Por essa concepção, seria possível afirmar que, ao ter a experiência de vivenciar o acontecimento por

³⁰ Tradução nossa: “witnesses *in* the media, witnessing *by* the media, and witnessing *through* the media”

³¹ Peters também usa a noção de presença para estabelecer modalidades de testemunho. De acordo com o autor, há quatro tipos: “estando lá”, quando se está no local do fato, ou seja, presente no tempo e no espaço; “transmissão ao vivo”, quando se está presente no tempo e ausente no espaço; “historicidade”, quando se está ausente no tempo e presente no espaço; e a “gravação”, quando se está ausente tanto no tempo como no espaço. Por essa classificação, Peters compreende “uma gradação de testemunhar”, no qual o grau máximo e, portanto, o testemunho mais autêntico ocorre no primeiro caso, em que a testemunha está presente no tempo e no espaço.

meio das imagens ao vivo, a audiência transformou-se em testemunha. Interessante observar que, nesse caso, a transmissão ao vivo cumpriria um papel de potencializar a intensidade dessa experiência, tendo em vista que coberturas em tempo real propiciam o acompanhamento dos fatos simultaneamente a sua ocorrência, como se as distâncias fossem abolidas (FECHINE, 2008).

Sem entrar no mérito da questão da presença, porém concordando com as novas possibilidades de experiência, Leal e Antunes (2015, p.2-3) percebem o testemunho midiático como um conceito que pode ajudar na compreensão de como os acontecimentos sociais são construídos a partir do envolvimento das três instâncias (testemunha, mídia e audiência), pois articula os “modos como os processos midiáticos informam – tanto no sentido de ‘dar forma’ quanto de ‘produzir informação’, ‘conhecer’ – os acontecimentos e como esses são incorporados pelas pessoas.” Nesse sentido, os autores partem da ideia de que o texto midiático é, por natureza, testemunhal. Mais especificamente, faz parte do jornalismo transmitir a experiência vivida ou presenciada ao público (AMARAL, 2013a, p.185). Contudo, é preciso estabelecer uma diferença entre os testemunhos que serviram de base para os estudos iniciais e os midiáticos. No primeiro caso, tem-se depoimentos individuais (embora com aspirações de representação coletiva) provenientes de vivências em situações extremas; já no segundo, um texto planejado e construído no qual o aspecto testemunhal está mais ligado a fins estratégicos de autenticação dos relatos (LEAL, ANTUNES, 2015, p.4). Portanto, ainda que se considere a intenção de denúncia, resgate histórico e responsabilização dos culpados, pode-se compreender o testemunho dos sobreviventes como “desinteressado”, ou seja, sem outro objetivo a não ser o de contar o que viveu. A mesma inferência não pode ser estabelecida no texto midiático, empreendido a partir de regras e procedimentos discursivos visando ao convencimento do público sobre a veracidade dos relatos:

Buscando articular informação e experiência, os textos midiáticos apresentam desafios específicos referentes à sua veracidade e sua confiabilidade, sendo dependentes de parâmetros genéricos, da sua identificação ou não, por parte dos espectadores, com outros textos da mesma qualidade e com as regras e expectativa que os regem (LEAL, ANTUNES, 2015, p.4).

À vista dessa construção estratégica, o testemunho evidencia-se como um recurso de marcação de realidade no qual o depoimento da pessoa envolvida na situação confere um efeito de verdade ao discurso. É justamente esse caráter de fidedignidade que faz o testemunho ser tão caro ao jornalismo, já que para atender à exigência de credibilidade do contrato de comunicação, é necessário provar ao público que o seu relato é verdadeiro. Nesse

sentido, por estar ancorada em uma experiência vivida, a fala da testemunha instaura um “imaginário de verdade verdadeira” (CHARAUDEUAU, 2010a, p.22), tornando o discurso credível.

Em busca dessa autenticidade atribuída ao testemunho, programas jornalísticos têm investido na narrativa em primeira pessoa. É o que Leal e Lage (2015, p.8) chamam de “proliferação da retórica do testemunho”, na qual outros narradores assumem o papel de testemunhas. Atualmente, o repórter ou apresentador apropriam-se deste papel ao vivenciarem determinadas situações com o objetivo específico de realizar a reportagem. Por mais que o texto jornalístico tenha o aspecto testemunhal em sua essência, observa-se que esse recurso vem sendo utilizado no jornalismo com mais frequência como forma de aprofundar esse efeito de verdade conferido pelo depoimento de quem viveu a experiência a ser relatada. Damasceno (2013, p.185) pontua que “ao estar presente, o jornalista passa a ter a posse da memória necessária para a construção da notícia: ele se torna a própria testemunha”. Contudo, ainda que vivencie a situação, o repórter não desfruta da mesma credibilidade da testemunha “genuína” e pode ter sua confiabilidade questionada, visto que não se trata de um relato desprovido de intenções. Portanto, por mais que tente vivenciar da maneira mais intensa possível essa experiência, o jornalista sempre terá um olhar estrangeiro, de alguém que se inseriu naquele ambiente com determinado propósito. Além disso, o profissional está impregnado das regras do discurso jornalístico, sendo pouco provável que consiga se desvincular de todas as procedimentos e condutas que guiam o fazer jornalístico. Assim, ao fornecer esse testemunho, ele já está elaborando uma narrativa, o que abre espaço para indagações a respeito da sua confiabilidade.

Essas dúvidas, geralmente, não ocorrem quando o testemunho é proferido por pessoas comuns. Por estarem ancoradas em uma vivência casual e não programada, é pouco provável que as testemunhas tenham suas versões contestadas (ainda que a visão de testemunho como ícone de verdade seja tema de discussões), ao contrário dos jornalistas-testemunhas e das fontes oficiais e especialistas, que podem ter seus discursos confrontados ou rebatidos. Aliás, um dos atributos que caracteriza a credibilidade da testemunha é exatamente a disponibilidade de reiterar o teor do testemunho mesmo com o passar do tempo e de responder por suas declarações (RICOEUR, 2007, p.174), pois o testemunho é um compromisso firmado perante outra pessoa (BOLTANSKI, 2015, p.147), e como tal deve ser confirmado quando necessário. Assim, o chamado “informador-testemunha”

[...] desempenha o papel de “portador da verdade” na medida em que sua fala não tem outro objetivo a não ser dizer o que viu e ouviu. (...) Diferentemente do que ocorre com a notoriedade, ele não é suspeito de utilizar alguma estratégia de ocultamento, pois é considerado completamente ingênuo, isto é, desprovido de qualquer tipo de cálculo, quanto à utilização de seu testemunho: ele só poderia dizer a verdade, a menos que seja manipulado ou que produza voluntariamente um falso testemunho (mas então sua identidade deixa de ser a de uma testemunha) (CHARAUDEAU, 2010a, p.53).

Quer dizer, por mais que o relato de uma lembrança passe sempre por algum tipo de construção cognitiva, o testemunho de uma pessoa comum é entendido como algo natural e isento de julgamentos e análises. Dessa forma, acredita-se que uma das primeiras funções do testemunho no jornalismo é conferir o efeito de verdade ao discurso.

Após essas ponderações, torna-se necessário abordar a diferença entre os termos testemunha e testemunho, já que remetem à questão da autoridade/credibilidade abordada anteriormente. Embora, por vezes, sejam usados como sinônimos, os dois termos apresentam distinções importantes. A testemunha pode ser identificada como o sujeito da ação, aquele que presencia, vivencia e acompanha determinada situação; já o testemunho designa o ato de testemunhar. Leal e Antunes (2015, p.9) não se detêm no substantivo testemunha, mas no verbo testemunhar. Ainda que pertençam a classes gramaticais diferentes, nota-se que os dois termos caminham para o mesmo entendimento de estar “*in loco*, se fazer presente”. Por sua vez, o testemunho difere-se por conter a ideia da credibilidade ao ser compreendido como “ato de conferir autoridade moral ao depoimento” que advém da ação de testemunhar. Para salientar ainda mais essa diferença, os autores preferem usar a palavra disjunção, como forma de reforçar a ideia de afastamento entre os termos.

O testemunhar, um processo, oferece-se no caso como método de trazer o presente de um saber experiencial para dentro do relato, configurando então um testemunho, um produto cuja propriedade seria conferir certificação moral de algo agora passado ante um olhar “vindo do futuro”. Nesse sentido, a condição testemunhal do texto midiático afigura-se mais na sua possibilidade epistêmica, de um saber sobre o mundo, ou de modos de reconstruir acontecimentos em detalhes verificáveis, um elemento de prova (LEAL, ANTUNES, 2015, p.9).

Desse modo, além de dotar de credibilidade o discurso jornalístico, o testemunho ainda colabora para sua construção, tendo em conta que “esses detalhes verificáveis” provenientes dos relatos das testemunhas acabam por favorecer a reconfiguração dos acontecimentos, principalmente em coberturas de tragédia quando a apuração é dificultada pela desorganização provocada pelo fato e escassez de fontes oficiais dispostas a fornecer informações à imprensa. Embora, nessas situações, os depoimentos sejam, geralmente, “um

relato simultâneo ao acontecimento, com características efêmeras e fragmentadas e sem a pretensão de reconstituir a história como um todo” (AMARAL, 2013a, p.187), essa recomposição vai sendo concretizada à medida que o jornalista entrevista diferentes testemunhas e obtém detalhes do que ocorreu. Assim, a partir dos fragmentos desses depoimentos, o acontecimento vai perdendo os contornos nebulosos iniciais.

Nesse âmbito, pode-se dizer que o testemunho está sempre permeado pela questão da verdade, ou melhor, pela busca dela. Da mesma forma, também está ligado ao sofrimento. Para Boltanski (2015, p.147), o testemunho nunca é tão necessário como quando estão envolvidas situações de sofrimento.

Quando se retira sua força do sofrimento, o testemunho é uma solicitação de compromisso, no sentido de conter preocupação que pede para ser partilhada. É por essa partilha que o sofrimento, um processo desumanizante por natureza, adquire uma dimensão humana. Se outros estiverem preocupados ou apreensivos, ele não mais exclui aqueles que sofrem com o mundo, mas pelo contrário, ele os conecta ao curso dos assuntos humanos.

No jornalismo, percebe-se essa relação com o sofrimento principalmente nas coberturas de assuntos trágicos, quando a testemunha é convocada com o objetivo de ilustrar o drama vivido por sobreviventes e indivíduos afetados de alguma maneira pelo acontecimento (AMARAL, 2013b). Por ser decorrente de uma vivência de uma situação extrema, é esperado o forte apelo dramático do depoimento da fonte testemunhal. Porém, mais do que em virtude da própria natureza do acontecimento, essa perspectiva se sobressai porque é resultado de uma escolha jornalística. Durante todo o processo de construção da reportagem, o profissional que apura, narra e organiza o discurso, também destina lugares de fala específicos para as fontes. Às oficiais/autorizadas e especialistas, cabem as explicações e análises contextualizadas; enquanto às testemunhais, falas mais subjetivas e pertencentes ao campo das sensações que devem expressar os aspectos vividos, sentidos, vistos ou ouvidos. Assim, o testemunho fica restrito ao tom “do urgente, do pungente, do desespero” (AMARAL, 2011, p.74). De outro modo, compreende-se que esses detalhes singulares advindos das testemunhas também se constituem em informações importantes para a construção do discurso jornalístico. Caso contrário, quem mais poderia ressaltar o aspecto humano inerente a uma cobertura de tragédia, senão as pessoas que viveram esse acontecimento? Dessa forma, esse testemunho vai ao encontro de duas necessidades: da testemunha que, seguindo o modelo de *Shoah*, precisa contar o que sofreu seja com o intuito

de desabafar, compartilhar a experiência ou buscar por justiça; e do jornalista, que tem a missão de reconstituir o fato.

Todas essas funções do testemunho identificadas, de maneira geral no jornalismo, também são percebidas no telejornalismo. Isto é, na televisão, os testemunhos seguem contribuindo para a marcação de realidade, a autenticação do relato dos fatos, a reconstituição do acontecimento, a construção do discurso jornalístico e a ilustração do sofrimento. Porém, ainda que este trabalho não se detenha na análise da imagem, é preciso considerá-la já que se trata de uma especificidade do meio. A primeira observação a ser feita é a relação entre o oral e a imagem. Baseado em Rezende (2000), Damasceno (2013, p.185) afirma que não há consenso sobre a primazia de um componente sobre o outro e apresenta os argumentos de cada posição. Os pesquisadores favoráveis à imagem mencionam o aspecto universal da imagem que, por estar baseada em signos facilmente reconhecíveis (FRANÇA, 2006, p.34), propicia um entendimento sem a necessidade de explicações complementares. Sob a outra perspectiva, entende-se que o verbal permite uma informação clara e precisa, o que não é alcançado apenas por meio da imagem. Particularmente, neste trabalho, compactua-se com uma linha menos radical que defende a complementaridade entre os dois atributos: a palavra é necessária para dotar de sentidos a imagem que, por sua vez, também tem o papel de ilustrar o que está sendo falado. Na linguagem usada na redação, trata-se de “casar a imagem com o texto”, ou seja, uma característica não deve se sobrepor ou competir com a outra.

A partir dessa ótica, Damasceno faz uma aproximação entre conteúdo imagético, as rotinas produtivas e os estudos do testemunho para refletir sobre três tipos de testemunhos mais frequentes no telejornalismo: os do jornalista, das fontes e o jurídico, usado na reconstituição de casos de justiça. Embora as duas primeiras categorias já tenham sido discutidas neste trabalho, é interessante retomá-las devido a essa abordagem direcionada à televisão que o autor apresenta.

Primeiramente, Damasceno (2013, p.186) identifica que o aspecto testemunhal do repórter forjado a partir de sua presença no local dos fatos, manifesta-se por meio de dois procedimentos: o *off*³² e a passagem. No primeiro caso, ele ressalta a integração entre imagem e texto: enquanto a imagem ilustra e “documenta o que está sendo falado”, o texto direciona a sua leitura. Dessa forma, segundo Damasceno, percebe-se no telejornalismo o “triplo dêitico” (RICOEUR, 2007, p.172) que identifica testemunhas de maneira geral, ou seja, o “eu estava lá”: “o sujeito (o jornalista), o tempo passado (o *off* que enuncia o fato no tempo histórico) e o

³² O *off* é “o texto gravado pelo repórter e sobreposto por imagens” (SIQUEIRA, VIZEU, 2014)

espaço (a imagem que o documenta) ”. O autor ainda ressalta que pelo fato de a reportagem ser considerada um trabalho em equipe do jornalista, cinegrafista, editores e outros profissionais, a afirmação não é de “eu estava lá”, mas de “nós estávamos lá”. Já em relação à passagem, Damasceno identifica o aspecto dialogal que se manifesta no momento em que o repórter olha para a câmera e “conversa” com o telespectador.

Por outro lado, essa dimensão dialogal não se manifesta no testemunho das fontes concretizado por meio do procedimento da sonora³³, pois, nesse momento, o entrevistado não fixa o olhar na câmera, mas no repórter que está a sua frente, porém ao lado do equipamento. Isto é, o diálogo é estabelecido com o jornalista e não com o telespectador. Ainda durante a sonora, observa Damasceno, a imagem da fonte e sua identificação contribuem para a credibilidade. Ao apresentar o nome, a profissão ou a condição desse entrevistado no momento (sobrevivente, vítima) está sendo justificado o porquê de conceder espaço a uma pessoa comum, não conhecida anteriormente pela audiência. Além disso, as imagens usadas para ilustrar o depoimento dessa testemunha também colaboram para esse sentido, pois atestam a veracidade do relato.

Seguindo nessa linha, as imagens também têm o papel de ilustração e autenticação dos relatos no terceiro tipo de testemunho, o jurídico. Bastante frequente em reportagens sobre crimes e tragédias, esses testemunhos se aproximam da questão jurídica porque “tendem a tomar rumos contraditórios, entre os indivíduos acusados, as vítimas e outras testemunhas, o que torna a reconstituição do passado uma narrativa de mistério” (DAMASCENO, 2013, p.187). Nessas situações, também é veemente a necessidade de confrontação dos depoimentos, seja para averiguar novas informações como para confirmar detalhes já apurados.

Após o cotejamento de diferentes autores sobre os estudos iniciais do testemunho, sua inserção no campo midiático, no jornalismo e no telejornalismo, parte-se para a análise dos testemunhos na cobertura do incêndio da boate Kiss na tentativa de compreender de que forma o relato dos sobreviventes e das pessoas afetadas diretamente, ou que tiveram algum envolvimento com o acontecimento, colaboraram para a construção do discurso jornalístico. Com esse intuito, dá-se início a análise empírica desta pesquisa.

³³ A sonora é a fala do entrevistado que recebe essa denominação quando inserida na reportagem. (SIQUEIRA, VIZEU, 2014)

4. A COBERTURA DO CASO KISS

Para a compreender a mobilização realizada para viabilizar uma cobertura de um acontecimento de tamanha repercussão, primeiramente, é necessário esclarecer alguns pontos sobre a relação entre a RBS TV e a Rede Globo de Televisão, visto que esse fator exerce influência direta no trabalho jornalístico, tanto do ponto de vista editorial como no de estrutura técnica.

A RBS TV afiliou-se à Rede Globo em 1967, cinco anos após a fundação da emissora gaúcha. Desde então, a produção de programas de entretenimento e de jornalismo está atrelado a um contrato de afiliação que determina uma série de obrigações às duas partes envolvidas. De maneira geral – e sem entrar em todas as questões que se relacionam ao contrato – a grande vantagem desse modelo de negócio para a “empresa-mãe” é a ampliação de seu alcance no país, já que o seu sinal passa a ser transmitido aos municípios que fazem parte da região de cobertura das emissoras afiliadas (COUTINHO, 2008). Nesse ponto também reside o primordial interesse das empresas menores, que garantem o direito de reproduzir grande parte da programação da “cabeça de rede”, como telejornais de abrangência nacional, programas de entretenimento, novelas e minisséries. Assim, a afiliada passa a ter

uma grade³⁴ formada para inserir a sua produção local, a qual, aliás, também é regida por esse contrato. No caso da RBS TV, é a Rede Globo que determina o número de horas disponíveis para o conteúdo local, assim como os horários em que esses materiais serão transmitidos – por mais que essa produção seja uma exigência legal. Atualmente, a RBS TV exibe 85% da grade da Rede Globo, sendo os outros 15% produzidos localmente.

Em seu site institucional³⁵, a RBS TV se apresenta como a pioneira no modelo regional de televisão no país e a mais antiga afiliada da Rede Globo. A empresa tem uma cobertura que atinge 17 milhões de telespectadores, de 790 municípios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São 18 emissoras, sendo 11 gaúchas, 6 catarinenses e duas chamadas de “cabeças de rede” em cada estado, que fazem a coordenação a partir das capitais Porto Alegre e Florianópolis.

Entre as emissoras do interior, a então TV Imembuí, de Santa Maria, foi a segunda a entrar no ar em dezembro de 1969, passando a fazer parte do Grupo RBS em 1973. Atualmente, a unidade abrange 36 cidades da região central do estado e um público estimado de mais de 700 mil pessoas. A produção local fica a cargo de 13 profissionais (entre eles, seis repórteres/apresentadores e um coordenador) que são responsáveis por cerca de 16 minutos diários de conteúdo, os quais compõem o bloco local do Jornal do Almoço³⁶. Até outubro de 2015, esse tempo ficava em torno de 19 minutos, pois as equipes do interior também faziam um bloco local do RBS Notícias³⁷, que passou a ser apresentado, em sua integralidade (três blocos), da cabeça de rede em Porto Alegre. Importante ressaltar que as emissoras ainda contribuem com a produção de materiais para os blocos veiculados a nível estadual dos dois telejornais.

Ainda que superficiais, essas informações são importantes para compreender não só a relação entre a RBS TV e a Rede Globo, mas também o contexto da emissora que seria responsável por dar início e sustentar as primeiras horas de cobertura de uma das maiores

³⁴ Não é interesse deste trabalho esmiuçar as vantagens e desvantagens que envolvem o contrato de afiliação entre as empresas. Porém, cabe registrar que um dos pontos mais polêmicos nessa relação é a rigidez da grade de programação imposta pela “emissora-mãe”. A afiliada não tem autonomia para escolher quais programas serão transmitidos e nem para aumentar o número de horas de produção local. No caso da cobertura da tragédia da boate Kiss, a RBS TV conseguiu uma autorização para não exibir o filme previsto para a tarde de domingo e, no horário, transmitir o programa especial “Tragédia de Santa Maria”.

³⁵ <http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/noticia/2011/12/historia.html>

³⁶ Conforme o site institucional do Grupo RBS, o Jornal do Almoço é o telejornal mais antigo da RBS TV, e se caracteriza por apresentar assuntos como cultura, variedades, noticiário factual, musicais, entrevistas ao vivo e comentários. O telejornal é transmitido ao vivo, por volta do meio-dia.

³⁷ Também de acordo com o site institucional do Grupo RBS, o RBS Notícias tem a proposta de apresentar os principais assuntos do dia e projetar o que será manchete no dia seguinte nas áreas de política, economia, consumo, serviço, esporte, polícia, comportamento e cultura. O telejornal é veiculado, ao vivo, por volta das 19h 15min.

tragédias do país. Na época do incêndio da casa noturna, a equipe de Santa Maria era composta por 11 profissionais efetivos (um coordenador, quatro repórteres/apresentadores, 2 editores de imagem³⁸ e quatro cinegrafistas), três temporários (dois repórteres e um cinegrafista) e uma estagiária de jornalismo. Como o incêndio ocorreu na madrugada de domingo, a equipe disponível era ainda menor, uma vez que estavam trabalhando no plantão do fim de semana dois repórteres (sendo um temporário), o coordenador interino e dois cinegrafistas. Foram esses profissionais que iniciaram a cobertura na madrugada do incêndio, ainda sem ter a real dimensão do acontecimento.

Conforme as regras que orientam a relação entre emissoras do interior, cabeça de rede e Rede Globo, qualquer acontecimento de destaque deve ser informado à instância superior. No caso de Santa Maria, o coordenador interino de Santa Maria alertou a direção em Porto Alegre e esta, por sua vez, comunicou a coordenação do chamado Núcleo Globo³⁹, equipe de profissionais que atua na redação da RBS TV em Porto Alegre e é responsável pela produção de materiais para a Rede Globo. A partir disso, e enquanto a equipe de reportagem seguia no local do incêndio, a cobertura começou a ser articulada. De Porto Alegre, foi providenciada uma unidade móvel de transmissão ao vivo via satélite⁴⁰ para viabilizar as entradas em tempo real de qualquer ponto de Santa Maria. Da mesma forma, profissionais foram acionados para trabalhar na cobertura. A equipe de Santa Maria foi toda convocada, até mesmo os que estavam de folga ou em férias⁴¹ (um repórter). Além disso, em torno de 50 profissionais da RBS TV de Porto Alegre, Cruz Alta e Santa Cruz do Sul foram deslocados para a cidade; entre eles jornalistas, cinegrafistas, produtores, editores de texto, editores de imagem e gestores. Na redação de Porto Alegre, foram 90 jornalistas envolvidos na cobertura, alguns vindos da cabeça de rede de Santa Catarina, Florianópolis. A Rede Globo também enviou

³⁸ Apesar de ocuparem o cargo de editores de imagem, esses profissionais não se envolviam com a edição de materiais de telejornalismo, que era realizada pelos próprios repórteres/apresentadores. Os editores atuavam no *switcher* (especificamente, no corte de câmeras do telejornal e na exibição dos vts) e na edição de materiais comerciais. No decorrer do mesmo ano da tragédia, esses dois editores passaram a atuar nas edições de telejornalismo. A equipe ainda foi reforçada com a contratação de jornalista para atuar como editor de imagem.

³⁹ O Núcleo Globo é formado por um coordenador, repórteres e editores de texto que são escolhidos e previamente autorizados pela Rede Globo a produzirem reportagens para os telejornais de abrangência nacional. Embora qualquer jornalista da RBS TV possa realizar reportagens para a Rede Globo, geralmente, quando esses não fazem parte do Núcleo, precisam ser “aceitos” pela coordenação do telejornal. Cabe salientar que além de fazer a articulação entre RBS e Globo, o Núcleo tem autonomia na redação para produzir as suas próprias pautas e atender à demanda da Globo.

⁴⁰ O equipamento móvel existente em Santa Maria só possibilita a realização de entradas ao vivo nos lugares em que é possível estabelecer contato visual com as antenas de retransmissão, que ficam no alto de um morro na zona norte da cidade. Isso restringe os locais para transmissão ao vivo, visto que prédios altos, árvores ou qualquer outro obstáculo que fique entre a antena móvel e a de retransmissão inviabiliza o estabelecimento do sinal.

⁴¹ Por cerca de um mês, as férias dos jornalistas de Santa Maria foram suspensas como forma de não prejudicar a cobertura da tragédia.

suas equipes de jornalismo, num total aproximado de 20 pessoas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Além de equipes de reportagem, os âncoras⁴² dos quatro telejornais nacionais se deslocaram para fazer as respectivas apresentações dos programas, na segunda-feira, direto da cidade. Após os telejornais, os apresentadores retornaram a suas cidades de origem, continuando na cidade duas equipes de reportagem.

Do ponto de vista técnico, também houve reforço na estrutura existente. Além da primeira unidade móvel de transmissão ao vivo via satélite já mencionada, a redação de Santa Maria também recebeu uma segunda unidade móvel que possibilitou as participações em tempo real de dois pontos (Boate Kiss e Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, onde estavam os feridos), quatro ilhas de edição (duas lineares e duas não-lineares⁴³), câmeras, fitas e cartões de memória.

Em virtude da relação de afiliação, a estrutura montada serviu tanto para os funcionários da RBS TV como para os da Rede Globo, que trabalharam juntos na mesma redação em Santa Maria. Dessa forma, a apuração de informações teve caráter coletivo. Ainda que pertencessem a grupos distintos de comunicação e que cada equipe atendesse às demandas específicas de cada jornal – o que inclui manter sigilo em casos de pautas investigativas – de maneira geral, os profissionais atuaram de maneira integrada. A forma como essa estrutura se refletiu na participação da RBS TV e da Rede Globo é o assunto discutido a seguir.

4.1 A PARTICIPAÇÃO DA RBS TV E REDE GLOBO DE TELEVISÃO

A mobilização no jornalismo da RBS TV começou por volta das 3 e meia da madrugada⁴⁴ de 27 janeiro de 2013, com a informação de que um incêndio havia ocorrido na boate Kiss. Ainda sem saber a proporção do fato, o então coordenador interino da RBS TV, Luís Eduardo Silva- alertado por um colega do Diário de Santa Maria⁴⁵- pediu que o cinegrafista, Oneide Moura, fosse até à casa noturna verificar a situação. Após cerca de 20

⁴² Anna Luíza Guimarães (Bom Dia Brasil), Sandra Annenberg (Jornal Hoje), Willian Bonner (Jornal Nacional) e Christiane Pelajo (Jornal da Globo).

⁴³ A emissora de Santa Maria ainda não trabalhava com edição não-linear, ou seja, por computador. Os equipamentos usados para edição eram ilhas lineares BetaCam, das décadas de 1980 e 1990. Após a tragédia, a unidade recebeu novos equipamentos.

⁴⁴ As primeiras informações veiculadas estimavam que o incêndio havia começado por volta das 2 e meia da madrugada. Alguns dias depois, o horário considerado passou a ser próximo das 3 horas da madrugada.

⁴⁵ O jornal Diário de Santa Maria faz parte do Grupo RBS, por isso a troca de informações é frequente entre os veículos. Em Santa Maria, existe a chamada “Redação Integrada”, na qual trabalham os profissionais do jornal, da televisão e ainda da Rádio Gaúcha, que também faz parte do mesmo grupo de comunicação.

minutos, Moura contou o que estava presenciando no local, como lembrou Silva em uma entrevista⁴⁶ ao canal TV Brasil: “[Moura] o negócio aqui é sério, tem 40 mortos. [Silva] Eu saltei da cama e disse: Não, tá brincando? Não existe isso, 40 mortos! Ele disse: Não, são 40 mortos! Tem corpos empilhados na calçada, vem pra cá!”

Após esse diálogo, Silva foi até a boate Kiss, verificou a gravidade da situação e acionou outros dois profissionais que estavam trabalhando no plantão de fim de semana: a então estagiária de jornalismo Thays Ceretta, para ficar na redação fazendo a produção do que fosse necessário, e a jornalista Juliana Motta⁴⁷, para o trabalho de reportagem juntamente com Moura, que já estava no local captando imagens. Enquanto isso, Silva entrou em contato com o Coordenador de produção e rede, Norton Kappel, para avisar o que estava ocorrendo em Santa Maria. Como responsável pela coordenação de todas as emissoras do interior do estado, Kappel passou a fazer, inicialmente, a organização da cobertura da sede da emissora em Porto Alegre e depois, deslocou-se para Santa Maria. Em meio a esse planejamento da cobertura em caráter de urgência e a convocação de outros repórteres e cinegrafistas, Silva e Moura gravaram a entrevista com um segurança da boate⁴⁸ e sobrevivente que apontou as primeiras informações sobre o que havia ocorrido na casa noturna e acabou por direcionar o trabalho de apuração.

Em torno de duas horas após o início do incêndio, a quadra da boate foi isolada e carros da polícia colocados de maneira a interromper a rua, o que impedia a passagem e prejudicava a visão dos jornalistas. Do cordão de isolamento, era possível visualizar os caminhões em que eram colocadas as dezenas de corpos dos jovens, mas não quantificar o número. Assim, os repórteres conseguiam novas informações apenas quando os delegados de polícia atendiam aos chamados ou quando alguma das pessoas envolvidas na operação precisava deixar o local e passar pelos jornalistas. Paralelamente a isso, a equipe seguia a gravação de entrevistas com pessoas que se aglomeravam na rua próxima à boate em busca de informações. Em sua maioria, familiares e amigos de possíveis vítimas que até então não haviam sido localizadas. Tanto as sonoras como as imagens gravadas seriam usadas, posteriormente, em reportagens e na ilustração de entradas ao vivo.

⁴⁶ Entrevista disponível em: <<http://tvbrasil.etc.com.br/observatorio/post/com-a-palavra-jornalistas-de-santa-maria>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

⁴⁷ Conforme esclarecido na introdução, trabalhei intensamente como repórter no primeiro mês de cobertura do caso. Após esse período, voltei à minha função de editora e apresentadora do RBS Notícias. Ainda assim, continuei editando materiais sobre o assunto e produzindo reportagens de maneira mais esporádica.

⁴⁸ A entrevista com o segurança Rodrigo Moura está transcrita no item subtítulo “Os processos discursivos de prova de verdade e de emoção nos testemunhos”.

Ainda sem condições técnicas de entrar ao vivo, tendo em vista a urgência de mostrar ao telespectador o que estava ocorrendo em Santa Maria, a equipe da RBS TV gravou um *stand up*⁴⁹ com as informações básicas disponíveis até o momento e ilustrado com imagens gravadas na madrugada, para ser veiculado no intervalo comercial:

A movimentação aqui em frente à boate Kiss, em Santa Maria, ainda é bastante grande. A área está isolada. Um incêndio começou na boate, por volta das duas e meia da madrugada. Segundo depoimentos de testemunhas, o fogo teria começado quando um dos integrantes da banda segurava um artefato luminoso que liberou uma faísca e atingiu o teto. Os corpos ainda estão sendo retirados e levados em caminhões ao Centro Desportivo Municipal. Até agora, segundo a polícia, são 80 mortos, mas esse número deve aumentar⁵⁰

A primeira entrada ao vivo foi, por telefone, para o canal fechado e de abrangência nacional Globo News (de propriedade da Rede Globo). A participação durou cerca de 10 minutos e foi feita quando a equipe saía do local da tragédia e se dirigia de carro até ao Centro Desportivo Municipal, para onde eram levados os corpos. No relato, foram passadas as informações iniciais de como o fogo começou, o número de mortos que já havia subido para 90, o resgate das vítimas e a mobilização no local: pais em busca dos filhos, jovens procurando amigos e o movimento de ambulâncias para socorrer familiares que passavam mal, por exemplo. Além disso, também foram informadas as características de Santa Maria, para que o telespectador de outras regiões do país pudesse entender o contexto da cidade em que ocorreu a tragédia. Assim, a equipe era questionada sobre questões como população, o grande número de jovens de outras regiões e até estados, que moram em Santa Maria para estudar na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a característica das festas universitárias.

Já a primeira entrada ao vivo (com áudio e imagem) também ocorreu no canal Globo News, por volta das 10 horas da manhã. A participação foi feita da sede da emissora da RBS TV em Santa Maria e contou com a primeira entrevista, ao vivo (não por telefone), de uma autoridade sobre o caso. O comandante Geral dos Bombeiros do Rio Grande do Sul, Ten. Cel. Guido Melo, passou informações sobre a lotação e a capacidade da boate, além de esclarecimentos sobre a documentação legal, como alvarás e planos de prevenção a incêndio.

⁴⁹ O *stand up* é a participação do repórter gravada. É semelhante à entrada ao vivo, porém não é transmitida em tempo real (SIQUEIRA, VIZEU, 2014)

⁵⁰ O *stand up* foi gravado pela repórter Juliana Motta e o cinegrafista Oneide Moura e exibido, em rede estadual, em um intervalo comercial.

Já a primeira entrada ao vivo em um canal aberto de televisão, e em rede nacional, ocorreu no Esporte Espetacular, da Rede Globo. O programa – como o nome diz – dedicado ao esporte cancelou grande parte da programação prevista para aquele domingo e abriu espaço para falar sobre a tragédia. Além da entrevista com o comandante dos Bombeiros, foram abordadas as informações iniciais da catástrofe e, mais uma vez, as características da cidade. No programa, também foram feitas entrevistas ao vivo, por telefone, com sobreviventes do incêndio.

A partir do início da tarde, as entradas ao vivo seguiram da frente do Centro Desportivo Municipal (CDM), local para onde foram levados os corpos para o processo de reconhecimento pelos familiares. Do local, a repórter Juliana Motta entrava ao vivo com as últimas informações e com entrevistas de voluntários que estavam colaborando com a organização, atendimento e recepção aos parentes das vítimas. A RBS TV fez um programa especial ancorado por jornalistas em Porto Alegre sobre a tragédia, que contou com as participações ao vivo de Santa Maria, a exibição de reportagens e entrevistas sobre a mobilização na cidade, a investigação policial, o trabalho nos hospitais para atender às vítimas, a remoção dos pacientes para a capital e a peregrinação dos pais em busca dos filhos entre outros aspectos. As participações ao vivo mostraram o aspecto ambiental, ou seja, o que estava ocorrendo naquele momento no CDM, como a fila dos parentes à espera do reconhecimento, o atendimento médico e psicológico às famílias e o trabalho dos profissionais de diferentes áreas que se apresentaram como voluntários para ajudar.

Paralelamente ao programa especial da RBS TV, foram feitas inúmeras entradas ao vivo para a Globo News e a Rede Globo (Globo Notícia e Domingão do Faustão). Foram tantas participações que era preciso encerrar a intervenção em um veículo para entrar em outro. Enquanto uma equipe (repórter, cinegrafista e produtora) realizava as entradas ao vivo, os outros repórteres da RBS TV seguiam produzindo reportagens e gravando entrevistas que seriam veiculadas em diferentes programas ao longo do dia.

No período da noite de domingo, o programa Fantástico destinou grande parte de sua produção ao incêndio da boate. Além de reportagens sobre diferentes aspectos da tragédia, foram realizadas entradas ao vivo, no Centro Desportivo Municipal (CDM), com o repórter da Rede Globo José Roberto Burnier. Já o programa Teledomingo foi ancorado pela apresentadora Daniella Ungaretti, ao vivo, direto do CDM. O programa também contou com as participações de repórteres, entrevistas ao vivo e reportagens sobre os principais fatos da tragédia apurados durante o dia.

Na segunda-feira, todos os jornais da RBS TV (Bom dia Rio Grande, Jornal do Almoço e RBS Notícias) e da Rede Globo (Bom dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional e Jornal da Globo) foram apresentados, ao vivo, de Santa Maria. De maneira geral, os apresentadores dos jornais da manhã e da tarde ficaram posicionados no CDM, e os da noite, em frente à boate Kiss. Desses locais, “chamavam” as reportagens gravadas, entrevistavam sobreviventes, autoridades e especialistas sobre o caso, além de introduzirem a participação ao vivo de repórteres que estavam em lugares diferentes dos apresentadores. A cobertura foi tão intensa que só nos primeiros dois dias (27/01/2013 e 28/01/2013), RBS TV e Rede Globo veicularam em torno de 130 reportagens e entradas ao vivo em telejornais e programas de entretenimento. Antes de passar para as informações a respeito do segundo dia de cobertura, cabe salientar que a prática de os âncoras deixarem as bancadas nos estúdios e se deslocarem para fazer a apresentação direto do local do acontecimento é uma forma de marcar a dimensão e a importância do acontecimento.

Na terça-feira, os telejornais voltaram a ser apresentados das sedes das emissoras (Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro), mas a cobertura seguiu com uma produção grande de reportagens e de entradas ao vivo das equipes da RBS TV de Santa Maria e Porto Alegre e da Rede Globo de São Paulo e Rio de Janeiro. Os programas de entretenimento da manhã (Mais Você, Bem-Estar e Encontro com Fátima Bernardes) também abordaram a tragédia. Cada um deles explorou particularidades que iam ao encontro da proposta do programa. O programa Bem-Estar, por exemplo, que discute questões relativas à saúde e à atividade física, abordou os efeitos da fumaça no organismo e as atitudes que devem ser tomadas para escapar de um incêndio. Retornando ao telejornalismo, cabe registrar que os blocos locais⁵¹ do Jornal do Almoço e do RBS Notícias, apresentados de Santa Maria, foram suspensos por alguns dias. Dessa forma, a região central do Estado (assim como as outras regiões de cobertura) passou a acompanhar os jornais ancorados pelos apresentadores de Porto Alegre, Cristina Ranzolin (Jornal do Almoço) e Elói Zorzetto e Simone Lazzari (RBS Notícias). Essa modificação ocorreu porque se entendeu que os repórteres e apresentadores locais deveriam concentrar os esforços na apuração da tragédia, sem se preocuparem ainda com a produção de um jornal local com outras notícias. Assim, toda a equipe da cidade ficou concentrada apenas na repercussão do incêndio.

⁵¹ Na época da tragédia, o Jornal do Almoço era dividido em cinco blocos, sendo que os dois primeiros eram destinados à produção local das emissoras do interior consideradas maiores, como Santa Maria. As menores produziam apenas o segundo bloco.

A cobertura especial da RBS TV seguiu por cerca de dois meses e meio. Após esse período, as novidades em relação ao incêndio continuaram sendo acompanhadas, porém não mais com o reforço de repórteres, cinegrafistas e editores de Porto Alegre, como ocorria desde o dia do incêndio. Com a ideia da dimensão da cobertura e da participação da RBS TV e da Rede Globo, passa-se então para o esclarecimento do método de análise das entradas ao vivo.

4.2 ETAPAS METODOLÓGICAS

Os procedimentos metodológicos foram divididos em três etapas: revisão teórica, definição do *corpus* e definição das categorias de análise.

A primeira etapa consistiu na revisão bibliográfica dos principais conceitos abordados nesta pesquisa (como pôde ser visto nos capítulos 1, 2, e 3), como o entendimento de diferentes autores sobre o discurso jornalístico, as especificidades da cobertura ao vivo em televisão (em especial de tragédias) e o papel desempenhado pelas fontes na construção do ao vivo – com destaque para as testemunhais.

A segunda etapa referiu-se à definição do *corpus* de pesquisa, constituído pelas entradas ao vivo transmitidas pela Rede Globo de Televisão e sua afiliada RBS TV sobre o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2013.

O terceiro passo metodológico versou sobre as categorias de análise. A partir da sistematização de Charaudeau (2010) sobre as formas usadas para provar a verdade em um discurso jornalístico e conferir emoção à narrativa, serão esclarecidos os conceitos dessas categorias para aplicação no *corpus* da pesquisa.

4.2.1 *Corpus* de pesquisa

Para a delimitação de análise optou-se por observar as entradas ao vivo veiculadas pela Rede Globo de Televisão e pela sua afiliada RBS TV, porque as duas emissoras foram as primeiras de canal aberto do país a iniciarem a cobertura ao vivo da tragédia. Outro fator relevante para essa escolha foi a estrutura da RBS TV em Santa Maria (RS) – e, conseqüentemente, da Rede Globo, por se tratar de uma afiliada – cidade em que ocorreu o incêndio. O município tem apenas duas emissoras⁵² de canal aberto e com programação local, no qual a RBS TV se destaca pela estrutura, como já abordado neste trabalho. Por esses

⁵² A outra emissora é a TV Pampa Centro que contava, na época da tragédia, com dois repórteres/apresentadores, dois editores de imagem e dois cinegrafistas.

motivos, definiu-se que os materiais analisados seriam os transmitidos por essas duas emissoras.

O recorte dos vídeos que compõem o *corpus* foi um pouco mais complexo de ser realizado. No domingo, dia 27 de janeiro de 2013, as grades de programação da Rede Globo e da RBS TV foram completamente alteradas. Normalmente, os programas dominicais são de entretenimento, com exceção do Fantástico e do Teledomingo⁵³ que priorizam material jornalístico. Nesse dia, porém, todos os programas transmitidos ao vivo deram espaço para entradas gravadas e ao vivo sobre a tragédia. As participações ao vivo dos repórteres começaram ainda nas primeiras horas da manhã e seguiram por todo o dia, inseridas no Esporte Espetacular, Globo Notícia, Domingão do Faustão, Fantástico, Teledomingo e até mesmo nos intervalos comerciais. Além disso, a RBS TV produziu um programa especial (Tragédia de Santa Maria), ao vivo, com quase duas horas de duração, ancorado por profissionais de Porto Alegre e com a participação de repórteres que mostravam a repercussão da tragédia não só em Santa Maria, mas também em outras cidades do estado. Embora essas informações já tenham sido apresentadas, julga-se importante retomá-las para reforçar a quebra de normalidade da programação e a quantidade de materiais produzidos no dia da tragédia que justificam o recorte apresentado mais adiante.

No dia seguinte à tragédia, segunda-feira (28/01/ 2013), com o retorno da programação jornalística normal, a participação dos repórteres deu-se nos telejornais das duas emissoras que passaram a dedicar quase a totalidade de suas edições ao assunto, e também continuou nos programas de entretenimento. Essa cobertura mais intensa se prolongou por toda a primeira semana. Tendo em vista o grande volume de entradas ao vivo e reportagens sobre a tragédia (130 nos dois primeiros dias), resolveu-se que o *corpus* seria formado apenas pelas entradas ao vivo, já que a tônica deste trabalho é a transmissão em tempo real, realizadas nos primeiros três dias de cobertura: domingo (27), segunda-feira (28) e terça-feira (29). Dessa forma, chegou-se ao número de 44 entradas ao vivo.

Também é preciso destacar os motivos da seleção desse período de tempo. Compreende-se que as fontes testemunhais são convocadas pelos jornalistas com maior frequência nas primeiras horas após a tragédia. À medida que o tempo passa e as investigações avançam, os depoimentos das testemunhas acabam perdendo força porque são suplantados por explicações e provas concretas fornecidas pelas autoridades responsáveis pelo

⁵³ A última edição do Teledomingo foi exibida no dia 18 de janeiro de 2015, depois de 17 anos no ar. O programa era veiculado no fim da noite de domingo, na RBS TV. Sua característica era abordar os principais fatos do fim de semana, além de exibir reportagens especiais sobre assuntos não factuais.

caso. Por isso, a opção por selecionar as entradas ao vivo dos três primeiros dias de cobertura. Além disso, no quarto dia de cobertura as transmissões em tempo real ficaram restritas às manifestações dos repórteres, sem a entrevistas de fontes.

Importante deixar claro que todas as entradas ao vivo foram capturadas nos portais G1⁵⁴, da Rede Globo, e G1/RS⁵⁵ da RBS TV. Tem-se ciência de que nem todos os materiais veiculados estão disponibilizados nesses *sites*, por isso buscou-se também no *site you tube*⁵⁶. Também é preciso esclarecer que foram poucas as participações não disponibilizadas nos portais. Na verdade, trata-se de algumas participações veiculadas nos intervalos comerciais e no programete Globo Notícia.

Assim, o *corpus* desta pesquisa ficou formado por 44 entradas ao vivo, veiculadas na Rede Globo de Televisão e na sua afiliada RBS TV, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2013.

4.2.2 Categorias de análise

Com o objetivo de orientar e facilitar a apreciação dos materiais, desenvolveram-se dois protocolos (conforme apêndices A e B) com pontos específicos que devem ser analisados em cada uma das 44 entradas ao vivo. O primeiro protocolo destinado às fontes testemunhais é composto por itens como: nome do programa, endereço eletrônico, data da veiculação, duração da entrevista, tema da reportagem, contexto da entrevista, quantidade de fontes, a classificação de fontes (oficial ou autorizada, especialista, testemunhal), o seu papel social, a transcrição da fala da fonte, presença de outras fontes, traços de provas de verdade e traços de provas de efeito patêmico e observações extras. No segundo protocolo aplicado às fontes autorizadas/oficiais e especialistas foi excluído apenas o item “transcrição da fala da fonte”, porque não é objetivo deste trabalho analisar os procedimentos discursivos presentes na manifestação desses informantes, por isso, entendeu-se como desnecessária a transcrição. Ainda assim, alguma fala que mereceu destaque ou despertou a atenção por algum motivo, foi registrada no item “observações extras/imagem”.

Especificando os itens desses protocolos, entende-se os três primeiros (nome do programa, endereço eletrônico, data da veiculação) como necessários para a identificação do material.

⁵⁴ g1.com.br

⁵⁵ g1.com.br/rs

⁵⁶ youtube.com

A importância de discriminar o tema da entrada ao vivo e o contexto da entrevista está na compreensão de que não se pode avaliar apenas a fala da fonte de maneira isolada, sem levar em conta a narrativa como um todo em que essa fala está inserida. Muitas vezes, a entrevista vem apenas confirmar uma informação dita pela repórter/apresentador, assim, caso seja tirada desse contexto, pode-se perder o sentido.

Por esse mesmo motivo de contextualização, os itens “quantidades de fontes” e “presença de outras fontes não testemunhais” são considerados fundamentais. Apesar de o trabalho voltar a atenção para as fontes testemunhais, compreende-se que essas não podem ser analisadas isoladamente, sem serem cotejadas com as demais. Também importante é o item “classificação de fontes”, já que é a partir dele que foram selecionadas as fontes testemunhais para a análise em si. Essa classificação é bastante ampla e pode ser feita a partir de diversos parâmetros⁵⁷. Para este trabalho, entende-se como mais sistematizada a classificação usada por Amaral. A autora trabalha com fontes autorizadas (oficiais), experts e testemunhais.

Consideramos fontes autorizadas ou oficiais as pessoas com função de representação institucional ou organizacional. Os *experts* são fontes que dispõem de um conjunto de conhecimentos especializados e competências específicas, são convocados para explicar o fato pela sua qualificação profissional. Já os testemunhos têm visibilidade pelo relato da sua experimentação, pois presenciaram o fato, participaram diretamente da sua causa ou sofreram as consequências dele (AMARAL, 2013a, p. 183).

Dessa forma, neste trabalho, as fontes estão classificadas da seguinte maneira:

- 1- **Fontes Autorizadas/Oficiais:** policiais militares, policiais civis, promotores de justiça, representantes de diretórios acadêmicos, secretários municipais e estaduais, prefeito, governador e ministros.
- 2- **Fontes Especialistas:** integrantes do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, analistas de áreas específicas (segurança, risco, emergência, incêndio), médicos e advogados.
- 3- **Fontes Testemunhais:** sobreviventes, familiares das vítimas e dos sobreviventes, amigos das vítimas, professores, voluntários e moradores da cidade sensibilizados pela tragédia.

Após a classificação da fonte, identificou-se o seu papel social. Mesmo que o foco dessa pesquisa seja as fontes testemunhais, entende-se que é interessante verificar se o papel social das fontes coincide com a classificação. Em uma análise exploratória do *corpus*, foi constatado que nem sempre a fala da fonte corresponde ao seu papel social. Isto é, a

⁵⁷ A classificação de fontes na visão de diferentes autores é abordada no capítulo três desse trabalho.

manifestação de uma fonte oficial, por exemplo, pode desempenhar um papel social não de autoridade, mas de uma testemunha. Para deixar ainda mais claro, pode-se citar a entrevista de um dos delegados responsáveis pela investigação. Mesmo tendo uma posição de autoridade, Marcelo Arigony afirmou em uma reportagem do Fantástico (27/01/2013): “Eu tenho familiar lá, todo mundo que a gente conhece tem familiar lá”. O esperado seria que ele falasse das investigações, não de um aspecto pessoal e emocional, como característico dos depoimentos das testemunhas. Dessa forma, compreende-se como adequada a comparação entre a classificação da fonte e o seu papel social porque assim, talvez, possam ser obtidas conclusões interessantes, como a de que em situações de tragédia, o tom testemunhal está presente até em outros tipos de fontes, como indica o exemplo citado, embora estas situações não sejam objeto de nosso estudo. Com esse mesmo objetivo de revelar apontamentos interessantes, destinou-se no protocolo um espaço de “observações extras/imagem”, em que foram registrados aspectos relacionados à exibição de imagem ou fotos, assim como o enquadramento realizado. Ainda que a análise esteja focada no caráter discursivo dos testemunhos, entende-se que a imagem não pode ser totalmente desprezada. Assim, também se observou, por exemplo, se a fonte demonstrou estar emocionada, se essa emoção atingiu também as fontes oficiais ou os repórteres, além de outros fatores que julgados interessantes para o trabalho.

Os dois últimos itens discriminados no protocolo dizem respeito à análise propriamente dita, a qual busca apurar de que forma os testemunhos participam da cobertura ao vivo do caso Kiss. Mais especificamente, de que forma os testemunhos colaboram para a apuração das informações e a construção do discurso jornalístico. Essa análise foi embasada na sistematização de Charaudeau (2004, p.49) que identifica formas de provar a verdade do relato. Para o autor, existem três procedimentos discursivos que cumprem essa função: a designação, que confere autenticidade ao que é mostrado e fornece provas de que o fato realmente ocorreu; a reconstituição, pela qual se busca atingir a verossimilhança a partir de um real de suposição, dizendo como o fato deve ter acontecido; e a elucidação, que explica os fatos a partir de suas origens e motivos. Deve ser ressaltado que, muitas vezes, a linha que distingue essas categorias é muito tênue, podendo uma mesma entrevista apresentar mais de um procedimento discursivo.

Entende-se que os jornalistas buscam no relato das fontes formas de atribuir credibilidade à narrativa, porém esses depoimentos também podem conferir emoção ao discurso. Para avaliar esse ponto, será usado o conceito de *pathos* a partir de Charaudeau. Embora o autor associe o termo às estratégias de captação (*fazer sentir*), ele mesmo admite que o efeito patêmico também diz respeito aos efeitos de verdade (*fazer saber*), tendo em

vista que a ocorrência da patemização está atrelada ao princípio de referencialidade e veridicção do jornalismo. O público só se emociona porque acredita que o sofrimento mostrado é real. Por isso, neste trabalho, optou-se pela inclusão do efeito patêmico nas estratégias discursivas de construção de efeitos de verdade, por mais que o autor não tenha feito essa sistematização.

Para facilitar a identificação das quatro categorias, foram selecionadas as situações mais frequentes nas falas que marcam a ocorrência de cada uma delas:

- 1- **Designação:** quando descrever como e onde o fogo começou; quem provocou o fogo; como foi a fuga das pessoas, o tumulto e o resgate de vítimas; quando fornecer detalhes da estrutura interna da casa noturna, do estado das vítimas e do número de mortos; quando abordar o reconhecimento e identificação dos corpos e a peregrinação dos familiares nos hospitais.
- 2- **Reconstituição:** quando fornecer os detalhes da designação, porém estabelecer a ideia de reconstituição cronológica, de analogia, de como deve ter ocorrido, de encadeamento de fatos, de continuidade.
- 3- **Elucidação:** quando afirmar, sem dúvidas e de maneira definitiva, a origem, os motivos, as consequências da tragédia e os aspectos legais da documentação da casa noturna, como a situação de alvarás, planos de prevenção a incêndio, sinalização de incêndio e saídas de emergência.
- 4- **Efeito Patêmico:** quando ocorrerem marcas discursivas que identifiquem a manifestação de sentimentos como dor, pânico, angústia, medo, horror, sofrimento, alívio e de ruptura entre passado e presente.

Importante destacar que embora Charaudeau não faça referências detalhadas à forma de identificar cada um dos procedimentos, para este trabalho estipulou-se que o procedimento de reconstituição é caracterizado pelo encadeamento de três ou mais fatos. Isto é, os casos de um ou dois fatos foram classificados como designação.

Após essa parte de análise de cada testemunho, todas as seqüências discursivas foram identificadas com a legenda SD (seqüência discursiva de designação), SR (seqüência discursiva de reconstituição), SE (seqüência discursiva de elucidação) e SP (seqüência discursiva patêmica). Depois dessa identificação por letras, elas também foram numeradas em ordem de ocorrência (SD1, SR1 SE1, SP1) com o intuito de facilitar a análise posterior. Assim, os dados obtidos foram avaliados com o objetivo de chegar à conclusão de como as fontes testemunhais participaram da cobertura. Como Charaudeau entende que, além de captar

o público, os efeitos patêmicos podem servir como efeito de verdade, mas não aponta detalhes de como isso ocorre, o trabalho destinou os esforços justamente nessa relação. Isto é, como as declarações que se restringem a relatos de emoção ajudam na informação jornalística. Também a partir deste protocolo foi possível analisar o comportamento das outras fontes em relação ao das testemunhais.

4.3 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DOS TESTEMUNHOS NA RECONSTRUÇÃO DO FATO

Conforme explicitado nas Etapas Metodológicas, o *corpus* dessa pesquisa é formado por entradas ao vivo veiculadas pela Rede Globo e RBS TV, nos dias 27, 28 e 29 de janeiro de 2013. Com este recorte, chegou-se ao número de 44 entradas ao vivo, nas quais houve a participação de 61 fontes jornalísticas, sendo 20 classificadas como autorizadas/oficiais, 25 como especialistas e 16 como testemunhais. Apesar de os números apontarem a menor convocação das fontes testemunhais, é preciso pontuar que a estatística não demonstra, obrigatoriamente, uma menor importância dessas fontes em relação às demais na cobertura, mas a necessidade de se examinar esses dados, também, a partir de outros pontos de observação. Isto posto, entende-se como primordial o cotejamento com a oscilação da convocação das fontes ao longo da cobertura ao vivo e a duração das entrevistas de cada tipo de fonte.

4.3.1. Quem fala mais? A convocação e a concessão de tempo às fontes

Para compreender a relevância das fontes testemunhais, parte-se para a análise do número de fontes e sua classificação de acordo com o dia da cobertura. No primeiro dia de cobertura (domingo, 27/01/2013), foram ouvidas 21 fontes, sendo sete autorizadas/oficiais, sete especialistas e sete testemunhais, gerando um índice de ocorrência de 33,3%⁵⁸ para cada tipo. O equilíbrio na convocação se esfacela à medida que o olhar é direcionado para os turnos em que essas entrevistas foram transmitidas, principalmente em relação ao primeiro dia de cobertura.

Na manhã de domingo, verifica-se a maior disparidade, pois das quatro entrevistas transmitidas, três foram testemunhais (75%) e uma especialista (25%). Nesse caso, observa-se

⁵⁸ Faz-se necessário esclarecer que, em algumas situações, a porcentagem não chega aos 100% exatos porque se optou por considerar apenas a primeira casa decimal. A exemplo do que ocorre em outros casos, o primeiro citado atinge um índice de 99,9%.

a ascensão das testemunhas e a ruptura de uma lógica do jornalismo de privilegiar as fontes oficiais. Compreende-se esse movimento como o resultado direto da tragédia, que desorganiza o ambiente e, conseqüentemente, as rotinas jornalísticas. Se, geralmente, quando se trata de casos comuns do dia-a-dia e que não envolvam polêmicas, as fontes oficiais/autorizadas estão disponíveis para atenderem aos jornalistas, em uma situação como a do incêndio da boate Kiss, o acesso a essas mesmas fontes é dificultoso. Seja pelo fato de estarem envolvidas com os trabalhos de investigação e resgate, ou não possuírem informações definitivas e, por isso, optarem por não se exporem publicamente, elas pouco atendem aos apelos dos repórteres; e quando o fazem, transmitem informações lacunosas e não confirmadas – aliás, como é esperado dado o momento incipiente de apuração. Nesse cenário, as testemunhas acabam ganhando visibilidade e se consolidando como fundamentais para a reconstrução do fato. Além disso, a procura pelo testemunho de quem sobreviveu à tragédia ou foi impactado por ela se revela como uma estratégia produtiva para os jornalistas que, pressionados pela velocidade da informação imposta pela cobertura ao vivo, não podem esperar o esclarecimento dos fatos pelas autoridades.

Além desse esvaziamento das fontes oficiais e de todos os complicadores presentes em uma situação trágica, os repórteres ainda enfrentam outro desafio: dar conta de inúmeras entradas ao vivo. Considerada uma prática comum nas coberturas de casos sensacionais, a sequência de diversas participações em tempo real é realizada mesmo quando a apuração é insuficiente e não há informação nova que a justifique. Aliás, uma breve observação das coberturas e a experiência profissional mostram que, dificilmente, a modalidade é empregada de acordo com as indicações presentes manuais de telejornalismo, pelos quais a transmissão em tempo real é justificada pela novidade, importância ou urgência da informação. Nesse sentido, cabe questionar o porquê da realização de tantas intervenções ao vivo se as informações até então existentes já foram divulgadas e não há novos avanços na apuração.

A resposta a esse questionamento passa por diferentes fatores, como a natureza do acontecimento, seu contexto e ainda por interesses comerciais presentes em qualquer empresa. Em primeiro lugar, a característica trágica e o potencial de ruptura de um fato como o incêndio da boate Kiss já poderiam servir de justificativa para as inserções ao vivo. Nesses casos, pode-se usar o argumento de que em meio a tanta incredulidade, qualquer informação-ainda que tenha sido repetida inúmeras vezes- colabora para consolidar a ocorrência do fato. Isto é, o acontecimento é tão fora da normalidade que precisa ser narrado exaustivamente para ser credível. Por esse ponto de vista, os testemunhos colaboram de sobremaneira ao relatarem suas vivências e assim, darem provas de que o fato realmente ocorreu, colaborando para o

efeito de verdade do discurso. No entanto, nessas situações, a entrada ao vivo parece extrapolar a vocação de informar do jornalismo, indo ao encontro de objetivos mercadológicos. Isto é, o recurso pode se revelar uma importante estratégia de credibilidade da empresa que tem a oportunidade de reafirmar tanto sua capacidade tecnológica de entrar ao vivo dos locais dos fatos, como a competência de seus profissionais. Por isso, mesmo que os repórteres tenham consciência de que muitas das intervenções sejam desnecessárias do ponto de vista da informação, acabam refém dessa lógica de mercado que foge aos princípios jornalísticos, porém permeia qualquer empresa, inclusive as de comunicação. É nesse contexto que se justifica o alto índice de convocação (75%) das fontes testemunhais nas primeiras horas da cobertura e sua importância, visto que além de fornecerem os elementos iniciais que colaboram para a reconstituição do acontecimento, também contribuem para a própria manutenção da cobertura ao vivo- que pode se entender por horas.

A respeito da presença do especialista (25%) em um momento tão inicial, pode-se pontuar que é um primeiro esforço em busca de explicações mais consolidadas. A posição ocupada por essa fonte também deve ser considerada. Não se trata de algum especialista que se manifesta de maneira geral ou hipotética sobre a tragédia, mas do Comandante dos Bombeiros do Rio Grande do Sul, cujo lugar de fala é de alguém diretamente envolvido ou responsável pelo combate ao fogo e resgate das vítimas. Por esse motivo, o teor da entrevista versa, às vezes, não apenas sobre saberes de conhecimento – como característico desse tipo de fonte – mas ainda sobre impressões e vivências, dando margem, também, para uma posição testemunhal como será abordado no decorrer do trabalho com mais profundidade, a partir da observação dos papéis social e discursivo.

Porém, a análise das entrevistas do turno da tarde revela uma modificação nesse quadro. De um patamar de maioria durante a manhã (75%), as fontes testemunhais despencam para um índice de 26,6%, enquanto as fontes oficiais – que até então não haviam sido entrevistadas (pelo menos ao vivo) – emergem para o primeiro lugar das convocações. Esmiuçando os dados, tem-se de um total de 15 fontes, sete oficiais/autorizadas (46,6%), quatro especialistas (26,6%) e quatro testemunhais (26,6%). A explicação para essa mudança pode residir no fato de que, com o passar das horas e o avanço das investigações, as autoridades passam a ter mais informações disponíveis. Além disso, é de se considerar a obrigação que pesa sobre elas de expor quais as atitudes tomadas e os trabalhos realizados para o esclarecimento do fato. Isto é, as autoridades que ocupavam uma posição discreta logo após a tragédia, parecem ter maior interesse em se manifestarem como forma de justificar o cargo ocupado. A título de ilustração, cita-se a transmissão ao vivo da entrevista coletiva de

seis autoridades das instâncias municipal, estadual e federal envolvidas com a investigação, reconhecimento dos corpos e atendimento dos feridos. Ainda que de maneira tímida, as fontes especialistas também registram um pequeno crescimento percentual em comparação com a manhã de domingo. A novidade, neste ponto, é o aparecimento de fontes não ligadas diretamente à tragédia. Diferentemente da primeira fonte especialista entrevistada durante a manhã, entre as quatro convocadas à tarde, três são profissionais que falam a partir de seus saberes específicos sobre combate ao fogo, legislação de incêndio e segurança em situações de emergência e risco sem qualquer proximidade com o caso de Santa Maria. Residindo em São Paulo, posicionam-se e tecem comentários a partir das informações apuradas pelos jornalistas até o momento. Encara-se esse procedimento como mais um esforço para compreender os fatores que ocasionaram o incêndio. Isto é, almeja-se que, a partir de seus conhecimentos, os especialistas sejam capazes de fazer uma articulação com os fragmentos do fato revelados pelos sobreviventes, colaborando para uma estabilização das informações apuradas. Em meio à tamanha incerteza, qualquer ponto consolidado tem especial importância para a construção do discurso jornalístico. Ainda sobre a convocação da tarde de domingo, começa-se a delinear um movimento que seguirá no segundo dia de cobertura: a redução das fontes testemunhais e a valorização de outros tipos de fonte.

Por outro lado, na noite de domingo, observa-se uma queda dos três tipos de fontes, e não só das testemunhais, sendo entrevistadas ao vivo apenas duas especialistas. Entretanto, assinala-se que, talvez pelo maior tempo disponível para a edição dos materiais, os programas noturnos inseriram os depoimentos de testemunhas e autoridades nas reportagens gravadas, deixando para as entradas ao vivo apenas as fontes especialistas que poderiam acrescentar algum avanço de última hora. Especificamente, na noite de domingo, foram entrevistados ao vivo um bombeiro responsável pela coordenação operacional e uma médica legista, os quais abordaram aspectos da documentação da boate e o reconhecimento dos corpos, respectivamente. Após o esquadrinhamento das entrevistas por turno no domingo, fica clara a valorização das fontes testemunhais nas primeiras horas após a tragédia.

Já nos próximos dois dias de cobertura, constata-se que, embora, evidentemente, os números mudem de acordo com o período escolhido, a avaliação na escolha das fontes tanto por dia como por turno caminha na mesma direção. Por isso, opta-se por concentrar os esforços apenas na análise diária. Na segunda-feira (28/01/2013), percebem-se, além do aumento geral da quantidade de entrevistas, duas dinâmicas opostas em comparação com o total de depoimentos de domingo: o crescimento das fontes especialistas e a queda das oficiais/autorizadas e testemunhais. Das 28 fontes ouvidas, 15 são especialistas (aumento de

33,3% para 53,5%), oito oficiais/autorizadas (redução de 33,3% para 28,5%) e cinco testemunhais (redução de 33,3% para 17,8%). À exceção das fontes oficiais/autorizadas que não apresentaram oscilação tão expressiva quanto às outras, credita-se as demais modificações ao fato de que, no dia seguinte à tragédia, o incêndio já estava parcialmente esclarecido, sendo necessários aprofundamento e reflexão maiores, o que não é da alçada dos sobreviventes. Por isso, as testemunhas vão, gradualmente, perdendo a relevância. Além disso, é preciso considerar que, à medida que novos detalhes são confirmados e comprovações apresentadas, o testemunho de quem resistiu ao incêndio também perde força perante à irrefutabilidade das provas concretas. Isto é, ainda que o relato testemunhal seja portador de uma confiabilidade presumida, seu caráter pessoal, fragmentado e subjetivo não possibilita um esclarecimento tão definitivo como o propiciado por provas periciais, por exemplo.

Já na terça-feira (29/01/2013, terceiro dia de cobertura), observa-se, além da redução no número de fontes convocadas, a queda acentuada nas especialistas e crescimento nas oficiais/autorizadas e testemunhais. Do total de 12 entrevistas, três são especialistas (passando de 53,5% para 25%), cinco oficiais/autorizadas (aumento de 28,5% para 41,6%) e quatro testemunhais (aumento de 17,8% para 33,3%). Com esses números, estima-se que a preferência pelas fontes oficiais/autorizadas ocorre pela mudança de abordagem que começa a ocorrer no terceiro dia. Se, no domingo, verificou-se o movimento de ascensão das testemunhas ao longo do dia como forma de apurar detalhes que pudessem ajudar no esclarecimento dos fatos; na segunda, buscou-se o aprofundamento por meio dos especialistas; na terça, o enfoque foi o questionamento a respeito das responsabilidades. Acredita-se que esse contexto explica o crescimento das fontes oficiais/autorizadas. Por outro lado, verifica-se também, depois de uma ascensão e queda das testemunhas, uma revalorização no terceiro dia de cobertura. No entanto, esses depoimentos adquirem um caráter muito mais ilustrativo do que explicativo, tendo em vista que as questões iniciais (como o fogo iniciou e como foi a saída da boate) já estão parcialmente delineados. Dessa forma, os testemunhos acabam colaborando menos para o esclarecimento de questões pontuais e mais para a exemplificação do sofrimento humano e de outros aspectos necessários para a composição do discurso jornalístico. Isto é, ainda que as testemunhas sigam respondendo a respeito de pontos polêmicos, observa-se essa modificação no teor dos testemunhos.

Quadro-resumo 1- Convocação das fontes

	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira
Autorizadas/oficiais	7 33,3%	8 28,5%	5 41,6%
Especialistas	7 33,3%	15 53,5%	3 25%
Testemunhais	7 33,3%	5 17,8%	4 33,3%
Nº total de fontes	21	28	12

Ainda com o objetivo de refletir sobre a participação das fontes testemunhais, é interessante avaliar a duração das entrevistas. À primeira vista, chama a atenção o tempo destinado aos testemunhos em comparação aos outros tipos de fonte. A título de ilustração, o depoimento de um sobrevivente no programa *Esporte Espetacular* (domingo, 27/01/2013) chegou a quase doze minutos, e de outro a nove minutos. Os casos citados são os que têm as maiores durações, porém, ao fazer uma média obtém-se um tempo de cinco minutos aproximadamente, o qual também é considerado fora dos padrões televisivos. De maneira usual, no telejornalismo diário, a manifestação das fontes não ultrapassa um minuto. Naturalmente, esse número aumenta quando as entrevistas não estão inseridas em uma reportagem, como é o caso dos exemplos mencionados. Mesmo assim, é característica da TV a exibição de sonoras curtas, até mesmo por uma questão de ritmo e agilidade típicos do veículo. Ainda sobre essa peculiaridade, nota-se que a exigência de entrevistados *fast thinkers* (BOURDIEU, 1997) que se expressem rapidamente deixa de ser um critério de seleção em cobertura de tragédia; a competência linguística, todavia, segue sendo valorizada. Percebe-se isso porque nas entrevistas citadas, tanto os dois sobreviventes como a mãe da vítima falam bem, conseguem estabelecer raciocínios, articular frases e responder aos questionamentos dos jornalistas, mesmo com toda a carga emocional do momento. Já quando a testemunha se expressa de maneira lacunar ou desvia das perguntas realizadas, a duração da entrevista é reduzida. Como exemplo, apontam-se as falas de 2 minutos de um sobrevivente (ainda longa para os parâmetros) e de 54 segundos de uma prima de vítima.

Também se percebe uma valorização do depoimento dramático. Ainda que, de maneira geral, os relatos das testemunhas do caso Kiss apresentem alta carga emotiva dada a dimensão do acontecimento, nota-se que os jornalistas concedem mais tempo àqueles que além de se comunicarem bem, demonstram sua emoção. A entrevista de uma mãe que perdeu um filho e estavam com o outro internado em estado grave é um exemplo dessa constatação.

No programa “Mais Você”, da Rede Globo, ela relatou sua angústia por nove minutos e meio. À apresentadora Ana Maria Braga, a mãe dos jovens falou sobre a dor da morte de um filho e o medo de perder o segundo, a angústia da falta de informações, a revolta com a falta de fiscalização das autoridades e, por fim, sobre seu sonho de conversar com a apresentadora, porém não naquelas circunstâncias. Neste caso, a testemunha não está apontando indícios ou novos elementos, mas fornecendo o aspecto emocional também importante para o relato jornalístico.

Retornando à análise da duração, ainda que se problematize a ruptura das rotinas produtivas, assim como as diferenças entre programas de telejornalismo e de entretenimento, avalia-se como pertinente esse tencionamento para uma análise mais produtiva. A partir do quadro abaixo, é possível fazer considerações a respeito da extensão das entrevistas de acordo com a classificação de fontes.

Quadro- resumo 2- Duração das entrevistas

	Domingo	Segunda-feira	Terça-feira	Duração total/dia	Duração total/percentual
Autorizadas/oficiais	20'41''	21'48''	16'37''	59'06''	27,8%
Especialistas	26'00''	41'02''	21'14''	88'16''	41,1%
Testemunhais	34'47''	19'24''	12'39''	66'50''	31,0%

De maneira geral, ao fim dos três dias de cobertura que compõem o corpus dessa pesquisa, os números evidenciam que a duração das entrevistas das fontes especialistas (88'16'') foi superior às demais, correspondendo a 41,1% do total de tempo destinado às fontes. Essa constatação vai ao encontro da análise da convocação de fontes, que também apontou o predomínio das fontes especialistas. Ao avaliar a duração de acordo com o dia, obtêm-se resultados interessantes. No domingo, por exemplo, confirma-se o destaque concedido às testemunhas pelos jornalistas. Ainda que tenha ocorrido um equilíbrio na convocação de fontes de sete entrevistas de cada tipo, a duração demonstra a importância dos testemunhos, pois o tempo concedido foi significativamente maior (34'47''), na comparação com as autorizadas/oficiais (20'41'') e as especialistas (26'00''). Esses dados corroboram a relevância das testemunhas nas primeiras horas após o fato. Já na segunda e terça-feira, observa-se por uma ótica, a preponderância das fontes autorizadas/oficiais na convocação; e por outra, a primazia das especialistas quando o parâmetro é a duração da sonora. Assim, na segunda-feira, tem-se a convocação de 8 fontes autorizadas/oficiais com tempo de 21'48'' e 5

especialistas com 41'02''. Na terça-feira, repete-se esta tendência: 5 autorizadas/oficiais com 16'37'' e 3 especialistas com 21'14''. Compreende-se que a concessão de maior tempo aos especialistas se deve porque essas fontes, geralmente, abordam questões específicas a partir de seus conhecimentos. No caso Kiss, foram entrevistas sobre os gases tóxicos liberados na queima da esponja, a ação da fumaça no corpo humano e as exigências da legislação de proteção a incêndio, por exemplo. Naturalmente, são assuntos que demandam de maior tempo para serem explicados.

Dessa forma, conclui-se que sob o ponto de vista das duas variáveis – convocação e duração – as fontes testemunhais são priorizadas pelos jornalistas nas primeiras horas após o fato, quando é necessário entender, ainda que de maneira preliminar, o que aconteceu. Depois que esse estágio é superado e algumas informações são confirmadas, as testemunhas perdem parte de seu prestígio, cedendo lugar às fontes autorizadas/oficiais e especialistas. Isto é, no início, valoriza-se a experiência, a vivência de quem sobreviveu à tragédia; depois, observa-se o retorno da lógica habitual do jornalismo de priorizar fontes cujo capital social está baseado na autoridade ou no conhecimento. De certa forma, é compreensível tal alteração, pois as demandas da cobertura mudam de acordo com o passar dos dias e o avanço dos fatos. Os sobreviventes, os pais de vítimas e as pessoas impactadas pela tragédia não têm condições de se manifestarem sobre aspectos da investigação, questões legais e detalhes médicos, por exemplo. Não cabe a eles esse papel. Além disso, com o progresso da apuração policial, o testemunho – embasado na memória e na palavra – acaba perdendo sua força perante a irrefutabilidade das provas concretas. Por outro lado, embora percam visibilidade, é preciso ressaltar que as testemunhas continuam sendo ouvidas, porque uma cobertura de tragédia não pode prescindir do aspecto humano. Também a ilustração do sofrimento e de todos os dramas decorrentes da morte prematura e cruel são demonstrados por aqueles que resistiram ou foram diretamente atingidos pela tragédia. Não há dúvidas de que os depoimentos dos sobreviventes e os pais das vítimas são os que melhores expressam os sentimentos de dor, desespero e ruptura característicos do relato testemunhal. Entretanto, dadas as proporções da tragédia, observa-se que até mesmo as fontes autorizadas/oficiais e especialistas, caracterizadas por uma fala mais objetiva e ancorada em estatísticas e saberes de conhecimento, podem apresentar discurso com teor testemunhal. É o que será abordado a seguir.

4.3.2. A quem cabe o testemunho? O papel social versus o papel discursivo das fontes e a disseminação da retórica testemunhal.

Os papéis social e discursivo foram observados na participação das 61 fontes integrantes do *corpus* dessa pesquisa. Ainda que pareça óbvio, convém registrar que os papéis coincidiram nas 16 fontes testemunhais, ou seja, o teor da fala das testemunhas (papel social) teve caráter testemunhal (papel discursivo). Um exemplo disso é a fala de uma sobrevivente, transmitida no programa *Esporte Espetacular*, no dia 27/01/2013, acerca da fuga da casa noturna: “E todo mundo correu, e muita gente querendo sair. E quando a gente chegou na porta, o segurança barrou”. Cabe ressaltar que é pouco provável que um sobrevivente possa desempenhar um papel discursivo de autoridade ou de especialista. Isso seria possível, por exemplo, se um policial estivesse entre os frequentadores da boate, porém, deveria se manifestar a partir desse ponto de vista, e não como vítima.

As autorizadas/oficiais foram as que registraram a segunda maior concomitância de papéis: entre as 20 fontes, 6 apresentaram depoimentos com aspecto de testemunho, num percentual de 30%. Um exemplo é o depoimento do policial militar Capitão Edi Paulo Garcia, transmitido na manhã do dia seguinte ao incêndio:

É desolador. Tiramos gente... com o rosto enterrado no vaso sanitário, tentando encontrar oxigênio, improvisando máscara. E eu me surpreendi porque num primeiro momento parecia poucas pessoas, mas debaixo de duas, três, quatro pessoas, tinha 20, 30 pessoas. Era muito desolador. (Mais Você, 28/01/2013)

A fala demonstra, visivelmente, o aspecto testemunhal no momento em que descreve cenas presenciadas durante os resgates, assim como as emoções sentidas. Outro caso que pode servir de referência a essa situação é a entrevista do Prefeito de Santa Maria, Cezar Schirmer, no programa *Encontro com Fátima Bernardes*, no dia 29/01/2013. Na ocasião, quando questionado sobre a responsabilidade da prefeitura e as atitudes que serão tomadas para evitar novas tragédias, ele declara:

Nós todos estamos... todos... [dá a impressão que vai chorar e para de falar]. [Apresentadora]: Imagino, mas o senhor quando assumiu sabia o peso, a responsabilidade do cargo. [Prefeito]: compreendo seu papel e tento responder. A cidade está amargurada (...). A tragédia nos causou tanta dor, nos violentou tanto, o tempo talvez amenize o nosso sofrimento, mas será eterno (Encontro com Fátima Bernardes, 29/01/2013).

Cabe observar que no diálogo reproduzido, em nenhum momento, a apresentadora questiona sobre o clima na cidade e a tristeza entre os moradores, mesmo assim, o aspecto testemunhal se sobressai na fala do prefeito. Pode-se conjecturar que essa situação se deva ao

impacto emocional provocado pela tragédia nos moradores da cidade, ou então, configure uma estratégia para desviar o foco das perguntas realizadas pela jornalista.

Ainda em relação às fontes autorizadas/oficiais, encontrou-se uma situação peculiar em dois casos, nos quais o papel discursivo exercido é apenas de testemunha. Quer dizer, mesmo o entrevistado sendo identificado como uma autoridade, a fala não expressou uma posição oficial, como demonstra a transcrição da entrevista do Comandante do Batalhão de Operações Especiais de Santa Maria, Major Cléber Bastianello, veiculada também no programa Encontro com Fátima Bernardes no dia 28/01/2013:

Cena muito impactante, uma vez que envolvia muitos jovens. O cenário vai ficar gravado não só na minha memória, mas na de todos os policiais e bombeiros que trabalharam lá. (...) A posição dos corpos indicava que era o desespero; tentando sair uns por cima dos outros, as pessoas estavam em uma condição bem difícil, trancados num corredor da boate (Encontro com Fátima Bernardes, 28/01/2013).

Diferentemente da entrevista do prefeito, o policial militar não é questionado a respeito de pontos específicos do trabalho desenvolvido na boate como autoridade, mas sobre o que ele havia visto e sentido no local. Isto é, a repórter é quem incentiva a ocorrência do aspecto testemunhal. Por isso, nesse caso, não se sugere que o testemunho dado foi como uma forma de se afastar do assunto em questão.

Passando para a análise das fontes especialistas, nota-se que entre as 25 entrevistadas, apenas 3 desempenharam o papel discursivo de testemunha, numa estatística de 12%. Como ilustração, pode-se citar o depoimento do Comandante do Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, Tenente Coronel Guido Melo, cuja alternância de papéis é percebida ao longo de toda a participação. Inicialmente, ele fala como especialista: “A forração acústica que é altamente inflamável, gerou uma fumaça altamente asfíxiante, (...) a fumaça imediatamente atinge as vias aéreas das pessoas, as pessoas acabam desmaiando e acabam não conseguindo fugir do local do sinistro”. Entretanto, pelo fato de ter entrado na boate durante a operação de retirada dos corpos, também declara o que presenciou, caracterizando um testemunho: “Porque quando o Corpo de Bombeiros chegou ao local, havia uma verdadeira barreira de pessoas mortas na porta de saída que não conseguiram fugir do fogo e da fumaça”. Mesmo sendo um especialista, o teor testemunhal aparece imbricado na sua fala.

Após esses exemplos, fica clara a disseminação da retórica testemunhal em uma situação de tragédia, como o incêndio da boate Kiss. Em um caso tão impactante e dramático, entende-se como natural— ainda que em alguns casos possa ser uma estratégia de tergiversação— o depoimento de autoridades e especialistas assumir aspectos característicos da

fala de sobreviventes e pessoas atingidas de alguma forma pelo fato. Até porque, embora estivessem a trabalho, não se pode ignorar a dimensão humana desses profissionais, que também podem ser impactados, dadas as proporções do acontecimento.

Posteriormente a essa constatação, volta-se o olhar para o depoimento apenas das fontes testemunhais, mais especificamente, ao conteúdo dessas participações com o objetivo de traçar uma tipologia do testemunho típico. Sobre o que se fala? Quais os aspectos mais abordados pelas testemunhas? É sobre esses questionamentos que versará a próxima análise, baseada nos dados identificados pelo protocolo das testemunhas.

4.3.3. Quem diz o quê? A formulação de uma tipologia do testemunho

Na tentativa de desenvolver uma tipologia do testemunho, inicialmente, parte-se do conceito operacional⁵⁹ desenvolvido por Amaral (2013a, p.183) e adaptado a este trabalho. Assim sendo, compreende-se o testemunho como o relato proveniente de experiências e situações vividas, presenciadas ou ouvidas por sobreviventes e por pessoas que foram afetadas diretamente ou tiveram algum envolvimento com o acontecimento. A partir dessa delimitação, as testemunhas foram divididas em três grupos: sobreviventes; pais, familiares, amigos e professores⁶⁰ das vítimas; voluntários e moradores sensibilizados pela tragédia. Embora o sentimento de incredulidade e tristeza perpassasse a fala de todas as testemunhas, alguns temas são abordados com maior frequência dependendo do grupo em que o entrevistado está inserido.

Em relação ao grupo dos sobreviventes, nota-se que os primeiros testemunhos abordavam, principalmente, o modo como o fogo começou. O questionamento dos jornalistas sobre esse ponto demonstra a tentativa de entender a origem de toda a tragédia. Interessante notar que a explicação vinha acoplada à pergunta: “Onde você estava quando o fogo começou?”. Inference-se que a informação sobre a área em que o sobrevivente estava, tem a função de conferir maior ou menor grau de credibilidade a ele. Se o frequentador estava próximo do palco, a sua fala é revestida de confiança, pois quanto mais perto do incidente, maior a possibilidade de observação. Nesse caso, percebe-se que a presença no local dos fatos, cuja necessidade é questionada por alguns pesquisadores do testemunho midiático, ainda se mostra fundamental na cobertura de tragédias em televisão. Outro tema frequente nas

⁵⁹ Este conceito está abordado de forma mais aprofundada no subtítulo “Os testemunhos no jornalismo: a experiência como ícone de verdade e de marcação de realidade no discurso”

⁶⁰ Professores foram convocados porque 116 vítimas eram estudantes da Universidade Federal de Santa Maria, a maior parte do Centro de Ciências Rurais do qual o docente entrevistado faz parte.

entrevistas foi a estrutura interna da casa noturna, como a existência de barras de ferro, o tamanho da porta de saída e a ausência de equipamentos de sinalização que pudessem guiar os frequentadores até a rua. A exemplo do primeiro questionamento, também se interpreta como uma forma de buscar reconstituir o acontecimento. Essa mesma explicação ainda se aplica às indagações sobre a superlotação da boate e a barreira realizada por seguranças que teria retardado a fuga dos jovens. Sobre o aspecto visual, cabe salientar que no primeiro dia de cobertura os testemunhos eram, em sua maioria, ilustrados por vídeos e fotos da frente da boate e dos resgates das vítimas. A imagem, além de ilustrar o que estava sendo falado, constituiu-se como um recurso para não exibir os apresentadores no estúdio ouvindo os depoimentos, já que alguns foram realizados por telefone. Diferentemente do que ocorre em situação de normalidade no telejornalismo, as mesmas imagens foram repetidas insistentemente. Porém, estavam associadas ao conteúdo dos testemunhos.

Quadro- resumo 3- Temas Recorrentes no Grupo 1 (Sobreviventes)

	Temas Recorrentes
Grupo 1: Sobreviventes	- O início do fogo e a localização do sobrevivente no momento.
	- A fuga das pessoas (caos, tumulto, muita fumaça, desespero).
	- A estrutura interna da boate (barras de ferro que prejudicaram a saída, tamanho da porta, ausência de equipamentos de segurança, barreira realizada pelos seguranças).
	- A superlotação da casa noturna.
	- O resgate dos corpos realizado por sobreviventes.

Já em relação aos testemunhos do grupo 2, dos pais, familiares, amigos e professores, não há dúvidas de que a característica principal é a expressão dos sentimentos de dor e perplexidade por parte de quem havia perdido parentes no incêndio. Como é de se esperar, os pais apresentam os depoimentos mais dramáticos e desoladores, assim como os mais revoltados com a falta de fiscalização que poderia ter evitado a tragédia. Ao mesmo tempo, as sonoras mostram o sentimento de ruptura entre o passado feliz ao lado do filho e o presente trágico com a morte deles. Ao contrário do ocorrido no caso dos sobreviventes, neste grupo não se verifica a ilustração com imagens. Depreende-se que a expressão de tristeza profunda e chorosa dos pais acaba sendo mais impactante do que as imagens já exibidas tantas outras

vezes. Do mesmo modo, ainda ressaltam o aspecto humano da tragédia e o impacto das perdas nas famílias. Além disso, há de se considerar a questão da articulação entre a palavra e imagem, ainda que os vídeos do resgate e da fachada da casa noturna pudessem “combinar”, pelo menos em parte, com o teor do testemunho dos integrantes desse grupo.

Quadro-resumo 4- Temas Recorrentes no Grupo 2 (Pais, familiares, amigos e professores)

	Temas Recorrentes
Grupo 2: Pais, familiares, amigos e professores	- Sentimentos de dor, tristeza, perplexidade e choque.
	- Peregrinação nos hospitais em busca de sobreviventes.
	- Revolta pela falta de fiscalização e apelo por mais atenção das autoridades
	- Como os filhos eram e estavam quando foram para a boate: felizes, bonitos, animados.
	- “Clima” da cidade após a tragédia.

O grupo 3, que abarca os testemunhos dos voluntários e moradores sensibilizados pela tragédia, é o que apresenta os depoimentos menos dramáticos, porém demonstram a comoção gerada na cidade. Invariavelmente, os depoimentos falam sobre a dor dos pais e familiares e, a partir de disso, sobre a iniciativa de ajudar quem está passando por essa situação. A solidariedade, que aparece combinada com um sentimento de gratidão por não ter perdido ninguém no incêndio, é expressa por meio do trabalho voluntário no Centro Desportivo Municipal, onde ocorria o acolhimento dos pais, a identificação dos corpos e parte dos velórios; ou então por meio de flores deixadas em frente à casa noturna como forma de homenagem aos mortos. Nesse grupo, verificou-se que as sonoras foram ilustradas com imagens bem específicas ao conteúdo dos relatos, como dos voluntários trabalhando e das flores na fachada da boate.

Quadro-resumo 5: Temas recorrente no Grupo 3 (Voluntários e moradores sensibilizados com a tragédia)

	Temas Recorrentes
Grupo 3: Voluntários e moradores sensibilizados com a tragédia	- Sentimento de solidariedade aos que perderam familiares e amigos.
	- Sentimento de perda e tristeza, mesmo sem terem perdido nenhum conhecido na tragédia.
	- De que forma estão ajudando.

Apesar de essa tipologia ter sido realizada a partir de um objeto específico – a cobertura ao vivo do caso Kiss – sugere-se que as características identificadas nos testemunhos podem ser também detectadas em outras coberturas de acontecimentos trágicos transmitidas pela televisão, ainda que apresentem pequenas variações. Assim, de maneira geral, os testemunhos dos sobreviventes versam sobre o que deflagrou o fato e as consequências imediatas disso, a fuga do local, as dificuldades para se salvarem e os sentimentos de terror e desespero. Já o grupo que abrange os pais, familiares e amigos aborda a incredulidade, a angústia por notícias de seus parentes, a confirmação e a dor da perda, a revolta com as autoridades e a ruptura do passado feliz com o presente trágico. Por sua vez, os voluntários e moradores sensibilizados pela tragédia fazem menção aos sentimentos de tristeza mesmo sem terem perdido ninguém na tragédia, de gratidão por não terem sido atingidos diretamente e de solidariedade aos familiares das vítimas.

Com essa tipologia, traça-se um panorama da participação das fontes testemunhais na cobertura jornalística de tragédia. Entretanto, para averiguar a forma como se dá essa contribuição, é necessário examinar cada depoimento a partir dos parâmetros sistematizados por Charaudeau (2010) sobre as formas de provar a verdade e de conferir emoção ao discurso.

4.3.4. Como os testemunhos participam da cobertura? A análise discursiva dos depoimentos

Conforme esclarecido na metodologia deste trabalho, todas as 16 entrevistas de fontes testemunhais foram analisadas separadamente e, depois, desmembradas em sequências discursivas. Essa identificação foi realizada com base no aporte teórico-metodológico de Charaudeau (2010), que distingue quatro procedimentos capazes de provar a verdade em um

discurso (designação, reconstituição e elucidação) e de conferir emoção ao relato (efeito patêmico). Entretanto, com o objetivo de fazer uma apreciação geral e introdutória, primeiramente, as 219 sequências serão analisadas apenas a partir da distinção entre provas de verdade e de emoção. Em seguida, as mesmas sequências serão diferenciadas de acordo com as quatro categorias sistematizadas por Charaudeau.

4.3.4.1. Os processos discursivos de prova de verdade e de emoção nos testemunhos

Utilizando apenas a referência de distinção entre formas de provar a verdade e de conferir emoção, verifica-se a predominância dos meios discursivos do primeiro caso, como mostra o quadro abaixo.

Quadro-resumo 6- Classificação a partir das formas de provar a verdade e conferir emoção

	Provas de verdade	Provas de emoção
Quantidade de sequências discursivas	146 (66,6%)	73 (33,3%)

O resultado vai ao encontro da vocação do jornalismo de informar e do pressuposto de que as fontes são convocadas para provar a verdade do relato. Entretanto, surpreende porque as coberturas de tragédia, comumente, são associadas ao sensacionalismo não do ponto de vista do sensacional, mas do pejorativo de exploração do drama humano. Contrariando o senso comum, observa-se que no caso Kiss os números apontam que as fontes testemunhais desempenharam, primordialmente, a função de confirmar a ocorrência do fato. Não se está afirmando o desprezo ao aspecto emocional na cobertura, até porque a própria essência do acontecimento constituída por uma alta carga dramática não permitiria isso; mas que, apesar dessa tendência natural, os aspectos aparentemente mais objetivos prevaleceram.

Também corrobora para esse entendimento os questionamentos feitos pelos jornalistas, os quais demonstram, claramente, o objetivo primeiro de entender –a partir do depoimento das testemunhas – o que havia propiciado a tragédia, e não especificamente, de emocionar o público. Das 67 perguntas realizadas (identificadas no protocolo pelo item “contexto da entrevista da fonte), apenas 18 fazem menção a aspectos que possam suscitar respostas com teor emotivo. Nos casos referidos, os jornalistas perguntam aos sobreviventes se houve pânico

e tumulto na boate, se as pessoas estavam desesperadas, como conseguiram escapar da casa noturna e se perderam amigos no incêndio. Os pais dos jovens são questionados sobre o estado de saúde dos filhos internados. Em um caso, não houve pergunta, mas uma introdução da repórter afirmando que iria conversar com uma mãe que “estava no Centro Desportivo Municipal⁶¹ com um filho e o outro [internado] em Porto Alegre”. Já os voluntários são indagados sobre a “sensação” de estar trabalhando desde a madrugada, o sentimento de passar em frente à boate após o incêndio e ainda sobre o “clima” da cidade após a tragédia. Apenas nessas situações (26,8%), os jornalistas privilegiaram o aspecto emotivo. Isto é, a maioria (73,2%) das indagações fazem alusão a questões pontuais, como o posicionamento do sobrevivente na boate quando o fogo começou, o que deu origem às chamas, a existência de saída de emergência e a barreira que teria sido feita pelos seguranças para impedir a saída dos frequentadores sem o pagamento da comanda de consumo.

Ainda que se trate de temas supostamente mais objetivos, verificou-se que as sequências discursivas classificadas como provas de verdade, também podem apresentar um tom emocional característico do efeito patêmico. Isto é, por mais que os jornalistas interpelem as testemunhas objetivando a visada de informação, as respostas, muitas vezes, remetem não apenas à informação, mas também à captação. Como abordado na metodologia, os processos discursivos podem aparecer simultaneamente em uma mesma sequência. E é exatamente isso que se observa de maneira geral: a sequência pode ser de designação ou reconstituição, mas ainda assim o efeito patêmico aparece imbricado, em alguns casos, na manifestação da testemunha, como será discutido adiante mais especificamente. Por isso, é pertinente questionar até que ponto a patemização também não colabora para a visada de informação. Em algumas situações, o *fazer saber* está tão entrelaçado ao *fazer sentir* que se torna difícil distingui-los.

Nesse sentido, embora não faça parte do corpus de pesquisa por se tratar de uma entrevista gravada, é construtivo referenciar o depoimento do sobrevivente e segurança da boate, Rodrigo Moura, cuja declaração exemplifica de maneira bastante clara a ligação entre as duas visadas. Além disso, a entrevista dele tem especial importância por ter sido a primeira a indicar o que havia ocorrido na boate. Depois de conseguir sair do interior da casa noturna e retornar outras vezes para o interior do prédio para salvar vítimas, Moura forneceu seu relato à equipe de reportagem:

⁶¹ No Centro Desportivo Municipal, foram realizados os reconhecimentos dos corpos e os velórios de algumas vítimas.

Tava acontecendo a festa com o show da Gurizada Fandangueira quando pegaram uma ... show pirotécnico com fogos e aí a faisqueira começou... a pegar fogo no teto. A gente foi pegar o extintor para ver se apagava e quando vi já tomou conta do local. E a gente pediu pras pessoas, pras vítimas saírem, se retirarem, daí no meio do tumulto começaram a se pisotear, teve gente que não teve tempo de sair, a gente conseguiu resgatar algumas pessoas, levar lá no UPA [unidade de pronto atendimento]. Teve gente que teve 80% do corpo queimado. (...) só quem tava ali, viu. Filme de terror (27/01/2013)⁶².

Como pôde ser verificado, as provas de verdade (designação e reconstituição) estão, nitidamente, relacionadas com o efeito patêmico. Além de exemplificar a complexidade desta relação – que será discutida adiante, na análise das sequências classificadas como efeito patêmico – o testemunho também é relevante porque, ao fornecer os primeiros elementos para os jornalistas, quando ainda não se sabia ao certo o que havia ocorrido, a fala do segurança apontou pistas que nortearam a apuração jornalística. Para se ter uma ideia dessa importância, os detalhes contados pelo segurança – ainda de madrugada – seguiram sendo os principais até por volta das seis e meia da manhã. Nesse horário, o único elemento novo era o número de mortos, o qual havia passado de 40 para 90 jovens.

Após essas considerações iniciais, torna-se necessário um olhar mais aprofundado. Por isso, as 219 sequências discursivas foram classificadas de acordo com as categorias de designação, reconstituição, elucidação e efeito patêmico, como mostra o quadro abaixo.

Quadro-resumo 7- Classificação a partir dos procedimentos discursivos

	Designação	Reconstituição	Elucidação	Efeito patêmico
Quantidade de sequências discursivas	128	18	0	73
	58,4%	8,2%	0%	33,3%

Com base nesses dados obtidos, parte-se para as considerações específicas de cada processo discursivo na tentativa de compreender as maneiras pelas quais os testemunhos participam da cobertura.

⁶² Essa entrevista foi veiculada em reportagens e entradas ao vivo, de diferentes programas da Rede Globo, Globo News e RBS TV, ao longo da cobertura. Um dos links em que ela se encontra disponível é: <<https://www.youtube.com/watch?v=wgepzE2KEaM>>.

4.3.4.2. A designação nos testemunhos

Entre todas as categorias discursivas, a designação é a mais recorrente, sendo observada em 58,4% das sequências. Essa predominância pode ser explicada a partir do próprio conceito de designação, que visa à construção do efeito de transparência e autenticidade e vai ao encontro da necessidade de o jornalismo provar a verdade de seu relato. Mesmo que os testemunhos sejam fragmentados e, por vezes, imprecisos, ainda assim fornecem informações relevantes para a construção do discurso jornalístico. Conforme as estatísticas apontam, a designação é o processo que mais colabora para isso.

O depoimento de uma das primeiras sobreviventes a ser entrevistada, no programa *Esporte Espetacular*, ainda na manhã do dia 27/01/2013, indica essa direção. Ao ser questionada pelos apresentadores sobre “o que aconteceu exatamente”, ela respondeu “um amigo nosso viu que tava incendiando em cima dos cantores e daí a gente começou a sair” (SD1). Nota-se que apesar de não dizer, exatamente, onde começou o incêndio (apenas “em cima dos cantores”), ela afirma que houve fogo e, por isso, deixou a boate. Essas duas indicações atestam que, realmente, o incêndio ocorreu, caracterizando o processo de designação. Ao longo da mesma entrevista, novos questionamentos são feitos, e outros elementos revelados. Quando é indagada sobre a suspeita de o fogo ter iniciado no palco durante a apresentação de uma banda, a frequentadora esclarece: “foi muito fogo, foi em cima, acho que pegou no teto” (SD4). Observa-se que a indicação do local (“foi em cima, acho que pegou no teto”) já aparece mais delineada, assim como a extensão das chamas (“foi muito fogo”). É conveniente lembrar o fato de alguns frequentadores terem saído da casa noturna pensando que o tumulto havia sido provocado por uma briga, como afirmou outro sobrevivente, no programa *Domingão do Faustão*: “era a segunda banda que tava tocando. E eles começaram a fazer o show pirotécnico e nós não tínhamos percebido o fogo (SD40) e “nós saímos mais por extinto quando vimos o pessoal começar a correr (SD41). A incerteza sobre o motivo do tumulto também é reforçada por outra testemunha: “Achei que fosse briga e fui saindo também” (SD104). Isto comprova que afirmar a ocorrência do incêndio e o alastrar das chamas não é tão óbvio como possa parecer, tanto que, no fim da manhã de segunda-feira (dia seguinte à tragédia), as testemunhas ainda respondiam a respeito dessa questão. No programa *Encontro com Fátima Bernardes*, a jornalista perguntou: “Você enxergou as chamas? ”, ao que o sobrevivente respondeu: “Enxerguei, consegui enxergar” (SD73). Mais uma vez, a declaração assegura a ocorrência do incêndio. Relevante ressaltar que os testemunhos citados foram realizados via telefone/ internet, ilustrados por imagens e

fotos da fachada da boate destruída, dos corpos sendo resgados e de todo o tumulto que se formou no local. Ainda que o aspecto imagético não seja objeto deste trabalho, cabe salientar que a imagem também desempenha um papel de designação. Ao mostrar a fumaça saindo do prédio, por exemplo, está se atestando a ocorrência do incêndio; da mesma forma que os corpos estendidos na calçada e cobertos por lonas apontam para a confirmação das mortes.

Se, primeiramente, os testemunhos designam indícios iniciais; em outros casos, parecem fornecer respostas bastante definitivas para questionamentos bem específicos. É o que se verifica quando os apresentadores do *Esporte Espetacular* mostram uma fotografia do palco da boate antes da tragédia e pedem para uma sobrevivente (entrevistada por telefone) confirmar onde estava no momento do incêndio e onde o fogo iniciou. Para uma melhor compreensão do todo, aqui não serão reproduzidas apenas as sequências discursivas, mas o diálogo completo relativo a esta parte.

[apresentador] Você está vendo essa imagem? Isso é dentro da boate, o palco tá iluminado? E você estava ali perto daquelas luzes? [sobrevivente] Isso. Eu tava ali, bem na frente do palco. Ali as cortinas vermelhas, o cantor tava ali, dali do palco até a porta da saída tem uma grande distância.

[apresentador] E onde começou o fogo? Olhando essa imagem dessa fotografia de dentro da boate de horas antes de começar o incêndio, você consegue identificar onde começou o fogo? [sobrevivente] À esquerda do palco, em cima do teto, começou ali em cima.

A designação está presente em diversos momentos do depoimento. Quando a testemunha confirma sua posição perto das luzes e “bem na frente ao palco” está atestando que, realmente, estava na boate e, porque estava ali é que conseguiu acompanhar o desenrolar dos fatos. Portanto, seu depoimento é digno de crédito. O mesmo processo discursivo também está na informação sobre o posicionamento do cantor (“Ali, as cortinas vermelhas, o cantor estava ali), assim como no local em que o fogo começou (“À esquerda do palco, em cima do teto”). Todas essas manifestações colaboram para a afirmação de realidade visada pelo procedimento designativo. Ainda que se tenha em vista todas as discussões a respeito da confiabilidade dos testemunhos, as respostas extinguem as dúvidas sobre o local do início das chamas.

Ainda por meio da designação, percebe-se a contribuição dos testemunhos para o esclarecimento de questões polêmicas. No caso da Kiss, uma das principais dúvidas dos primeiros dias de cobertura se referia à barreira que os seguranças teriam feito para impedir a saída dos frequentadores da casa noturna. Em uma das entradas ao vivo, um sobrevivente foi questionado sobre o tema de maneira bastante enfática: “Então, houve de fato uma barreira

por parte dos seguranças cobrando a comanda? ” As respostas colocam fim à incerteza: “Alguns estavam fazendo barreira e dizendo que a gente só ia sair se pagasse” (SD16) e “Só liberaram a gente quando viram que o fogo vinha se alastrando pelo teto e caindo todo aquele fogo por cima das pessoas” (SD11). Como pode ser visto, os testemunhos esclarecem o que até então era encarado como uma possibilidade.

A insistência em usar como exemplo sequências que versam sobre os motivos do incêndio se deve porque o procedimento aparece com muita frequência na abordagem desse tema. Porém, a designação também é utilizada para atestar: a lotação da boate (“mas era apertado pra se locomover, pra ir da pista principal pra outra pista tinha que se espremer, esmagar”, SD117), as mortes decorrentes do incêndio (“tinha as meninas que estavam com nós e não conseguiram sair”, SD56; “são 112 meninas que faleceram e 133 homens que faleceram”, SD27; “eles estendiam na frente da boate os corpos”, SD101), assim como o avanço do número de mortes (“iniciamos com quatro acadêmicos, agora são 10”, SD35), e o estado dos feridos internados nos hospitais (“ele tá estável, entubado, está sendo bem tratado”, SD70).

Depois de todas essas situações, depreende-se que a designação é o procedimento mais utilizado entre as formas de provar a verdade, justamente porque desempenha o papel de atestar a realidade, transformando determinados trechos do testemunho em uma representação da verdade. Por mais que não ofereça certezas absolutas, mas indícios, a designação no testemunho colabora com a construção do discurso jornalístico, ainda que seja apenas apontando uma direção ou um ponto a ser apurado com maior profundidade. Entretanto, pelas sequências discursivas analisadas, percebe-se que a contribuição vai além, propiciando o esclarecimento mais pontual de questões controversas.

Ademais, pode-se pontuar que o procedimento é bastante corriqueiro porque não exige a interligação de fatos e ações. Uma informação contextualizada demanda um cenário menos nebuloso e com contornos mais estabelecidos, o que é pouco frequente nas primeiras horas de cobertura realizadas, geralmente, em meio ao atendimento de vítimas, resgate e identificação dos corpos. Em função disso, verifica-se uma menor recorrência da reconstituição.

4.3.4.3. A reconstituição nos testemunhos

Entre as 219 sequências, apenas 18 (8,2%) foram classificadas como tal. A título de ilustração, cita-se a sequência SR5, veiculada no programa Esporte Espetacular, na manhã do dia 27/01/2013. Ao ser questionada pelos apresentadores se era capaz de identificar onde o

fogo havia começado, a sobrevivente respondeu que depois de a faísca pegar no teto, “Eles tentaram apagar, pegaram um extintor e não funcionou. Em segundos, começou o teto todo pegando fogo”. Ao afirmar que “tentaram apagar”, “pegaram um extintor” e “em segundos, começou o teto todo pegando fogo”, a sobrevivente delinea a forma como os fatos ocorreram, estabelece uma hierarquia e uma sequência de ações, tornando possível a reconstituição do início do incêndio – ainda que de maneira preliminar. Por mais que a informação sobre o início do incêndio no teto pareça muito básica ou “inicial demais”, não se pode perder de vista o contexto de incerteza provocado pela tragédia. Naquele instante, qualquer relação articulada pelos sobreviventes pode ser relevante para os jornalistas, considerando-se a necessidade de urgência na apuração devido à cobrança para a realização de inúmeras entradas ao vivo – ainda que não se tenha certeza do ocorrido.

De outro modo, outros testemunhos parecem possuir um potencial reconstituídor maior, à medida que oferecem mais riqueza de detalhes. Na sequência SR7, selecionada na entrevista de outro sobrevivente na tarde do dia 27/01/2013, a reconstituição tem uma abrangência mais ampla.

O vocalista da banda resolveu colocar um daqueles... aquela coisa, que não é permitida em estádio, na mão. E no momento que acendeu, começou a agitar, e a pular, e ergueu demais o braço, e é baixinho o teto. E logo em seguida, pegou fogo no forro, na forração do telhado, da cobertura ali. (SR7)

Nota-se que a fala do sobrevivente expressa o desenrolar dos fatos que culminaram no incêndio, desde os primeiros atos que antecederam as chamas (“o vocalista resolveu colocar um daqueles...”, “no momento em que acendeu”, “começou a agitar”, “e a pular”, “ergueu demais o braço”) até as consequências imediatas (“pegou fogo no forro, na forração...”). A reconstrução cronológica se dá por meio de seis atos que propiciam o efeito de verossimilhança, característico da reconstituição. Embora o depoimento não esclareça que objeto o vocalista segurava na mão (“aquela coisa, que não é permitida em estádio”), é possível “dizer como deve ter acontecido” o fato (CHARAUDEAU, 2010).

A colaboração dos testemunhos por meio da reconstituição também é verificada quando o tema da pergunta é a saída dos frequentadores da casa noturna.

Quando ele largou a luva fora, e a gente olhou pro teto e uma amiga minha, que estava no meu lado, gritou fogo, fogo! E a gente começou a sair. (SR18)

Quando ela gritou, eu olhei pro palco e já tava pegando fogo no palco. Mas foi muito rápido. E as pessoas começaram a se desesperar e a sair correndo, só que na porta... a dificuldade tava bem grande pra sair porque tinha umas barras de ferro fixas no chão, muita gente acabou ficando presa. (SR14)

As sequências elencadas acima demonstram que, apesar de exibirem diferentes graus de esclarecimento e relação entre os atos, o momento da fuga é recomposto. Especificamente, a sequência SR14 ainda serve de exemplo para outro momento considerado fundamental para a compreensão da tragédia e suas consequências: a reconstituição do ambiente interno da boate, como também ilustra a sequência abaixo (SR11).

Quando tu entra na boate, na primeira porta, tem uma espécie... é como se fosse um corredor, tem os caixas que fazem o atendimento do pessoal quando entra. Aí tem uma segunda porta que dá acesso à boate e aquela porta fica fechada e eles não têm como ver o que acontece lá dentro. (SR11)

Talvez, nessa sequência, esteja um dos exemplos mais claros do procedimento, uma vez que o aspecto de reconstrução é nítido. Foram depoimentos como esse que serviram de subsídio para que a Rede Globo fizesse uma reconstituição da tragédia, inclusive com a construção – em tamanho real – da boate.

Porém, é preciso ter claro que apesar de poder contribuir para a reconstituição de um fato ou ambiente, o testemunho é sempre parcial, elaborado a partir de uma visão individual. Sarlo (2007) usa a metáfora da porta entreaberta para explicar o ponto de vista do testemunho. É como se a testemunha observasse determinada situação por uma fresta e, em virtude disso, não pode ter a visão do todo, mas apenas o que aquele vão permite que seja visualizado.

Após essas análises, observa-se que, por meio da reconstituição, os testemunhos colaboram para o esclarecimento de três questões: o início do fogo, a fuga da boate e a estrutura da casa noturna. Por mais que não tenham um aspecto definitivo devido à sua visão parcial, ainda assim, contribuem para a construção do discurso jornalístico, até porque o caráter de incontestabilidade é atributo de outro procedimento de prova da verdade, a elucidação.

4.3.4.4. *A elucidação nos testemunhos*

Entre todas as sequências discursivas localizadas, observa-se a ausência do procedimento de elucidação⁶³. Interpreta-se essa constatação como natural, visto que sua

⁶³ Entende-se que em outros campos, como o jurídico, o depoimento da testemunha possa ser considerado uma prova definitiva a ponto de elucidar determinado aspecto e ser usado em tribunal. Porém, pela perspectiva adotada neste trabalho, compreende-se que o testemunho não se constitui em um relato acabado, estando sempre inserido em uma rede maior, no qual fazem parte outras fontes que também colaboram para a construção do discurso jornalístico. Por esse contexto, entende-se que por se tratar de um depoimento

ocorrência está condicionada ao fornecimento de explicações comprovadas dos fatores que propiciaram o fato, assim como suas contextualizações e consequências. Por isso, o mecanismo elucidativo é usual entre as fontes autorizadas/oficiais e especialistas, as quais são capazes de fazer esses esclarecimentos definitivos a partir de seus saberes técnico ou de conhecimento. A elucidação está presente, por exemplo, na fala da polícia ao explicar que a fumaça tóxica foi resultado da liberação do composto químico cianeto proveniente da queima da espuma presente no teto da boate. Assim como quando esclarece as exigências da legislação para o funcionamento da boate, como alvarás, plano de prevenção e combate a incêndio e estudo de impacto ambiental. Da mesma forma, a elucidação também pode ser notada quando médicos explicam as consequências dessa fumaça no organismo humano e suas consequências para a saúde.

Ainda que sejam apenas duas situações, fica claro que a elucidação só é possível a partir do embasamento em um saber específico. Como as testemunhas não possuem esses capitais sociais, tendo seus relatos ancorados na experiência e, portanto, parciais e individuais, é pouco provável que possam ter condições de tecer afirmações a ponto de elucidar o fato. Especificamente, as sequências analisadas apontam que o testemunho pode designar elementos, reconstituir situações, dar luz a questões polêmicas, mas não elucidar definitivamente os fatos. Após a discussão dessas três formas de provar a verdade, parte-se para o quarto procedimento discursivo identificado por Charaudeau: o efeito patêmico. Apesar de não estar incluído na sistematização entre as provas da verdade, o efeito mantém estreitas relações com a questão da veracidade. É o que será problematizado a seguir.

4.3.4.5. O efeito patêmico nos testemunhos

A sistematização de Charaudeau apresenta a distinção entre formas de provar a verdade e de conferir emoção ao discurso. Da mesma maneira – e embora alerte que emoção e razão não podem ser dissociadas – também coloca as duas categorias discursivas em posições opostas quando vincula a verdade à visada de informação, e a emoção à visada de captação. Porém, essas distinções perdem a aparente rigidez quando o autor as associa com o contrato de referencialidade do jornalismo. Isto é, se para emocionar o discurso jornalístico precisa ser credível, o efeito patêmico depende não apenas de aspectos emotivos, mas também de racionais. Portanto, também pode servir como efeito de verdade. Em virtude dessa ideia e

fragmentado, pessoal e subjetivo, a testemunha não tem a capacidade de oferecer certezas absolutas a ponto de elucidar alguma questão.

tendo em vista que Charaudeau não aponta detalhes de como essa relação se materializa na prática, parte-se para a análise das sequências discursivas patêmicas, objetivando compreender as formas pelas quais um enunciado dessa natureza pode informar, além de emocionar.

Conforme já exposto, do total de 219 sequências, 73 (33,3%) foram classificadas como patêmicas. À primeira vista, pode parecer que todas remetem exclusivamente ao *fazer sentir*, sem qualquer referência ao *fazer saber*. No entanto, o exame mais detalhado sugere que, nesses casos, também se podem encontrar elementos de informação, os quais, por sua vez, desempenham a função de ilustrar diferentes aspectos importantes para a reconstrução do fato.

Nesse sentido, um dos casos mais comuns identificados é a patemização cumprindo o papel de demonstrar as emoções sentidas por quem estava dentro da boate, como pode ser visualizado nas sequências abaixo:

E daí eu vi tudo, foi horrível, horrível. (SP2)

Angústia, angustiante... (SP3)

Foi horrível, foi um terror, foi horrível ver aquelas pessoas caindo, morrendo. (SP5)

Mas tá complicado, parece que o terror não vai passar. (SP72)

Sob o ponto de vista da emoção, é inegável o potencial patêmico dessas sequências. Todas exprimem o sentimento de horror e pânico dos sobreviventes. Não há dúvidas de que as sequências referidas evidenciam mais sentimentos do que fatos. Porém, considerando-se que em uma tragédia das proporções do incêndio da boate Kiss as maiores perdas são as pessoas, nada mais natural que a cobertura aborde os aspectos humanos. Caso contrário, como dar a extensão do quão trágico é o acontecimento a não ser por meio dos depoimentos patêmicos? Importante destacar que enunciados como esses, também são importantes para compor o discurso, visto que o tom dramático é constitutivo das coberturas de fatos trágicos.

Além disso, pode-se inferir que o próprio sentimento de desespero transmitido pelo sobrevivente configura uma informação relevante, tendo em vista que pode ser interpretado como uma prova de verdade em relação à dificuldade de sair da casa noturna, por exemplo. Mesmo sem a apresentação de dados mais palpáveis sobre o acontecimento, como identificados nos processos de designação e reconstituição, o caráter patêmico presente nos testemunhos colabora com a construção do efeito de verdade – imprescindível para o discurso jornalístico.

Seguindo nessa direção, percebe-se que a patemização também contribui para o dimensionamento da tragédia, como aponta a sequência extraída do depoimento da irmã de uma jovem morta no incêndio: “foi uma coisa tão grande, tão grande que [a ficha] acaba não caindo” (SP26). Ao mesmo tempo em que tenta exprimir o aspecto catastrófico e inimaginável do fato (“tão grande, tão grande), a sequência referida ainda demonstra a incredulidade dos familiares (“[a ficha] acaba não caindo”), o que também é expresso pelos sobreviventes: “Eu nem acredito, não caiu a ficha que tô viva” (SP26).

A angústia dos familiares, nas primeiras horas após o incêndio, em decorrência da ausência de informações sobre a identidade dos mortos e a localização dos sobreviventes (levados para diferentes hospitais e pronto-atendimentos) também é retratada nas sequências patêmicas, como nas destacadas abaixo da entrevista da mãe de dois jovens. Um deles foi retirado sem vida da casa noturna, e o outro morreu no hospital.

Mas na verdade, ele tava indo pra lá [para um hospital de Porto Alegre] e eu não podia ir porque até aquela hora eu não sabia nada do Davis, eu não tinha notícia do Davis, os hospitais não tinham notícia, a prefeitura aqui, aqui, no CDM... (SP39)

Não dá pra dar noticia, não dá pra entrar ninguém, não dá pra fazer nada. Meu deus! Como pode? (SP40)

Nos dois casos, o sentimento de incerteza é explícito. Na sequência SP39, ele é evidenciado quando a mãe relata que não pôde acompanhar a remoção de um filho para Porto Alegre, porque ainda estava em busca do outro filho e não encontrava informações tanto nos hospitais como no Centro Desportivo Municipal, onde era realizado o processo de identificação das vítimas. Já na sequência SP40, a mesma mãe exprime não só a dificuldade de conseguir informações, tendo em vista que os pais foram impedidos de entrar no CDM enquanto as autoridades recebiam os corpos e os preparavam para o reconhecimento, mas também o sentimento de revolta. Ainda que de maneira tímida, essa relação pode ser percebida quando a mãe usa as expressões “Meu Deus!” “Como pode?”.

A revolta com a tragédia e suas consequências também é retratada de forma mais intensa nas sequências a seguir:

Eu achei um absurdo, as pessoas morrendo e ele pensando no dinheiro. Eu achei um absurdo isso. (SP4)

Era uma festa, o jovem vai na festa, eu fui jovem, eu ia na festa, e o meu filho saiu pra ir na festa e agora eu tô com ele ali dentro do caixão e o outro lá [no hospital]. (SP41)

Não vai devolver o meu filho, o meu filho não vai voltar. Mas eu exijo justiça, eu quero justiça. (SP47)

Isso é um absurdo! (SP48)

E a fiscalização? (SP45)

Na sequência SP4, uma sobrevivente expõe a revolta (“as pessoas morrendo e eles pensando em dinheiro”; “um absurdo”) com o fato de os seguranças terem barrado a saída dos frequentadores para o pagamento da comanda. Na SP41, a manifestação de uma mãe também indica a revolta com a morte do filho (“tô com ele ali dentro do caixão”), além da perplexidade e o aspecto inesperado da tragédia em que filhos saem de casa para se divertir e não voltam mais (“meu filho saiu pra ir na festa”). De forma ainda mais intensa, o sentimento aparece no pedido de justiça (SP47), na expressão do quanto é absurda aquela situação (SP48) e no questionamento sobre a fiscalização que deveria ter sido feita na boate para apurar possíveis irregularidades e, assim, evitar a tragédia.

Por outro lado, ainda se verifica que as sequências patêmicas, identificadas principalmente nas entrevistas dos familiares, também podem retratar a esperança de que, apesar de tudo, a situação termine bem. É o caso de uma mãe que afirma no leito do hospital o apoio ao filho (“E eu falei no ouvido dele: Gustavo, a mãe tá aqui. A mãe tá contigo”- SP38) e de um pai que dada a impossibilidade de ele próprio tirar o filho daquela situação, direciona seus apelos aos médicos e a Deus (“Só os médicos e Deus podem salvar meu filho”- SP66). Necessário observar que embora as sequências não apresentem palavras que remetam diretamente a aspectos trágicos, o teor patêmico é impressionante, uma vez que demonstra toda a impotência, a resignação e dor dos pais frente ao sofrimento dos filhos. Isso ilustra mais uma vez, o entendimento de Charaudeau de que a patemização não está ligada a palavras específicas, mas ao contexto da situação.

Por fim, ainda se nota que o efeito patêmico desempenha o papel de ilustrar o impacto da tragédia em pessoas comuns que não foram atingidas pela tragédia. Por um lado, observa-se a tristeza sentida (“E parece que o clima se torna mais triste ainda quando a gente vê pessoas que saem desse Centro [CDM] que identificaram um filho, uma filha, até mesmo colegas que estão lá”- SP21); o sentimento de gratidão por não terem envolvimento direto (“Meus filhos, graças a Deus, a minha filha ia na boate e não foi. Então eu só tenho a agradecer a Deus”- SP16); e a solidariedade aos que perderam familiares no incêndio e a tentativa de ajudar de alguma forma (“É uma coisa tão simples, oferecer um copo d’água, um alimento, mas parece uma coisa tão grande pra eles, que não tem explicação”- SP60).

Após essa análise, compreende-se que o efeito patêmico não pode ser associado apenas à captação da audiência. Como demonstram os exemplos citados, no caso Kiss, a patemização não serviu apenas para destacar a emoção, mas também para acrescentar outros elementos que contribuíram para a construção do discurso jornalístico. Nos casos examinados, percebe-se que as sequências patêmicas cumpriram a função de demonstrar: o sentimento de horror dos sobreviventes ao tentarem escapar do fogo, a extensão da tragédia e a incredulidade, a angústia dos familiares pela falta de informações sobre as vítimas, a revolta com o destino dos jovens e a falta de fiscalização das autoridades, a esperança de um futuro melhor e a solidariedade disseminada entre os moradores da cidade. Como o próprio Charaudeau afirma, a característica da patemização é emocionar e informar ao mesmo tempo. Com o exame do depoimento dos testemunhos, pode-se perceber como essa relação ocorre na prática.

De maneira geral, a reflexão a ser feita deve versar sobre em que medida essa dualidade é explorada em uma cobertura de tragédia. Cabe ponderar que, nesses casos, tanto o excesso de emoção tendendo para o sensacionalismo, como a “frieza” do relato ambicionando apenas a informação (ainda que isso não seja possível) seriam condenáveis. O ideal a ser perseguido seria um equilíbrio entre as visadas, por mais que possa parecer inalcançável pelo menos nos momentos iniciais da cobertura, quando o jornalismo precisa dar conta do imediato em um contexto que, naturalmente, tende para a captação, posto o caráter destruturador e imprevisível do acontecimento.

A partir disso, pode-se afirmar que o efeito patêmico é inerente à cobertura de tragédias, mesmo que os números indiquem a predominância dos procedimentos discursivos de provas de verdade. Cabe reforçar mais uma vez que, neste trabalho, as estatísticas apontadas são consideradas, sobretudo, como indicadores de caminhos e direções, e não como pontos absolutos.

Seguindo a abordagem da emoção, suspeita-se que, embora possa parecer apelativo o conteúdo dos depoimentos, o jornalista não tenha como objetivo primordial a captação do público. É evidente que integra a cultura jornalística de uma rede de televisão o *feeling* de que um acontecimento como este dá muita audiência e não pode ser subestimado. Isto é, naquele ambiente de tragédia — em que a dor e o sofrimento estão por todos os lados — parece que transmitir um testemunho dramático pensando na audiência não é uma ação consciente dos jornalistas, mas uma decorrência do contexto do momento. É por isso que se torna necessário registrar impressões obtidas a partir de uma apreciação ampla dos enunciados. Não se trata de questões ancoradas nos números, mas de observações originadas a partir de um olhar geral

sobre a cobertura. Julga-se interessante pontuar certos aspectos como forma de contribuir para a reflexão e o debate que podem ser transpostos para a análise de qualquer cobertura jornalística de tragédia, não só especificamente ao caso Kiss.

4.3.4.5.1. A suspeita de uma retórica patêmica nos testemunhos de tragédias

Após o exame atento de cada uma das 219 sequências discursivas identificadas nos testemunhos sobre o incêndio da boate Kiss, tem-se a impressão de que o efeito patêmico está disseminado na fala de sobreviventes, familiares e de pessoas atingidas de alguma maneira pela tragédia. Embora as estatísticas apontem que 66,6% das sequências dizem respeito às formas de provar a verdade, desconfia-se que o efeito patêmico está imbricado até mesmo nesses enunciados, entendidos supostamente como mais objetivos, como ilustram os exemplos abaixo:

Todo mundo ajudando os que tavam saindo de lá... as pessoas carregando pelos braços, pelas pernas. (SD8)

Todo mundo saindo preto daquela fumaça, todo mundo saindo preto, aquele monte de gente no chão, sangue, nossa! (SD9)

As pessoas iam saindo meio queimadas, tudo preto. Daí, começou a sair as macas, as pessoas mortas. (SD6)

Conforme indicam as legendas, todas as sequências acima referidas foram classificadas como designação, pois apresentam elementos que conferem efeito de verdade ao fornecerem provas de que o fato realmente ocorreu (pessoas carregadas, pretas de fumaça, queimadas e mortas). Entretanto, observa-se que todas também parecem possuir um certo teor patêmico. Ao expressar a informação de como as pessoas eram carregadas (“pelos braços e pernas”), a sequência SD8 também transmite a ideia da incapacidade de elas deixarem o local por conta própria. Dessa forma, pode-se imaginar o desespero de quem estava tentando salvar as vítimas (“todo mundo ajudando os que tavam saindo de lá”) a ponto de retirá-las de qualquer maneira (“pelos braços e pernas”), tanto quanto a fragilidade de quem estava sendo resgatado. Esses mesmos sentimentos podem ser identificados na sequência SD9, uma vez que as informações referentes à forma como as pessoas estavam saindo (“preto daquela fumaça”) e à quantidade de pessoas caídas no chão (“aquele monte de gente no chão”), exprimem a vulnerabilidade das vítimas, a possibilidade de muitas estarem mortas (pois

estavam caídas no chão) e, enfim, as cenas de horror vividas. Na sequência SD6, a indicação da certeza da morte (“começou a sair as macas, as pessoas mortas”) também parece expressar o resultado evidente do terror vivido na casa noturna, mais uma vez, configurando o efeito patêmico.

Embora os depoimentos estejam neste trabalho apenas transcritos e, portanto, sem a influência de outros fatores presentes na transmissão televisiva que podem potencializar a patemização (como a imagem, o enquadramento que valoriza a expressão dramática, e o tom de voz do sobrevivente e dos pais), ainda assim, é difícil ficar impassível às sequências, mesmo apenas com suas leituras. Palavras como “sangue” e “nossa!” (SD9) remetem à ideia do terror vivenciado, uma vez que o fato de haver sangue indica que a existência de pessoas feridas, e a expressão “nossa” denota o espanto de presenciar essa situação. Porém, cabe ressaltar que só as palavras isoladas não propiciariam a patemização; o contexto da entrevista e o conhecimento que os telespectadores têm do caso também são fundamentais. Por exemplo, a palavra “sangue” não provocaria reações no público em uma reportagem sobre doação em hemocentros, mas, ao estar inserida na sequência (SD9) que expressa a ideia de que as pessoas estão saindo pretas de fumaça; outras estão no chão e que há sangue naquele ambiente, predispõe ao efeito patêmico. Entretanto, aqui, a referência às palavras é necessária porque elas funcionam como marcas discursivas para identificar e explicar o efeito.

As sequências de designação extraídas do depoimento dos pais das vítimas também sugerem a patemização. Na sequência “Ele sofreu queimaduras no corpo. O rosto dele tava perfeito, ele tava sedado e entubado” (SD65), depreende-se que o efeito pode ser gerado no momento em que se tem conhecimento de que a declaração foi dita pela mãe do jovem, que observou o filho inconsciente no leito de um hospital. Nota-se também que a oposição entre as informações de que o rosto estava perfeito (ou seja, sem ferimentos, aparentemente bem) com a de que estava sedado e entubado (portanto, inconsciente) demonstra o sentimento de choque e incredulidade da mãe. Novamente, insinua-se a ocorrência do efeito patêmico, simultaneamente, ao procedimento da designação.

Por outro lado, as sequências que reconstituem a forma como os fatos se sucederam na boate também apresentam aspectos patêmicos, com indicam os exemplos abaixo:

E todo mundo correu e muita gente querendo sair, e quando a gente chegou na porta o segurança barrou, disse que ninguém ia sair sem pagar a comanda. E todo mundo começou a gritar e a empurrar ele, e a gente conseguiu sair pra fora. (SR3)

Eu vi tudo. A hora que começou, os vocalistas tentaram apagar o fogo, apavorados. Quando eles viram que não conseguiram, saiu todo mundo correndo. (SR4)

As meninas, principalmente, por causa do salto alto, não conseguiam correr. Algumas tiravam o salto e caíam em caco de vidro; outras, caíam e o pessoal pisoteava. (SD50)

Quando cheguei na porta, a fumaça tomou conta do local muito rápido, olhei pra trás e vi um foco de incêndio e todo mundo começou a correr e a entrar em pânico. Eu caí na porta e começaram a pisar em cima de mim. (SR16)

Ao mesmo tempo em que recompõem o modo como os fatos ocorreram, as sequências também transmitem o sofrimento dos sobreviventes tentando deixar o local. Observa-se que ao fornecer diversos detalhes do início do fogo, da fuga e da barreira dos seguranças, estabelece-se não só a relação de encadeamento dos acontecimentos, mas também o efeito patêmico decorrente dos aspectos dramáticos que circundam essa reconstituição. Nota-se que não são palavras ou expressões específicas que propiciam o transbordamento emocional característico do patêmico, mas o enunciado em seu conjunto. Na sequência SR3, são evidentes o sofrimento e o desespero dos frequentadores frente à possibilidade de ficarem trancados na boate em virtude da barreira feita pelos seguranças. De mesmo modo, na SR4, é notória a ideia de pânico (“saiu todo mundo correndo”) após a constatação de que o fogo não foi controlado pelos integrantes da banda. Na SD50, essa mesma sensação pode ser provocada no público pela sequência de atos descritos na fuga: meninas tirando o sapato de salto na esperança de correr, sendo feridas por cacos de vidro no chão e, por fim, ainda sendo pisoteadas. A exemplos das sequências referidas, na SR16 o efeito patêmico é favorecido pela narração do pânico sentido no momento em que o sobrevivente percebeu o fogo (“olhei pra trás e vi um foco de incêndio, e todo mundo começou a correr”) e das dificuldades enfrentadas por ele para escapar da boate (“Eu caí na porta e começaram a pisar em cima de mim”).

Em virtude desses exemplos, sugere-se que nas coberturas de tragédias os testemunhos parecem ser ancorados em uma retórica patêmica. Ainda que forneçam elementos concretos de informação, como o local em que o fogo começou e diversos detalhes sobre a fuga e os obstáculos enfrentados para deixar a boate (grades de proteção, barreira dos seguranças, tumulto, queda e pisoteamento de pessoas...), a narração das testemunhas, geralmente, está envolta na emoção inerente à tragédia. Essa suspeita corrobora a ideia de que a patemização não está atrelada apenas à emoção – e conseqüentemente, à captação da audiência – mas também à visada da informação. Como pode ser percebido, o transbordamento emocional característico do patêmico também acaba colaborando com o efeito de verdade do relato, de forma semelhante aos processos de designação e reconstituição.

Importante pontuar, mais uma vez, que essas reflexões são resultado de observações gerais decorrentes da análise da participação dos testemunhos na cobertura. Isto é, a possível disseminação desse teor patêmico não é o objetivo primeiro desse trabalho, por isso não está embasada nos números decorrentes da identificação dos processos discursivos. São impressões que, ainda assim, cabem ser registradas como forma de indicar possibilidades de novos estudos mais aprofundados a respeito da emoção na cobertura jornalística de tragédias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscamos refletir sobre a participação dos testemunhos na cobertura ao vivo de tragédias, mais especificamente, do incêndio da boate Kiss. Para isso, fomos buscar amparo nas teorias do jornalismo e revisitamos conceitos basilares que norteiam o trabalho jornalístico de maneira geral, não só o realizado na televisão e em tempo real. Assim, estabelecemos como pressuposto a nossa afiliação às teorias construcionistas, pelas quais o jornalismo é o resultado de uma série de relações e condições entre diferentes agentes sociais, e não um espelho que apenas reflete a realidade (TRAQUINA, 2005). Seguindo nessa direção, também marcamos a nossa concordância com a concepção de jornalismo como um discurso configurado por condições específicas de produção, circulação e interpretação (BENETTI, 2008). A partir desses embasamentos, conseguimos problematizar o quanto os fatores como rotinas produtivas, contexto e circunstâncias do momento são definidores do trabalho jornalístico; sobretudo, na cobertura de tragédias ao vivo, em que dificuldades são potencializadas pela imediaticidade e urgência de se divulgarem as informações – mesmo que o repórter ainda não as tenha.

Nesse contexto, percebemos como o jornalista tem suas habilidades testadas ao máximo, haja vista que precisa fazer o trabalho de apuração em meio a um ambiente desestruturado pelo caos, no qual fatos ainda se sucedem e fontes oficiais – que representariam uma segurança naquele momento – não se manifestam. Desse modo, temos de concordar com Pereira Júnior (2010) quando ele afirma que, nesses casos, não existem informações certas ou erradas, mas disponíveis.

Após essas reflexões e as análises decorrentes da pesquisa, ficamos convencidos da importância fundamental dos testemunhos no contexto descrito acima, uma vez que colaboram sobremaneira com a construção do discurso jornalístico.

Se, por um lado, notamos a falta do pronunciamento das fontes oficiais nas primeiras horas; por outro, percebemos a disposição dos sobreviventes em relatarmos o que viveram e presenciaram. Refletindo sobre as práticas usuais do jornalismo, compreendemos essa valorização das testemunhas como uma dupla ruptura nas rotinas produtivas. Do ponto de vista da convocação, percebemos que elas conseguiram romper – mesmo temporariamente – o privilégio de fala conferido às fontes oficiais, uma vez que tiveram seus depoimentos priorizados, contrariando a lógica jornalística. Também compreendemos que, ao fornecerem os elementos iniciais para a construção do discurso jornalístico, as testemunhas transgrediram com a função ilustrativa de vítima ou testemunha (TRAQUINA, 2005; CHARAUDEAU, 2010) destinada a elas, passando até mesmo a desempenhar um papel de definidor primário. De acordo com um dos estudos mais tradicionais desenvolvido por Hall *et al.*, geralmente, são as fontes autorizadas/oficiais (representantes de instituições sociais, de estado, de sindicatos e especialistas) que parte a “interpretação inicial” norteadora da reportagem. Entretanto, no caso Kiss, percebemos que essa primeira referência, aparentemente, foi fornecida pelos sobreviventes.

Interessante pontuar, também, uma especificidade que propicia a ascensão das fontes testemunhais: a falta de capitais sociais. Curiosamente, enquanto as oficiais são privilegiadas por suas posições de destaque na sociedade decorrentes dos cargos ocupados ou dos saberes técnico ou de conhecimento, as testemunhas se sobressaem na tragédia, justamente, pela ausência dessas características. Sem os atributos que possam dotá-las de credibilidade ou deixá-las comprometidas com algum posicionamento a exemplo da questionável neutralidade dos especialistas (SPONHOLZ, 2008), falam a partir de um lugar difícil de ser contestado: a experiência. Notamos que o depoimento de quem vivenciou o episódio continua sendo acreditado a exemplo dos testemunhos de *Shoah*, isto é, o modelo de testemunho como ícone de verdade (cunhado a partir do holocausto) segue em vigor, apesar de todas as discussões levantadas a respeito da fé incondicional nesse tipo de depoimento (SARLO, 2007). Ainda que não seja adequado comparar dois eventos de proporções tão distintas, poderíamos arriscar um paralelo de que, assim como na *Shoah*, os sobreviventes da tragédia da Kiss também falam em nome daqueles que não conseguiram sair da boate.

Ainda sobre a experiência, observamos o quanto a presença física da testemunha no local do acontecimento continua sendo valorizada pelo jornalismo. Mesmo que ela não seja

entendida como definidora por alguns autores (FROSH E PINCHEVSKI, 2009) dos estudos de testemunho midiático, no caso analisado, a presença continua sendo fundamental. Essa ideia fica clara quando observamos as perguntas que os jornalistas fazem para as testemunhas entrevistadas, principalmente, nas primeiras horas de cobertura. São comuns questionamentos como: “você estava presente no momento do incêndio?” “onde estava no momento do fogo?” “Estava dentro ou fora da boate?”. Os exemplos demonstram, na prática, o triplo dêitico de Ricouer (2007) do “eu estava lá” conferindo não só autoridade para a testemunha, mas credibilidade a sua manifestação e, conseqüentemente, ao discurso jornalístico que, dentro do possível, almeja reconstituir o passado a partir do relato das fontes testemunhais.

Metaforicamente, podemos dizer que os depoimentos de sobreviventes ou de pessoas afetadas (direta ou indiretamente) pelo acontecimento, funcionam como boias para os jornalistas “jogados” ao oceano de incertezas, dúvidas e boatos comuns em situações de tragédia. Entretanto, assim como a boia, esse apoio tem de ser temporário e não definitivo. Isto é, se nas primeiras horas de cobertura os testemunhos cumprem – e muito bem – o papel de apontar direções e fornecer elementos para a construção do discurso, com o passar do tempo, eles precisam ser suplantados por explicações mais embasadas e aprofundadas. Assim, à medida que o acontecimento está delineado, as testemunhas acabam perdendo seu prestígio e espaço para as provas concretas.

Compreendemos esse movimento como uma decorrência de um atributo definidor do relato testemunhal: a visão parcial, pessoal e fragmentada acerca do fato. Por isso, o testemunho não tem subsídios para ir além do relato do que viu, vivenciou ou presenciou, não tendo a pretensão de reconstituir o acontecimento como um todo (AMARAL, 2013a). Isto é, embora não haja dúvida da contribuição para o esclarecimento da tragédia, as testemunhas não têm competência para dar um panorama geral, justamente porque seus olhares são decorrentes da subjetividade característica da experiência. A tarefa de reconstruir o fato discursivamente cabe ao jornalismo que, por meio dos procedimentos da rotina jornalística, vai inserir a manifestação das testemunhas em um contexto maior com o objetivo de compreender o acontecimento em seus mais diferentes aspectos.

Sugerimos que essas ponderações justifiquem, em parte, a queda na convocação das testemunhas no decorrer da cobertura e o aumento das entrevistas com fontes autorizadas/oficiais e especialistas. Cabe destacar que esse processo ainda é influenciado tanto pela mudança no enfoque da cobertura determinado pelos próprios desdobramentos do fato, como também pelo direcionamento da pauta jornalística. Se, por um lado, notamos uma maior disposição de as autoridades se manifestarem seja para justificarem seus cargos ou pela

própria pressão do momento; por outro, percebemos a influência do planejamento da cobertura- que passa a ocorrer de maneira mais organizada com o avanço das horas. Como verificado na análise, no primeiro dia, a cobertura concentrou esforços para entender o fato e delineá-lo com o apoio das testemunhas; depois, compreendê-lo em maior profundidade a partir da manifestação das autoridades e especialistas; e, por fim, centrou nas responsabilidades dos envolvidos na tragédia com a fala das autoridades.

Embora essa oscilação tenha sido verificada, salientamos que as testemunhas não deixam de ser ouvidas, porém, suas contribuições ao discurso jornalístico são alteradas. Nas horas iniciais da transmissão, observamos o privilégio dado aos testemunhos dos sobreviventes. Estes desempenham um papel esclarecedor ao apontar indícios, por exemplo, de como e onde o fogo começou (“foi em cima, acho que pegou o teto”), a extensão das chamas (“foi muito fogo”) e as dificuldades enfrentadas para escapar da boate (“tinha umas barras de ferro fixas no chão, muita gente acabou ficando presa”). Eles também colaboram para sanar questões polêmicas, como a referente à barreira feita pelos seguranças para impedir a saída dos frequentadores (“Alguns estavam fazendo barreira e dizendo que a gente só ia sair se pagasse”), e a reconstituir a estrutura interna da boate (“tem uma segunda porta que dá acesso à boate e aquela porta fica fechada”). Ainda que, de maneira geral, o relato dos sobreviventes também contribua para a demonstração do aspecto mais humano da tragédia, verificamos que esse papel de ilustrar o sofrimento de dor e angústia pela falta de informações também é desempenhado pelos pais, familiares e amigos das vítimas (“Só os médicos e Deus podem salvar meu filho”). Em terceiro lugar nessa hierarquia dos testemunhos, encontramos os moradores da cidade que não tiveram envolvimento com a tragédia, porém sensibilizaram-se com o drama das famílias e ajudaram na caracterização do impacto do fato na cidade (“é uma situação catastrófica, a gente tá aí pra ajudar no que der e vier”).

No entanto, ainda que as testemunhas mudem seus papéis e sejam ouvidas em menor quantidade com o avanço dos dias, percebemos a permanência do tom testemunhal na cobertura por meio da fala de outras fontes. Por mais contraditório que possa parecer, as autorizadas/oficiais e especialistas não se manifestam só com base em seus saberes, mas também a partir de sua experiência, configurando uma disseminação da retórica testemunhal. Nos exemplos analisados, notamos que recorrer à emoção característica do testemunho de tragédia pode ser uma estratégia de tergiversação das autoridades (AMARAL, 2015, p.48), como indicou uma entrevista do prefeito Cezar Schirmer. Ao ser questionado sobre a responsabilidade da prefeitura, ele fez referência à dor que os moradores da cidade estão sentindo com a tragédia (“O tempo talvez amenize nosso sofrimento, mas será eterno”).

Porém, observamos que em sua maioria, a fala testemunhal é decorrente da experiência pela qual as outras fontes também passaram ao participarem da operação de resgate e identificação dos corpos, por exemplo. Além disso, não podemos imaginar que os profissionais não serão afetados pelo caráter dramático do acontecimento. Ignorar a dimensão humana da tragédia é desprezar a sua característica mais marcante.

Se, de certa forma, o aspecto emocional da tragédia já era pressuposto, o resultado da análise discursiva dos depoimentos surpreendeu-nos- e de maneira positiva. Considerando-se o drama envolvido em um acontecimento causador da morte de mais de duas centenas de jovens, aguardávamos que as estatísticas decorrentes da classificação dos meios de provar a verdade e conferir emoção ao relato, indicassem a predominância do efeito patêmico. Porém, ainda que não possam ser levados como absolutos (visto não se tratar de uma pesquisa apenas quantitativa), os números apontaram a preponderância das provas de verdade (66,6%). Isto é, em sua maioria, as testemunhas foram convocadas para comprovar a ocorrência do fato e não para emocionar o público. Ainda que a emoção esteja presente e seja indissociável da manifestação de quem passou por uma situação extrema, constatamos que, prioritariamente, as testemunhas contribuíram com a cobertura esclarecendo questões pontuais e supostamente mais objetivas, como exemplifica a fala de um sobrevivente a respeito do início do fogo (“quando os vocalistas viram que começou a incendiar, eles pegaram um extintor que não funcionou e aquele fogo começou a se espalhar em segundos”) e da porta de saída da boate (“era uma porta com duas folhas, mas na hora que a gente saiu só tava uma aberta”).

Além dos relatos das testemunhas, os questionamentos realizados pelos repórteres também apontam para uma intenção muito mais voltada para a vocação informativa do jornalismo. Entre as 67 perguntas feitas às testemunhas, apenas 18 fazem menção a aspectos que possam dar origem a respostas com teor emotivo. Isto é, 73,2% das indagações referem-se a questões pontuais como, por exemplo, o posicionamento do sobrevivente na boate, a origem do fogo, os obstáculos que prejudicaram a saída da boate e a existência de porta de emergência. Isso demonstra não só o objetivo primeiro de tentar compreender a tragédia e delinear-la, como também o papel fundamental dos testemunhos em coberturas dessa natureza, uma vez que contribuem para o esclarecimento do fato, principalmenos momentos iniciais em que a desestruturação do ambiente e das rotinas produtivas dificultam a apuração.

Ainda é importante registrar que esse resultado vai de encontro às críticas comuns de que as coberturas de tragédia realizadas pela televisão são sensacionalistas (do ponto de vista pejorativo) e exploram o drama humano. Com base nos dados obtidos com a análise do *corpus* dessa pesquisa, temos segurança em afirmar que a cobertura ao vivo do caso Kiss na

Rede Globo e da RBS TV contradiz o senso comum que associa como um todo o jornalismo de tragédia à espetacularização.

Ainda em relação às provas de verdade, concluímos que a designação foi o procedimento discursivo mais frequente (58,4%), desempenhando a função de fornecer elementos para a construção do relato jornalístico, atestar a realidade e esclarecer questões polêmicas. Ademais, compreendemos que esse procedimento é o mais recorrente porque não exige a interligação de fatos, o que demandaria uma informação mais contextualizada – pouco provável no início dos trabalhos. Aplicamos essa mesma justificativa à presença discreta da reconstituição (8,2%), cuja identificação depende desse encadeamento de ações, como percebemos nas sequências que versaram sobre início do fogo, a fuga da boate e a estrutura da casa noturna. Quanto à elucidação, inferimos que esse procedimento não foi visualizado na cobertura devido à incapacidade de os testemunhos fornecerem as causas, origens e consequências dos fatos de maneira definitiva, como exige a sistematização desse meio discursivo. Embora ofereçam respostas bastante específicas e até, aparentemente, conclusivas para algumas questões, como em relação ao local do início do fogo (“à esquerda do palco, em cima do teto”), compreendemos que por estarem embasados em uma experiência e, portanto, na subjetividade do olhar único de cada indivíduo, os testemunhos não são capazes de fornecer certezas absolutas. Além disso, e por mais que em outros campos (como no jurídico) possam ser usados como prova cabal, no jornalismo, entendemos que os relatos testemunhais estão em frequente cotejamento com os de outras fontes e ainda submetidos à organização do discurso jornalístico.

Já em relação ao meio de conferir emoção ao relato, observamos que o efeito patêmico esteve presente em 33,3% das sequências discursivas. Apesar de seu conceito priorizar a ligação com o *fazer sentir*, haja vista sua associação à visada de captação, percebemos de maneira bastante presente uma conexão com o *fazer saber*. Estando o efeito ligado ao contrato de referencialidade do jornalismo (CHARAUDEAU, 2010), o exame detalhado das sequências patêmicas mostrou-nos, na prática, como as declarações restritas aos relatos de emoção colaboram com a informação. Isto é, nos enunciados emocionais percebemos elementos que desempenharam a função não só de emocionar, mas também de ilustrar outros aspectos importantes para a reconstrução do fato. Em primeiro lugar, é necessário destacar a relevância das sequências que exprimem mais sentimentos do que fatos para a construção do discurso jornalístico, visto que o tom dramático é constitutivo da cobertura de fatos trágicos e, por isso, não pode ser negligenciado. Declarações como “eu vi tudo, foi horrível, horrível” vindas de sobreviventes são imprescindíveis para dar a dimensão do impacto emocional do

acontecimento, pois é dessa forma que o aspecto humano é ressaltado. Afinal, em uma tragédia a maior perda não é a vida?

Além disso, constatamos que os sentimentos expressos pelos sobreviventes de horror e desespero serviram não só para ilustrar o sofrimento vivido (e, portanto, o impacto humano), mas também para comprovar a dificuldade de escapar do incêndio, funcionando, dessa forma, como uma prova de verdade. Entre as tantas manifestações que dão margem a essa interpretação, lembramos a frase “foi um terror, foi horrível ver aquelas pessoas caindo e morrendo” dita por um sobrevivente e que demonstra o quão dramático foi escapar da casa noturna com vida.

Ainda notamos que as sequências patêmicas cumpriram os papéis de dar a dimensão da tragédia e a da incredulidade (“eu nem acredito que tô viva”), a angústia dos familiares pela falta de informações sobre as vítimas (“eram multidões gritando, chorando, querendo notícias e eles só sabiam dizer que não tinham”), a revolta com o destino dos jovens e a falta de fiscalização das autoridades (“não vai devolver meu filho, mas eu exijo justiça!”), a esperança de um futuro melhor (“estamos esperando que dê uma reação nele, que ele consiga [sobreviver]”) e a solidariedade disseminada entre os moradores da cidade (“a gente se colocou no lugar de quem perdeu alguém desse jeito tão brutal”). Como conseguimos observar, a patemização vai bem além da tarefa de emocionar numa cobertura de tragédia.

Por outro ângulo, verificamos que as sequências identificadas como provas de verdade e, portanto, ligadas ao *fazer saber*, também parecem remeter ao *fazer sentir*. Quando o sobrevivente afirma que viu algumas pessoas caindo no chão e sendo pisoteadas, outras saindo pretas de fumaça e queimadas e, por fim, mortas em macas, é impossível não atentar para o sentimento de desespero presente nesta declaração. Ainda que os elementos de marcação de realidade sejam claramente identificados e remetam à visada do *fazer saber*, não se pode dizer que o enunciado atenda apenas à visada de informação. Isto é, até mesmo os enunciados que fornecem informações mais concretas e, portanto, mais objetivas podem apresentar o efeito patêmico. Essa conclusão nos leva a compartilhar do posicionamento de Charaudeau a respeito da não existência de um “grau zero de informação” que ambicione apenas à credibilidade. A partir da análise dos testemunhos, conseguimos visualizar, na prática, que esses dois polos teoricamente tão opostos, não se mostram tão distantes, como pode ser percebido na declaração de um sobrevivente sobre o momento em que o segurança barrou a saída dos frequentadores: “E todo mundo começou a gritar e a empurrar ele, e a gente conseguiu sair pra fora”. Por esse exemplo, percebemos o quanto informação e emoção revelam-se entrelaçadas. Por isso, acreditamos que o contrato de comunicação e suas visadas

perdem seus contornos na cobertura de tragédias. Nesse contexto, o *fazer sentir* que, usualmente, ocupa uma posição secundária no jornalismo, passa a ter maior relevância, aproximando-se do *fazer saber*.

Esse embricamento entre as visadas pode ser tão forte em alguns momentos, que se torna difícil de distinguir quais são os efeitos de verdade e de patemização. Dessa forma, este estudo nos permite concluir que os procedimentos dis cursivos sistematizados por Charaudeau para identificar os efeitos de designação, reconstituição, elucidação e de patemização são válidos mais para fins analíticos, tendo em vista que – como demonstrou a análise – a distinção entre eles pode ser bastante complexa na prática.

Ainda cabe reafirmar que, embora não tenhamos subsídios metodológicos para fazer referência a um efeito patêmico mais ou menos intenso, percebemos um certo grau de patemização presente de maneira geral nos depoimentos, levando-nos à suspeita de que, nas coberturas de tragédias, os testemunhos estão ancorados em uma retórica patêmica. Isto é, por mais apontem indicações e respostas aos questionamentos mais pontuais dos jornalistas, a narração das testemunhas está envolta em aspectos emotivos intrínsecos à tragédia. Em outras palavras, independentemente do procedimento discursivo identificado, a patemização parece inerente ao acontecimento trágico quando ele é construído pelo jornalismo. Compreendemos, dessa forma, que o estudo da emoção no discurso jornalístico ainda é um desafio para a área da comunicação. Além disso, há todo um cenário que corrobora a importância de pesquisas nessa área. Se, por um lado, o telejornalismo tem se mostrado mais receptivo à emoção, abdicando em algumas situações, por exemplo, do texto rígido e da atuação sisuda de seus profissionais e incentivando a exibição de bastidores como forma de construção de efeito de real; por outro, ainda precisa refletir sobre os limites e possibilidades desse “novo fazer telejornalístico”, principalmente nas coberturas de assuntos dramáticos. Até que ponto o jornalismo deve ir para evitar o sensacionalismo? Como recorrer à emoção dos testemunhos sem cair na exploração do drama humano? Defendemos que, em casos como o incêndio da boate Kiss, a resposta para essa questão esteja na busca de um equilíbrio na cobertura, ou seja, não pender nem tanto para a emoção, nem tanto para a “frieza” da informação dita mais objetiva (ainda que objetividade seja um ideal da profissão). Entendemos o quanto isso é desafiador em uma situação de tragédia, na qual os jornalistas acabam rodeados por tantas histórias de dor e desespero das vítimas e seus familiares e ainda precisam dar conta da velocidade imposta pela cobertura ao vivo, mesmo com todas as rupturas nas rotinas produtivas e dificuldades de apuração. Por outro lado, como comprovamos com nossa pesquisa, os testemunhos oferecem não só a emoção, mas a possibilidade da informação mais

pontual que pode esclarecer os aspectos iniciais do fato e até mesmo ajudar no apontamento de causas, motivos e consequências da tragédia- ainda que não possam fornecer certezas absolutas. Nesse sentido, compartilhamos do entendimento de Amaral (2011, p.80) de que não são os elementos trágicos que provocam o sensacionalismo, mas a falta de contextualização e a ênfase nesses aspectos por muito tempo.

Ainda é necessário salientar que dada a complexidade e os questionamentos que o tema suscita, sabemos que os resultados a que chegamos neste trabalho não são conclusivos. No nosso entendimento, a relevância da pesquisa para o campo é, sem dúvida, a contribuição a respeito das rotinas produtivas na cobertura ao vivo, a importância dos testemunhos na construção do discurso jornalístico em casos de tragédia e o caráter informativo dos depoimentos patêmicos. Porém, temos consciência de que não apontamos certezas absolutas, mas direções e caminhos que podem ser problematizados em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AMARAL, Márcia Franz. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. In: **Revista Líbero**, v.18, n.36, jul./dez. 2015. São Paulo: 2015, p.43-54.

_____. A representação dos testemunhos no discurso das catástrofes ambientais: de sujeitos sociais a sujeitos discursivos. In: **Revista Contracampo**, v.15, n.3, set. 2013. Niterói: Contracampo, 2013a, p.182-190.

_____. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. In: **Revista Contracampo**, v.26, n.1, abr. 2013, Niterói: Contracampo, 2013b, p.71-86.

_____. O enquadramento nas catástrofes: da interpelação da experiência ao relato da emoção. In: **Revista Contracampo**, n.22, fev. 2011, Niterói: Contracampo, 2011, p.65-82.

_____. POZOBON, Rejane. Entre o céu e a terra: a cobertura das catástrofes e o discurso das autoridades. In: **Revista Rumores**, v. 7, n. 14, jul. /dez. 2013. São Paulo: 2013, p.119-137.

_____. Testemunhos, autoridades e experts nos acontecimentos das catástrofes ambientais: uma análise das fontes jornalísticas nas revistas *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*. **Relatório de Pesquisa**. Universidade Federal de Santa Maria. Setembro de 2012.

AMOSSY, Ruth. *A Espécie Humana*, de Robert Antelme ou as modalidades argumentativas do discurso testemunhal. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia. **As emoções no discurso: volume I**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2007.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Dialogismo, polifonia e enunciação, in: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

_____. **Teoria Semiótica do Texto**. São Paulo: Editora Ática, 2005.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

BENETTI, Márcia. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. In: **Revista Intexto**, v.1, n.14, jan. /jun. 2006. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 1-11.

_____. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. In: **Revista Líbero**, n.20, dez. 2007. São Paulo: 2007, p. 37-46.

_____. Análise do Discurso em Jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 107-122.

_____. O jornalismo como gênero discursivo. In: **Revista Galáxia**, n.15, jun. 2008. São Paulo: 2008, p. 13-28

_____. JACKS, Nilda. O discurso jornalístico. In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. **Anais do X Encontro Anual da Compós**, 2001. v. 1. p. 280-290.

BIRD, E.; DARDENNE. R. W. Mito, registro e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa: Vega, 1999. p. 263-277.

BOLTANSKI, Luc. A presença das pessoas ausentes. *Revista Parágrafo*, v. 2, n.3, jul. / dez. 2015, p.71-86.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

BRAIT, Beth. Mikail Bakhtin. In: CITELI, A.; BERGER, C.; BACCEGA, M.; LOPES, M.; FRANÇA, V. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARLÓN, Mario. **Do cinematográfico ao televisivo: Metatelevisão, linguagem e temporalidade**. Tradução Cecília Prada. São Leopoldo: Ed UNISINOS, 2012.

CAVENAGHI, Beatriz; EMERIM, Cárlica. Cobertura ao vivo em telejornalismo: propostas conceituais. In: **10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. 5-7 nov Curitiba-

PR, 2012. *Anais...* São Paulo: SBPjor. Online. Disponível em: <<http://soac.bce.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/1699/296>> Acesso em: 13 jun 2013.

CENTRAL GLOBO DE JORNALISMO. **Novo manual de telejornalismo da Rede Globo**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2010a.

_____. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia. (Org.) **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 309-326.

_____. Pathos e o discurso político. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia. **As emoções no discurso: volume II**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010b.

_____. Patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia (Org.). **As emoções no discurso: volume II**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010c.

_____. Efeito de sentido. In: CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Emoção. In: CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Informação. In: CHARAUDEAU, Patrick.; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.

CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias- teorias e métodos**. Covilha: LabCom Books, 2011.

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In: VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **A historia em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão**. Coimbra: Minerva Editora, 1999.

EMERIM, Cárlica. **As entrevistas na notícia de televisão**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

_____. Telejornalismo e Semiótica Discursiva. In: VIZEU, Alfredo et al. **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. BRASIL, Antônio. Considerações sobre o conceito de coberturas em telejornalismo. In: EMERIM, Cárlica; PAULINO, Rita (Org.). **Ensaio sobre televisão e telejornalismo**. Florianópolis: Insular, 2013

FRANÇA, Vera. A TV, a janela e a rua. In: FRANÇA, Vera (Org.). **Narrativas televisivas: programas populares na TV**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FECHINE, Yvana. **Televisão e presença: uma abordagem semiótica da transmissão direta**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

FERNANDES, Adélia Barroso. A emoção no discurso jornalístico: contar histórias e comover leitores. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lucia. **As emoções no discurso: volume II**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2010.

FIORIN, José Luiz. Comunicação e linguagem. In: CITELI, A.; BERGER, C.; BACCEGA, M.; LOPES, M.; FRANÇA, V. **Dicionário de Comunicação**. São Paulo: Contexto, 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo**. Disponível em: < http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_introducao.htm>. Acesso em: 29 set. 2015.

FRANCISCATO, Carlos. O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais. In: **Revista Brazilian Journalism Research**, v.11, n.2, 2014, p.96-123.

FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit. Introduction: Why media witnessing? Why now? In: FROSH, Paul; PINCHEVSKI, Amit (Org.). **Media witnessing: Testimony in the Age of Mass Communication**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.

GANS, Herbert. **Deciding What's News: A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. New York: Vintage Books, 1980.

GONÇALVES, Jurandira Fonseca. Quem fala no jornalismo? In: LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton, VAZ, Paulo Bernardo. **Para entender o jornalismo**. Cidade: Autêntica, 2014.

GRUPO RBS. **Guia de ética e autorregulação da RBS TV**. Porto Alegre: RBS publicações, 2011.

HAGEN, Sean. **A emoção como agente da cognição jornalística**. VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. UESP (Universidade Metodista de São Paulo), nov. 2008.

HALL, Stuart. Et alii. A produção social das notícias: o Mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org). **Jornalismo: questões, e “estórias”**. Lisboa: Veja, 2ª ed., 1999.

HOHLFELDT, Antônio; MORG, Camila. **Televisão Brasileira: história a ser contada, evolução a ser avaliada**. 8º Encontro Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. 9-11 nov 2010. São Luiz – Maranhão. *Anais..* São Paulo: SBPjor. Online. Disponível em: <www.sbpjor.kamotini.ghost.net> Acesso em: 19 jun 2013.

JÁUREGUI, Carlos; ANTUNES, Elton. **Encantando cães: a indignação nos manuais de redação**. 10º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Curitiba, PUC-PR, nov. 2012

JORGE, Thaís. **Manual do Foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

KATZ, Elihu. **Os acontecimentos mediáticos: o sentido de ocasião**. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa: Vega, 1999. p.52-60 .

LAGE, Leandro. Cenas do Testemunho na televisão: o (des) encontro de mundos. In: **Revista Galáxia**, n.29, jun. 2015. São Paulo: 2008, p. 110-128.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teoria**. 2004. Disponível em: <<http://www.crisluc.arq.br/Relacionamento%20do%20rep%F3rter%20com%20as%20fontes.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2014.

LAGE, Leandro R. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. In: **Revista Contracampo**, v.27, n.2, ago. 2013, Niterói: Contracampo, 2013, 71-88.

LEAL, Bruno; LAGE, Igor. A retórica testemunhal em narrativas da Trip, TPM e Rolling Stone. In: **Brazilian Journalism Research**, v.1, n.1, 2015, p. 64-82.

LOZANO ASCENCIO, Carlos. **Aportaciones para uma historia del acontecer catastrófico**. 2004. Disponível em <<http://www.ubi.bocc.pt>>. Acesso em: 15 jun. 2015

MACHADO, Arlindo. O telejornal em tempo de guerra. In: **Revista Usp**, n.12, 1992. Disponível em < www.revistausp.br/revusp/article/view/25586/27328> Acesso em: 10 abr 2014.

MACHADO, Márcia Benetti; JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. In: 10º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. Anais. Brasília: Compós, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de Cartógrafo: Travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. São Paulo: Loyola, 2002.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 2008.

MENEZES, Willian Augusto. Um pouco sobre as emoções no discurso político. In: MENDES, Emília e Machado, Ida (Org.). **As emoções no discurso**, mercado letras, Campinas (SP), 2007.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da felicidade. Rio de Janeiro: Editora Revan: 2002.

MUSSE, Christina Ferraz; MUSSE, Mariana Ferraz. A entrevista no telejornalismo e no documentário: possibilidades e limitações. **Rumores-Revista de Comunicação, Linguagem e Mídias**, v. 4, n. 2, 2010.

NAVARRO, Pedro. Uma definição da ordem discursiva midiática. In: MILANEZ, Nilton e GASPART, Nádea. **A (des)ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **Globo News: o primeiro canal de jornalismo do Brasil, 10 anos, 24 horas no ar**. São Paulo: Globo, 2006.

PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PEREIRA JÚNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PERUZZOLO, Adair Caetano. **Elementos de Semiótica da Comunicação**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

_____. **Encenação de Sentidos em Teleinformação**. III Colóquio Semiótica das Mídias. Japaratinga (AL), Centro Internacional de Semiótica e Comunicação, set./ 2014.

PLANTIN, Christian. PATHOS. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise de Discurso**. São Paulo: Contexto, 2014, p.371-372.

PICCININ, Fabiana. Narrativas de um real autenticado: notas sobre a grande reportagem na TV contemporânea. In: PORCELLO, Flávio; VIZEU, Alfredo; COUTINHO, Iluska (Org.). **#Telejornalismo: nas ruas e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2013.

QUERÉ, Louis. **Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento**. In: Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação, n.8-9. Lisboa, ISCTE, Casa das letras, 2005.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula; SACRAMENTO, Igor. Jornalismo e Histórias de vida: o trágico e o melodramático na cobertura televisiva do incêndio da boate Kiss. In: FILHO, João Freire; COELHO, Maria das Graças Pinto (Org.), **Jornalismo, Cultura e Sociedade: Visões do Brasil Contemporâneo**, Sulina, Porto Alegre (RS), 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007

RODRIGO ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis:Vozes, 2009

SANTOS, Rogério. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Coimbra: Minerva, 1997.

_____. **Jornalistas e fontes de informação: a sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo**. Coimbra: Minerva, 2003.

SARLO, Beatriz. Chega de subjetividade. [2015?] Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2735,1.shl>>. Entrevista concedida a Denise Mota. Acesso em: 10 out. 2015.

SARLO, Beatriz. **Tiempo Pasado: cultura de la memoria y giro subjetivo, uma discusión**. Buenos Aires: Ed. Siglo XXI, 2005.

SELLIGMAN-SILVA, Márcio. Testemunho e a política da memória: o tempo depois das catástrofes. In: **Proj. História**, São Paulo, jun. 2005, p. 71-98.

_____. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

_____. O local do testemunho. In: **Revista Tempo e Argumento**, v.2, jan. / jun. 2010. Florianópolis, p. 3-20.

SIQUEIRA, Fabiana; VIZEU, Alfredo. Jornalismo em transformação: as escolhas dos formatos das notícias na TV. In: VIZEU, Alfredo et al. **Telejornalismo em questão**. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, Fábio F.F. AGAMBEN, Giorgio. O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 175p. In: **Revista Tempo e Argumento**, v.2, ed. jan. /jun. 2010. Florianópolis, p. 247-250.

SPONHOLZ, L. Neutralizando conhecimento: como jornalistas lidam com experts. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.23, n.3, p. 591-619, set. /dez. 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo Volume 1: Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Editora Insular, 2005

TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias**. Lisboa: Vega, 1999. p.74-90.

VIZEU, Alfredo; CORREIA, João Carlos. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo (Org.). **A sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

APÊNDICE A

MODELO PROTOCOLO DE ANÁLISE (FONTES TESTEMUNHAIS)

LINK DO VT:

PROGRAMA:

DATA DE VEICULAÇÃO:

TEMA DO VT:

QUANTIDADE DE FONTES:

PRESENÇA DE OUTRAS FONTES:

Legenda: designação/ reconstituição/ elucidação/ efeito patêmico

FONTE 1:

Duração da entrevista:

Classificação:

Papel Social:

Como o jornalista identifica a fonte:

Observações extras/ imagem:

Contexto da entrevista	Traços de provas de verdade	Traços de provas de efeito patêmico
-------------------------------	------------------------------------	--

da fonte		

APÊNDICE B**MODELO PROTOCOLO DE ANÁLISE- FONTES AUTORIZADAS/OFICIAIS E ESPECIALISTAS****LINK DO VT:****PROGRAMA:****DATA DE VEICULAÇÃO:****TEMA DO VT:****QUANTIDADE DE FONTES:****PRESENÇA DE OUTRAS FONTES -**

FONTE 1:**Duração da entrevista:****Classificação:****Papel Social:****Como o jornalista identifica a fonte:****Observações da imagem:****Observações gerais/imagem:**

APÊNDICE C
EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 1

LINK DO VT: <http://globo.com/rede-globo/globo-noticia/v/amiga-de-vocalista-da-banda-sobrevive-a-incendio-e-conta-como-tudo-aconteceu/2370449/>

PROGRAMA: Esporte Espetacular

DATA DE VEICULAÇÃO: 27/01/2013

TEMA: entrevista por telefone (ilustrada com imagens e fotos)

QUANTIDADE DE FONTES: 1

PRESENÇA DE OUTRAS FONTES: não

FONTE 1: Luciane Louzeiro (sobrevivente)

Duração da entrevista: 11'46''

Classificação: testemunhal

Papel Social: testemunhal

Como o jornalista identifica a fonte: sobrevivente dessa tragédia, adolescente que conseguiu deixar a boate

Observações extras: entrevista por telefone, ilustrada por imagens do incêndio, dos resgates e da movimentação no CDM (local de identificação dos corpos). Jornalistas fazem perguntas com intuito de esclarecer fatos.

Legenda: designação/ reconstituição/ elucidação/ efeito patêmico

CONTEXTO DA ENTREVISTA DA FONTES	TRAÇOS DE PROVAS DE VERDADE	TRAÇOS DE PROVA DE <i>PATHOS</i>
1- apresentador pergunta onde ela estava no momento do fogo.	1-Daí aquela faísca pegou no teto de espuma, né... SD7	1- e daí eu vi tudo, foi horrível, horrível SP2
2- sobrevivente se refere ao momento em que seguranças trancaram a saída	1-E daí quando eles viram, quando os vocalistas viram que começou a incendiar, eles pegaram um extintor que não funcionou e aquele fogo começou a se espalhar em segundos SR2	angústia, angustiante... SP3 2- Eu achei um absurdo, as pessoas morrendo e ele pensando no dinheiro. Eu achei um absurdo isso. SP4
3- apresentador pergunta se seguranças trancaram a porta para cobrar a comanda	1-E todo mundo correu e muita gente querendo sair, e quando a gente chegou na porta o segurança barrou, disse que ninguém ia sair sem pagar a comanda e todo mundo começou a gritar e a empurrar ele, e a gente conseguiu sair pra fora. SR3	Foi horrível, foi um terror, foi horrível ver aquelas pessoas caindo, morrendo... SP5 2- Eu nem acredito, não caiu a ficha que to viva. SP6
4- apresentador pergunta se ela estava perto do palco	1- todo mundo... ajudando os que tavam saindo de lá as pessoas carregando pelos braços, pelas pernas, SD8	3- sabe, a espuma derretendo, foi horrível, SP7
5- apresentador mostra uma foto do palco da boate antes do incêndio e pergunta se ela pode identificar onde o fogo começou	1- Todo mundo saindo preto, daquela fumaça, todo mundo saindo preto, aquele monte de gente no chão, sangue, nossa... SD9	5- foi aquela coisa horrível. SP8 6- infelizmente, aconteceu essa tragédia que ninguém esperava. Uma noite que era pra ser de alegria, virou de muita tristeza. SP9
6- apresentador pergunta o nome da banda. Ela afirma que a banda era muito boa e conhecida na cidade	1-(...)e todo mundo, perdi minha amiga, ... caiu. SD10	7- Muito triste porque a gente falou com ele antes, a gente bateu foto com eles, é triste SP10
7- se refere ao gaiteiro da banda que morreu no incêndio.	1- só liberaram a gente quando viram que o fogo vinha se alastrando pelo teto e caindo todo aquele fogo por cima das pessoas. SD11	9- Sou amiga, estou em todos os shows, eles sempre fazem isso e nunca aconteceu nada. SP11
8- pergunta se o pessoal da banda pegou o extintor	1- eu sei que muita gente morreu lá porque não queriam deixar a gente sair. SD12	9- (...)Tinha até pessoas que tavam culpando eles, mas jamais eles iam querer fazer mal ao público deles que são fãs deles que tavam ali. É uma coisa que aconteceu... SP12
9- pergunta se os shows pirotécnicos eram comuns e se ela era amiga dos músicos	se eles tivessem liberado a entrada logo, tinha evitado	

<p>10- pergunta se o instrumento que usavam era um sinalizador</p> <p>11- pergunta se tem ideia de quantas pessoas estavam na boate</p>	<p>muita coisa. SD13</p> <p>1- e é longe do palco pra saída, é só uma porta de saída, bem pequena por sinal. SD14</p> <p>1-(...) os bombeiros foi eficiente, chegou rápido, todo mundo ajudando os que tavam saindo de lá. SD15</p> <p>3- alguns estavam fazendo barreira e dizendo que a gente só ia sair se pagasse. SD16</p> <p>4- Eu vi tudo, a hora que começou, os vocalistas tentaram apagar o fogo, apavorado, quando eles viram que não conseguiram, saiu todo mundo correndo. Daí eu não vi mais nada, quando eu consegui sair na porta... fora a fumaça já tava saindo junto e ficou tudo escuro lá dentro. SR4</p> <p>5- Isso, eu tava ali, bem na frente do palco, começou à esquerda do palco, em cima do teto, começou ali em cima, SD17</p> <p>5- eles tentaram apagar, pegaram um extintor e não funcionou. Em segundos começou o teto todo pegando fogo. SR5</p> <p>7- se não me engano são cinco integrantes, e só um, o Danilo, o da gaita, ele não conseguiu sair. SD18</p> <p>Inclusive depois que eu saí lá de dentro, os outros ficaram procurando o Danilo, apavorados, por todo o canto. Até às sete da manhã, e agora foi confirmado que acharam o corpo dele junto com a gaita,</p>	
---	---	--

	<p>perto da copa SD19</p> <p>9-não é a todo momento, é uma vez só. A gurizada gosta, o palco fica bem bonito, dá aquele efeito, fica bem iluminado no palco. É coisa normal, mas infelizmente ontem... SD20</p> <p>8- O pessoal da banda pegou o extintor pra apagar e não funcionou, e eles ficaram apavorados e eles desceram do palco. SR6</p> <p>8- o fogo pegou rápido em cima, é espuma, a estrutura do teto é muito baixo. SD21</p> <p>10- Olha, eu não entendo muito, era um... saía uma faisczinha, mas aquela parte quando toca na gente, não acontece nada. SD22</p> <p>10-Só que ali quando pegou no teto, acho que por causa da espuma, esquentou e se alastrou o incêndio rápido. SD23</p> <p>11- mais de mil pessoas, tinha muita gente, tava espremidinho, não dava nem pra se mexer e por isso, muita gente morreu pisoteada ali. SD25</p> <p>11- porque as pessoas caíam, as mulheres de salto, não conseguiam andar, muita gente que caiu, o corpo foi ficando ali, SD26</p>	
--	---	--

APÊNDICE D
EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 2

LINK DO VT: <http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/videos/t/programas/v/meu-filho-saiu-para-ir-a-uma-festa-e-agora-ele-esta-dentro-de-um-caixao/2371201/>

PROGRAMA: Mais Você

DATA DE VEICULAÇÃO: 28/01/2013

TEMA DO VT: Ana Maria Braga conversa com mãe de duas vítimas em estado grave; os dois acabaram morrendo

QUANTIDADE DE FONTES: 1

PRESENÇA DE OUTRAS FONTES: -

Legenda: designação/ reconstituição/ elucidação/ efeito patêmico

FONTE 1: ELAINE GONÇALVES, mãe de duas vítimas

Duração da entrevista: 9'32''

Classificação: testemunhal

Papel Social: testemunhal

Como o jornalista identifica a fonte: mãe;

Observações da imagem: Enquadramento vai fechando na mãe à medida que ela se emociona. Ela grita, chora, se revolta. Ana Maria Braga também se emociona. Sem ilustra. Fundo de velório do CDM

Contexto da entrevista da fonte	Traços de provas de verdade	Traços de provas de efeito patêmico
---------------------------------	-----------------------------	-------------------------------------

<p>1- Repórter diz que ela está no CDM com um filho enquanto o outro tenta sobreviver em Porto Alegre</p> <p>2- Apresentadora se solidariza com dona Elaine</p> <p>3- apresentadora pergunta sobre o filho internado</p> <p>4- apresentadora pergunta o horário do enterro</p>	<p>1- [filho] que saiu de casa bonito, arrumado, faceiro, contente, os dois juntos, os dois irmãos juntos. SD61</p> <p>1-E depois, eu venho a saber que o Gustavo em estado grave no hospital de caridade. SD62</p> <p>1-E a lista tá lá no nome dele, aí eu vou lá. Chego lá.. Ai mãe vem correndo que a gente precisa de ti, aí eu aí, entrei lá era para transferência pra porto alegre SD63</p> <p>1- O estado dele era grave... SD64</p> <p>1-Ele sofreu queimaduras no corpo, o rosto dele tava perfeito, ele tava sedado e entubado. SD65</p> <p>1-Era multidões gritando, chorando, querendo notícias e eles só sabiam dizer não tinham notícia SD66</p> <p>1- O meu filho, no corpo não aparenta queimadura, mas o rosto tá desfigurado, tá feio, tá... tá esfolado. SD67</p> <p>1- O extintor de incêndio não funcionava, o cara da banda vai lá e liga o sinalizador, pega nas cortinas, pega naquele negócio que é pra o som não sair pra fora, cai aquele fogo de lá, aí procuram saídas, não tem saídas. SR12</p> <p>1-Porque o meu filho outro tá lá em Porto Alegre, agora eu vou enterrar um e tenho que sair lá atrás do outro. SD68</p>	<p>1- tentando sobreviver e é muito triste porque pra mãe é terrível, é muito terrível. SP36</p> <p>1-Sábado fez dois anos que meu esposo faleceu com dois anos de doença, a minha mãe faleceu faz três meses agora dia 5 de novembro e aí, agora... eu... perder o meu filho, SP37</p> <p>1-E eu falei no ouvido dele: Gustavo, a mãe tá aqui. A mãe tá contigo. SP38</p> <p>1- Mas na verdade, ele tava indo pra lá e eu não podia ir porque até aquela hora eu não sabia nada do Davis, eu não tinha notícia do Davis, os hospitais não tinham notícia, a prefeitura aqui, aqui, no cdm... SP39</p> <p>1-não dá pra dar noticia, não dá pra entrar ninguém, não dá pra fazer nada. Meu deus! Como pode? SP40</p> <p>1-Era uma festa, o jovem vai na festa, eu fui jovem, eu ia na festa, e o meu filho saiu pra ir na festa e agora eu to com ele ali dentro do caixão e o outro lá. SP41</p> <p>1-E aonde que fica, não tinha fiscalização na tal de boate, uma boate que tava imensa, cheinha, cheinha, não deixaram os rapazes saírem, trancaram as portas, a única porta trancada. Não tinha. SP42</p> <p>1-Imagina o desespero dessas criaturas querendo sair pra fora e não podendo. SP43</p> <p>1-Eu não sei o que ele sofreu, eu não tenho como saber, é terrível. SP44</p>
--	--	--

	<p>2- No portão tinha pais... tinha pais que gritavam que tinham vontade de pular os portões, de esmurrar todo mundo, de dizer eu quero entrar, eu quero entrar e eu via aquilo ali. SD69</p> <p>3- Ele tá em Porto Alegre no HPS. O meu outro filho Gian e a minha nora foram lá e ele me ligou de manhã e disse que ele tá estável, entubado, está sendo bem tratado. SD70</p> <p>3-E eu tô esperando terminar tudo isso para eu ir pra lá. SD71</p> <p>4- É daqui a pouco, não tenho o horário certo, não tenho SD72</p>	<p>1-E a... a fiscalização! SP45</p> <p>1-Mas essa era uma boate finíssima, devia cair muito dinheiro para ficar funcionando sem condições... por que se tem uma saída só e tá fechada, como é que as criaturas vão sair pra fora. Não é possível isso. Aonde que fica a fiscalização? Onde fica a fiscalização? SP46</p> <p>1-Não vai devolver o meu filho, o meu filho não vai voltar,.. Mas eu exijo justiça, eu quero justiça SP47</p> <p>1-Iso é um absurdo!! SP48</p> <p>2-Eu não falo por mim, eu falo por todos que estavam ali. SP49</p> <p>2- É muito triste porque eu não era a única. A minha filha, o meu filho dizia assim: mãe, porque eles mãe, porque eles. Eu dizia, olha em volta, olha em volta, nós não somos os únicos. SP50</p> <p>4- Eu tenho uma cozinha começada e eu dizia para os guris: um dia a mãe vai terminar essa cozinha, vai deixar bem bonita e vai mandar uma foto pra Ana ver, que muitas das receitas dela que eu faço aqui, pra ela ver... SP51</p>
--	---	--

APÊNDICE E
EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 3

Link do vt: <https://www.youtube.com/watch?v=TKoX3sWv7Q8>

Programa: Tragédia em Santa Maria

Data de veiculação: 27/01/2013

Tema do vt: como estão as investigações; uso de sinalizador ainda é hipótese, possibilidade de documentação vencida da boate

Quantidade de fontes: 1

Presença de outras fontes: 0

FONTE 1: SANDRO MEINERZ- DELEGADO DA POLÍCIA CIVIL/SM

Duração da entrevista: 1'50''

Classificação: autorizada/oficial

Papel Social: autorizada/oficial e, em partes, testemunhal (“O fato é muito grave. Eu jamais tinha visto algo igual”.)

Como o jornalista identifica a fonte: delegado

Observações da imagem: entrevista em frente à boate Kiss, enquadramento aberto/fechado com passeio paxtras/ **imagens:** o programa é à tarde, e ainda não se tem certeza do que provocou o fogora a fachada destruída

Observações e. Sobre o sinalizador, Meinerz fala que “ainda não se pode dizer que foi isso”.

APÊNDICE F
EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 4

Link do vt: <http://globo.com/rede-globo/programa/v/faustao-conversa-com-profissionais-de-seguranca-sobre-a-tragedia-de-santa-maria/2370685/>

Programa: Domingão do Faustão

Data de veiculação: 27/01/2013

Tema do vt: diz que está impressionado com as irregularidades, incompetência dos órgãos públicos, critica falta de fiscalização e planos de emergência

Quantidade de fontes: 3

Presença de outras fontes: 3 especialistas, 0 testemunhais

FONTE 1: CEL. JOSÉ VICENTE/ EX-SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Duração da entrevista: 4'41''

Classificação: especialista

Papel Social: especialista

Como o jornalista identifica a fonte: coronel

Observações da imagem: Entrevista no estúdio do programa em São Paulo; enquadramento oscila entre aberto em que aparecem outros dois entrevistados e o apresentador e fechado.

FONTE 2: RODRIGO DIB/ BOMBEIROS DE SÃO PAULO

Duração da entrevista: 5'36''

Classificação: especialista

Papel Social: especialista

Como o jornalista identifica a fonte: Rodrigo, dos bombeiros

Observações da imagem: entrevista em estúdio, junto com outros dois entrevistados. Enquadramento varia entre aberto e fechado no peito. Ilustra de imagens dos corpos nas calçadas sem blur (vídeo amador); bombeiros trabalhando, fumaça, movimento no hospital de caridade (imagens feitas pela emissora)

FONTE 3: JOSÉ CICARELLI/ PROFESSOR DE CURSOS DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS

Duração da entrevista: 7'00''

Classificação: especialista

Papel Social: especialistas

Como o jornalista identifica a fonte: pelo nome, professor

Observações da imagem: entrevista em estúdio, enquadramento oscila entre aberto e fechado. Imagens de bombeiros dentro da boate

APÊNDICE G

EXEMPLO DE APLICAÇÃO DE PROTOCOLO 5

Link do vt: <http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/videos/t/programas/v/nao-caiu-a-ficha-ainda-diz-capitao-do-corpo-de-bombeiros/2371211/>

Programa: Mais Você

Data de veiculação: 28/01/2013

Tema do vt: fala como foi a operação na boate, o que viu lá dentro

Quantidade de fontes: 1

Presença de outras fontes: 0

FONTE 1: CAPITÃO GARCIA/ BRIGADA MILITAR

Duração da entrevista: 8'00''

Classificação: autorizada/ oficial

Papel Social: autorizada/oficial e testemunhal (diversos trechos)

Como o jornalista identifica a fonte:

Observações da imagem: entrevista no CDM com velórios ao fundo; ilustra com imagens internas da boate, dos sobreviventes ajudando os bombeiros, resgate, corpos cobertos com lonas e reconstituição de como começou o fogo. Sonora forte com muitos detalhes do que viu. Exemplo de teor testemunhal: “sensação de poder chegar em casa, abraçar meus filhos”; “ambiente desolador, caos”; “estavam nos banheiros aglomerados”, “achei que era uma escada, mas [eram] pessoas amontoadas para chegar a uma janela”; “achamos gente com o rosto enterrado no vaso sanitário, tentando pegar oxigênio”; “embaixo de duas, três, quatro pessoas, tinha 20,30 pessoas”; “foi muito doloroso, muito doído, foi difícil dormir,

descansar”; “A cena é de guerra pelo pânico das pessoas”; “tínhamos que passar por cima dos corpos”; “as pessoas começaram a cair e outros foram passando por cima.”